

Cr\$ 4,00

Opinião

111

31 de janeiro de 1975

com a edição semanal brasileira do

Le Monde



**PORTUGAL: A TERCEIRA
E DECISIVA BATALHA**

PALAVRAS

Paulo Duarte

"Quando escrevem e publicam (os jornalistas) demonstram um conformismo que não vi na imprensa do Brasil nem durante o período execrável do Estado Novo".



Paulo Duarte foi um dos fundadores da Universidade de São Paulo no princípio da década de 30 e dela só se afastou, há poucos anos, por motivo de força maior. Jornalista, professor, antropólogo, sociólogo, socialista-democrata e gastrônomo, já tendo lançado o primeiro volume dos 13 projetados de suas memórias (1) o dinamismo de Paulo Duarte (75 anos) pode ser avaliado por seu ritmo de vida: nos últimos dois anos trabalhou uma média diária de 10 horas coordenando a edição comemorativa do centenário do jornal O Estado de São Paulo, onde começou como revisor em 1919 e chegou a redator-chefe. Suas ligações com o jornalismo são aliás bastante fortes. Em 1948 fundou a revista Anhembi que resistiu 14 anos e em cuja descendência podem ser enquadradas as revistas Brasileense, Civilização Brasileira e Argumento. Em 1970 dirigiu o semanário Fato Novo publicado pela Editora Verde-Amarela, considerada nacionalista, e de vida breve.

discordando e criticando. Esta é a grande colaboração que o país está impondo a nós, jornalistas, escritores e intelectuais de toda natureza. No entanto, a paisagem é desoladora. Há uma ânsia de comodismo, parece que a vocação dos homens de pensamento no Brasil é a subserviência.

Felizmente, existem elementos corajosos ainda. Mas são poucos e deles a maioria foge, como se fossem portadores de uma doença repugnante. Esse deplorável estado de espírito observa-se com maior intensidade nos grupos que mais tinham de falar a verdade, como os senadores e deputados, que dispõem de um recurso excepcional — a tribuna — mas têm medo de criticar.

A desculpa da inexistência de garantias num regime de exceção é inaceitável, porque, se a falta de garantias é um fato, isto se deve

daqueles que nunca poderiam deixar de protestar.

Sobre as eleições

O regime brasileiro se agita em torno de dois postulados: primeiro, que o voto é uma escolha e não um protesto; segundo, que é proibido contestar o governo. Ora, o resultado das últimas eleições provou que o voto é só protesto. Que não é escolha, ficou provado pela má qualidade moral e intelectual da maioria dos candidatos dos dois partidos que disputaram as eleições.

O sentido geral das eleições demonstrou que elas foram uma tremenda contestação aos governos e até ao regime. É verdade que temos que observar uma alta figura da administração pública, aquela do chefe do governo da República. Este homem deu uma lição extraordinária à política dominante, obrigando o respeito ao voto, atitude — pode-se dizer — praticamente inexistente em toda a história brasileira.

Sobre a experiência de socialização da imprensa no Peru

Eu não sei o que se pode entender por socialização da imprensa. Para mim, a melhor maneira de socializar não é expropriá-la, é garantir-lhe a liberdade de pensamento e expressão. Isto, porém, dentro de uma lei lúcida e rigorosa,

que não permita a confusão entre liberdade e licenciosidade. O direito da crítica é sagrado: sem crítica não haverá governo, não haverá nem sociedade. Os países se transformam em acampamentos. E o que se passa no Peru hoje em dia só poderá ser aceito por quem ignore totalmente os princípios elementares da Sociologia. Acredito nas boas intenções do governo peruano, mas falta nesse país aquilo que falta em todos os países da América Latina, em quase todos da África e em numerosos da Ásia: um povo pode ser independente e não ser livre, desde que tenha mais de 50 por cento de analfabetos. Enfim, penso que no Peru há um equívoco quanto à imprensa, mas, como há honestidade de intenções, a situação poderá ainda evoluir positivamente.

Sobre a revista "Anhembi"

Anísio Teixeira, grande sociólogo e educador brasileiro, declarou em entrevista publicada no Rio de Janeiro que o governo sob o qual desapareceu a revista Anhembi, só com esse fato, demonstrou que no Brasil a verdadeira cultura não tem vez. Sou susseito para aplaudir Anísio Teixeira, mas este seu pensamento eu já tinha dentro de mim antes dele expressá-lo.

A revista Anhembi era uma entidade, tal qual foi instituída no Brasil; era uma extensão do Departamento de Cultura de São Paulo e era o órgão representativo de uns poucos sábios notabilíssimos de nosso país, que eu exemplifico com uns poucos que já morreram: Carlos Chagas, Rocha Lima, Emílio Ribas, Oswaldo Cruz, Pedro Lessa, e Luis Pereira Barreto.

Anhembi fechou por falta de apoio publicitário, embora tivesse em 1962 uma circulação de 15 mil exemplares mensais. Porque seus anunciantes eram obscurecidos demais para compreender o objetivo da revista, aliás sintetizado em seu nome: Anhembi é o rio brasileiro que nasce ao lado do mar e, em vez de caminhar em sua direção, preferiu caminhar para o sertão. Foi o rio das bandeiras e das monções, foi a primeira estrada de penetração em nossos campos e florestas, foi o iniciador da grandeza geográfica deste país. Símbolo, portanto, do progresso, a revista

Anhembi era também uma estrada de penetração cultural. Símbolo, pois, de civilização.

Nos últimos meses de sua vida, conhecida já a sua precária situação financeira, fui procurado por dois diretores das organizações representativas do comércio e da indústria de São Paulo. Eram meus amigos e estavam dispostos a salvar a revista através de abundante quantidade de anúncios, fornecidos por seus poderosos associados. Pediram, apenas, que eu contivesse a orientação editorial avançada e intransigente demais para um país como o Brasil, condição para que eles não sofressem represálias pelo apoio que pretendiam me dar. Respondi-lhes que, em síntese, eles me propunham que

Sobre o semanário Fato Novo

Aceitei dirigir o jornal com a condição de imprimir-lhe a orientação geral. No entanto, meus artigos eram censurados e o redator-chefe, Milton Coelho da Graça, me explicava que a Censura ordenara os cortes. Ele queria fazer um jornal absolutamente nacionalista. Ora, acredito no nacionalismo como tática na luta contra o imperialismo, mas não como ideologia. Eu já havia definido a minha posição com o Júlio de Mesquita Filho: "Você tem certeza de que o socialismo está certo", ele me perguntou certa vez. "Não", respondi, "mas tenho certeza de que o capitalismo está errado". Como tenho relações na Censura, procurei apurar os motivos dos cortes nas minhas matérias para Fato Novo, e soube surpresa que os censores nada tinham a ver com isso. Então, desmascarei o Milton Coelho da Graça e me demiti. Saí comigo Alípio Correia Neto e Sérgio Buarque de Holanda. Menos de 3 meses depois, o jornal desapareceu. De qualquer modo, foi uma experiência positiva por abrir o caminho para outras publicações até mais corajosas.

Definindo Paulo Duarte e o Brasil

Eça de Queirós respondeu que era nada mais que um "pobre homem de Póvoa do Varzim". Ao parafraseá-lo, posso dizer que Paulo Duarte é um pobre diabo que sempre fez questão de pensar e de falar

sem dar satisfações à polícia. seu futuro será grande como a Terra. (Depoimento a Getúlio Dutra Bittencourt)

Cortes e proibições

(Troço de um relatório da Associação Carioca de Empregadores Teatrais sobre as consequências econômicas da Censura)

"O problema da censura está sendo ventilado porque sua ação excessivamente rigorosa é um dos fatores conjunturais que mais prejudicam a sobrevivência econômica da empresa teatral. Os empregados da publicidade, através da Associação Brasileira de Propaganda (ver Jornal da Tarde de 17-5-73), os empregados de cinema, através do Sindicato de Produtores Jornal do Brasil de 8-6-73), os empresários da indústria fonográfica, através de um Grupo de Trabalho Jornal do Brasil de 2-5-72), expuseram às autoridades os efeitos do rigor da censura sobre a economia de suas respectivas atividades. Os efeitos da censura sobre a economia da empresa teatral são os seguintes:

1 — Limita drasticamente o raio de alternativa do repertório. Com o advento do cinema e da TV, a atribuição quase específica do teatro é o aprofundamento dos problemas que expõe no palco e o enriquecimento formal do espetáculo. Se a ação da censura atinge esses dois fundamentos do teatro, partes de sua própria natureza, que público vai ele disputar? A ação da censura não se exerce de maneira rigorosa, hoje, apenas em relação aos espetáculos especificamente políticos, qualquer dado identificável com o pertencente à vida real das pessoas de hoje, seja qual for a intenção do autor, é censurável. Resta, apenas, como alternativa de repertório para os empresários, repisar os sucessos do passado, sobrecarregar o texto de metáforas que prejudicam a clareza narrativa ou montar autores estrangeiros sem nenhuma identificação com o gosto e a problemática do brasileiro de hoje. Qualquer destas saídas reduz a motivação do público ir ao teatro.

2 — Desestimula a atividade do dramaturgo brasileiro, responsável por 65% da bilheteria dos teatros. Qualquer produtor experiente sabe que um tema brasileiro com personagens brasileiros tem maior possibilidade de sucesso que qualquer outra proposta de espetáculo. Dados da Sociedade Brasileira de Autores Teatrais, SBAT, nos provam. A persistir o rigor atual, é possível afirmar

que, em cinco anos, não haverá mais dramaturgia nacional. Sem nos atermos nos prejuízos financeiros, uma vez que, privados do autor nacional, (65% da receita anual) os empresários estreitam ainda mais sua área de repertório.

3 — A ação rigorosa da censura gera tal estado de insegurança entre os empresários que raro é aquele que se aventura a produzir uma grande montagem. Os efeitos são evidentemente negativos: diminui a capacidade de sensibilizar um grande número de espectadores; diminui o número de empregos. Este é um dos motivos pelos quais a Revista Musical, um dos gêneros mais populares de espetáculo vivo no Brasil, tem declinado, com reflexos notórios na diminuição do volume de público que frequenta o teatro.

4 — Se cria insegurança entre os empresários teatrais que ainda existem. Anula quase completamente a possibilidade de surgirem novos empresários. Ninguém arrisca investir, em média, 150 mil cruzeiros em um espetáculo profissional se: a) tem poucas alternativas de repertório; b) não pode realizar montagens de impacto; c) vê o número de compradores de ingressos diminuir.

5 — A insegurança aumenta com o desconhecimento de um sistema de critérios que orienta a relação dos empresários com a censura e, por conseguinte, com a permanente ameaça de interdição de espetáculos já liberados. Fatos como a proibição de Os Rapazes da Banda, suspenso no Rio de Janeiro, depois de quase um ano de carreira no eixo Rio-S. Paulo, dão uma idéia dos prejuízos materiais de que pode ser objeto a empresa teatral por causa de problemas de censura.

6 — A diminuição gradativa do horizonte criador do espetáculo ao vivo, por força da ação da censura, gera uma irrecuperável evasão do profissional de grande prestígio junto ao público para a TV, que oferece uma situação estável, ou para outros países, como já vem se verificando.

7 — O desestímulo ao ingresso de novos empresários enfraquece a capacidade experimental do teatro brasileiro, laboratório para a descoberta de novas formas e para a apreensão de aspirações novas de sensibilidade do público, em permanente mutação.

8 — O sistema atual de censura rigidamente centralizado tende a retardar o processo de produção de peças e, para evitar isso, os produtores são obrigados a fazer despesas com longas permanências em Brasília acompanhando a tramitação dos textos (UB de 23-6-67 e 21-4-70)". (Documento elaborado no ano passado)



NUNO LISBOA

O 1.º Centro Universitário equipado com computador de 4.ª Geração — IBM 370/125 com Leitura Ótica

*** VESTIBULAR * * 390 VAGAS ***

ENGENHARIA
270 VAGAS
MANHÃ E NOITE

CIVIL
*
ELETRÔNICA
**
TELECOMUNICAÇÕES

CIÊNCIAS CONTÁBEIS
ADMINISTRAÇÃO
(ANALISTA DE SISTEMAS)
120 VAGAS
MANHÃ E NOITE

Ao se formarem os alunos receberão também, além do diploma de Contabilista ou de Administrador, o título de Analista de Sistema de Processamento de Dados

Inscrições até o dia 31/01 Inscrições Abertas de 8 às 22 horas — Av. Ministro Edgard Romero, 807 — Vaz Lobo — Tel: 391-1743

A SEMANA

Terras

Denúncias dos sindicatos ao INCRA

O problema de terras no Maranhão hoje não é muito diferente do que era há dois anos quando o INCRA apurou uma escandalosa transferência ilegal de 1 milhão de hectares, com a participação, inclusive, de policiais e funcionários da Secretaria da Agricultura do Estado. Na ocasião o INCRA chegou a cogitar de uma completa reforma no programa de distribuição de terras na região. Nos últimos meses, a situação apenas se agravou: no atribulado Vale do Pindaré, região de terras férteis cortada pela BR-122, na semana passada morreram dois posseiros num tiroteio com jagunços a mando de grileiros.

Desta vez o Sindicato dos Agricultores do Maranhão reuniu várias denúncias, juntou a um relatório e enviou à presidência do INCRA, em Brasília. "O INCRA não nos nega o atendimento", diz o documento, "mas tudo tem que ser demorado e enquanto demora os lavradores são os únicos prejudicados, porque ele ordena a suspensão das atividades em causa até que se faça vistoria. Aconteceu que somente os trabalhadores obedecem à ordem; os que se julgam donos da situação continuam fazendo marcas, variantes, semeando capim e fazendo afronta aos lavradores. Se se vai reclamar ao INCRA, a resposta é que o projeto não tem força".

Diante da repercussão das denúncias, o INCRA resolveu mandar um funcionário à região. Não é muito mas ele terá muito que ver. Em Conceição do Araguaia, no sul do Pará, por exemplo, a ação ilegal dos grandes pecuaristas é ainda mais ostensiva. Também na semana passada, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais daquela cidade enviou um minucioso relatório não só ao INCRA mas também ao SNI e à presidência da República, afirmando que o clima da cidade é o de um "faroeste": além da força armada dos jagunços a serviço dos grileiros, "os pequenos não tendo a quem recorrer estão seguindo o mesmo itinerário".

Segundo o sindicato, há na cidade um juiz e um promotor público mas como eles moram em Belém, a 1.200 quilômetros, não passam em Conceição mais que 25 dias por ano. Nessas ocasiões são trazidos pelos latifundiários, hospedam-se em suas fazendas e resolvem os litígios de maneira peculiar, isto é, de acordo com os interesses dos hospedeiros. Como a cadeia pública não tem condições de alimentar os presos, os pistoleiros andam livremente pelas ruas e os homicídios tornaram-se rotina. Os cadáveres são enterrados mesmo sem registro de morte: o cemitério local não tem sequer um administrador. "Hoje qualquer problema só se resolve a bala, porque matar virou prova de machismo, de poder", diz o sindicato.

Problemas semelhantes aconteceriam em Rondônia, de acordo com as denúncias encaminhadas diretamente ao general Geisel pelo deputado Jerônimo Santana (MDB) que aponta, inclusive, a atuação de um verdadeiro "esquadrão da morte" a serviço de grileiros. Entre os grandes latifundiários que agem ilegalmente em Rondônia, Santana acusa principalmente a empresa Calama, que controla mais de 100 mil hectares de terras. E ainda, o grupo Rio Candeias, que está tentando se apossar de uma extensa área de aproximadamente 300 mil hectares, embora não seja uma empresa de colonização.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), que funciona como intermediária das denúncias en-

caminhadas pelos sindicatos regionais ao INCRA, já sugeriu ao Instituto uma solução para atenuar o problema: inicialmente o INCRA tomaria posse de maneira efetiva de todas as terras a serem discriminadas, em seguida passaria a uma imediata redistribuição, garantindo os direitos dos legítimos proprietários. Para o INCRA uma solução dessas é antes de mais nada inviável: o órgão não tem pessoal suficiente sequer para demarcar as terras. E, por outro lado, isto significaria um desafio aos poderosos grupos de investidores que estão se estabelecendo na região com o apoio de vultosos financiamentos de outros órgãos oficiais, como a Sudam, o Banco do Nordeste, o Banco da Amazônia, entre outros. (Fátima Murad)

A escolha de Célio Borja

Presidência da Câmara



A tranquila indicação de Célio Borja para a presidência da Câmara dos Deputados no biênio 1975/76, pela bancada arenista, na semana passada, certamente decepcionou quem esperava uma acirrada disputa nos bastidores. O que houve na sexta-feira, no entanto, foi uma repetição do ritual dos anos anteriores e, no final, como sempre, houve aplausos gerais e o comovido discurso do presidente eleito. "Agradeço muito", disse Célio Borja, emocionado. "O peso é grande, os amigos são muitos e Deus é ainda maior".

Até mesmo o irrequieto Flexa Ribeiro, que momentos antes da eleição era um dos principais protagonistas do movimento contrário à indicação de Célio Borja e ele mesmo um cotado postulante ao cargo, somou-se ao coro de elogios à escolha e ao escolhido: "Nunca estive contra Célio Borja, que é grande amigo e homem de esplêndidas qualidades para a presidência". Já o deputado goiano Siqueira Campos, que chegou a anunciar o lançamento de sua "anticandidatura" em repúdio ao processo de escolha imposto à bancada, não só desistiu do protesto como acabou dando declarações aplaudindo o acontecimento.

Até chegar à comportada situação de sexta-feira, a Arena teve de percorrer um tumultuado caminho, sob a orientação do novo líder do partido, José Bonifácio, que não se constrangeu em cancelar inesperadamente a reunião da bancada, marcada para a manhã do dia da eleição, quando o problema seria discutido. O objetivo da intervenção de Zezinho Bonifácio teria sido evitar novas críticas ao sistema de escolha, consistiu em submeter à homologação dos deputados uma lista de cinco nomes previamente escolhidos (pela ordem: Flexa Ribeiro, GB; Célio Borja, GB; Herbert Levy, SP; Manoel Novaes, BH; Lauro Leitão, RS) sob a recomendação expressa de que não deixassem de ratificar o nome de Célio Borja, candidato preferido pelo

governo, embora pudessem riscar ou substituir nomes se não quisessem abonar integralmente a chapa, que seria depois levada à apreciação final do general Geisel.

José Bonifácio teve de gastar todo o arsenal de argumentos (e barganhas) para impedir que os deputados Herbert Levy e Flexa Ribeiro estragassem a festa com a sua propalada decisão de retirar antecipadamente os seus nomes da lista. A Levy, que contava com o apoio de boa parte da bancada paulista e do pessoal que juntou-se sob o chamado Movimento do Decanato em oposição ao nome de Célio Borja, coube a vice-presidência, embora ele inicialmente se mostrasse pouco disposto a aceitar a compensação, justificando-se inclusive ao líder José Bonifácio que "não servia para faxineiro". Flexa Ribeiro, por sua vez, foi recompensado como observador parlamentar do Brasil junto à ONU. E para o deputado Jorge Vargas, o mais recalcitrante dos pretendentes à presidência da Câmara, teria sido prometido a presidência de uma das Comissões Técnicas da Câmara ou uma vice-liderança da Arena, enquanto Lauro Leitão e Manoel Novaes também seriam aproveitados na composição da nova Mesa. O único gesto de pública rebeldia coube ao deputado José Alves, que substituiu o nome de Célio Borja pelo gaúcho Célio Marques. "Como éramos obrigados a votar em Célio, votei em Célio Marques Fernandes", explicou depois, sem esconder certa irritação com o desfecho dos entendimentos que praticamente eliminaram sua pretensão de ocupar a 1.ª secretaria da Mesa.

Antes da apuração dos votos, Zezinho Bonifácio esquivava-se de adiantar o resultado. "Traseira de mula, cabeça de juiz, barriga de mulher e boca de urna só se sabe o que tem dentro depois que se abre". Mas provocou risos no auditório quando, ao ler o resultado, anunciou enfático: "Proclamo eleito...". Dos 112 deputados da Arena que participaram da votação, Célio Borja recebeu 97 votos contra 83 dados a Herbert Levy, 82 a Flexa Ribeiro, 78 a Lauro Leitão e 77 a Manoel Novaes. Não fosse a manobra do grupo pró-Célio Borja, que riscou os outros quatro nomes da lista, o resultado poderia ter sido outro, favorável ao paulista Herbert Levy.

O general Geisel, que estava descansando na granja Riacho Fundo quando foi informado do resultado pelo general Golbery, justificou a escolha de Célio Borja entre os cinco nomes da lista "não só pelas suas qualidades pessoais, mas também por ter sido o mais votado pela bancada".

Passada a fase da escolha dos líderes, a Arena agora começa a se preocupar com a reformulação do partido, iniciada oficialmente no dia 23 passado com uma reunião da sua Comissão Executiva Nacional para traçar a estratégia política para este ano. Está sendo elaborado um Plano Nacional de Ação (PNA) que vigorará até a próxima Convenção Nacional, marcada para setembro. O objetivo, segundo explicam os dirigentes arenistas, é "agilizar o partido". Mas tudo deverá acontecer com muito cuidado, como confessa um membro da Executiva: "Precisamos ser mais ousados ainda do que está sendo o presidente da República. Isto, é claro, com toda cautela".

Automobilismo

A vitória de Pace, finalmente

Se Emerson Fittipaldi tivesse vencido o Grande Prêmio do Brasil, domingo passado em Interlagos, é certo que a massa presente ao autódromo teria vibrado. Mas era a vitória de José Carlos Pace que a torcida queria. Depois da corrida, Pace mal pôde chegar ao *podium* para receber a taça. (1)

Pace, um paulista de 30 anos, conhecido também como *Moco*, conseguiu em Interlagos a vitória que vinha tentando desde 1972. Impetuoso, procurando sempre as primeiras posições logo no início da corrida, Pace — ou era — tido por uma parte da imprensa especializada como um mero quebrador de carros, que força a máquina ao máximo, às vezes em situações desfavoráveis. (2)

Apesar dessas críticas, a vitória de Pace em Interlagos foi obtida justamente porque o piloto teve paciência e não tentou lutar contra o UOP Shadow do francês Jean Pierre Jarrier — o carro mais rápido do momento. Segundo declarou após a corrida, não tinha esperanças de superar Jarrier e já se contentava com o segundo lugar, contrariando uma de suas frases características: "Quando estou em último, quero ser o antepenúltimo". Paciente, Pace pegou a ponta quando o carro de Jarrier parou com um defeito na bomba injetora de gasolina, a oito voltas do final.

Desde que começou sua carreira na Fórmula-1, Pace teve uma comparação inevitável com Emerson Fittipaldi, já então bastante conhecido. Alguns cronistas o consideram até superior a Emerson, desde quando ambos corriam pela equipe Willys, em carro turismo, no Brasil, e Pace era o piloto número um. As derrotas iniciais na Fórmula-1 eram explicadas como de ocorrência da fragilidade dos carros que pilotava.

A preferência da torcida por Pace ficou evidente numa série de três corridas de Fórmula-2 promovida em Interlagos, em 1972, vencida por Emerson, na época piloto da Lotus. A torcida, durante todas as corridas, gritou o nome de Pace, principalmente quando ele ultrapassou a Emerson, que na época já era o campeão mundial. Nesse dia, a mulher de Emerson, Maria Helena, confessou ao repórter Henrique Lago, de *O Globo*, presente ao boxe da Lotus: "Não vi quando o *Moco* ultrapassou o *Majo* (apelido familiar de Emerson) mas tive certeza disso pelo grito da torcida. Parecia que o *Moco* tinha ganho o campeonato mundial", desabafou ela um pouco chocada ao ver e ouvir o público vaiar seu marido.

O próprio Pace, numa entrevista que deu após a corrida de domingo a Carlos Alberto Luppi, do *Jornal do Brasil*, teve um gesto de reconhecimento para a torcida: "Eu ia me esquecendo, mas quero dizer que esta vitória acabou me tirando um peso da consciência. Eu sei que tenho muitos admiradores no Brasil e muita gente torce por mim. E eu sentia não ter oferecido ainda uma vitória a essa gente. Mas devo dizer que, pela primeira vez, tudo bem, sem problemas".

Além do primeiro lugar de Pace e do segundo de Emerson, a imprensa e a torcida comemoraram outro feito em Interlagos: 13.º lugar de Wilson Fittipaldi, com o Copersucar Fittipaldi, o primeiro Fórmula-1 construído no Brasil e que já foi

(1) Na colocação do Grande Prêmio do Brasil foi a seguinte: 1 — José Carlos Pace (Brasil) Brabham BT 44; 2 — Emerson Fittipaldi (Brasil) McLaren M23; 3 — Jochen Mass (Alemanha) McLaren M23; 4 — Clay Regazzoni (Suíça) Ferrari 312 B3; 5 — Nikki Lauda (Áustria) Ferrari 312 B3 e 6 — James Hunt (Inglaterra) Hesketh 308. No Mundial de Pilotos Emerson Fittipaldi é o líder, com 15 pontos, seguido por José Carlos Pace, com 9; James Hunt, com 7; Clay Regazzoni e Carlos Reutemann, com 6; Jochen Mass, com 4; Nikki Lauda, com 3, e Patrick Depailler, com 2 pontos.

(2) As colocações de José Carlos Pace na Fórmula 1 são: 1972, com March-Politoys, quinto na Espanha e sexto na Bélgica; 1973, com Surtees, quarto na Alemanha e terceiro na Áustria, batendo o recorde da pista nas duas provas: 1974, com Surtees e Brabham, quarto no Brasil e segundo nos Estados Unidos, todas pelo Campeonato Mundial de Pilotos. Em uma prova extra-campeonato, a Corrida em Homenagem ao Campeão do Mundo, em Brands Hatch, na Inglaterra, Pace chegou em segundo, na sua primeira corrida pela Surtees.

examinado até pelo presidente Geisel, em Brasília. Na Argentina o carro pegou fogo e parou antes do final. Em São Paulo, mesmo chegando aos trancos e barrancos, sem completar as 40 voltas, o 13.º lugar foi saudado com euforia (o *Caderno de Esportes da Folha de São Paulo*, de 27/1/75, por exemplo, deu em título na primeira página: *As Três Vitórias do Brasil*).

O Copersucar, porém, ainda tem um futuro incerto, por duas razões: 1) porque está se exigindo dele agora um desempenho que só por milagre poderia ter. Os carros de Fórmula-1 raramente acertam logo de início e há dois exemplos concretos disso. Um é a equipe norte-americana Parnelli, patrocinada pelo milionário norte-americano Parnelli Jones, que há dois anos desenvolve suas pesquisas: de acordo com o pensamento dos técnicos, resultados só em mais dois ou três anos de corrida. O outro caso é o da escuderia Surtees, que, mesmo baseada no conhecimento do ex-campeão mundial John Surtees e apoiada por um razoável patrocínio, ainda não conseguiu acertar. A segunda razão é que a Cooperativa dos Produtores de Açúcar de São Paulo, está mais preocupada com uma propaganda institucional, do que propriamente no rendimento técnico nas pistas dos autódromos. A Copersucar é uma cooperativa de grandes usineiros e não de pequenos proprietários como devem ser todas as cooperativas e não poderá funcionar mais a não ser que se modifique a legislação existente. O esforço da Copersucar em divulgar a imagem de uma "máquina nacional" será muito mais o de ajudar a sua própria máquina, a de uma cooperativa que controla quase monopoliticamente o mercado.

Apesar do apoio da Copersucar, e do governo federal, interessado obviamente em sua vitória na Fórmula-1 — Wilson Fittipaldi tem facilidade em fazer experiência de aerodinâmica no Túnel de Vento da Embraer, em São José dos Campos e na fabricação de peças de ligas especiais — o Copersucar, depois do GP da Argentina, passou a ser chamado por torcedores irreverentes de *Diabético Espalha Brasa*. (Sérgio Luz)

O escândalo político de Recife

Notícias

Cinco notícias do "Escândalo de Recife":

1) Terminaram os trabalhos da Comissão Especial, designada pelo Senado para investigar o caso em que o industrial Carlos Alberto Menezes acusa o senador da Arena por Pernambuco, Wilson Campos, de tentar extorquir-lhe Cr\$ 400 mil para afastar as dificuldades que ele enfrentava para liberar um empréstimo de 20 milhões de cruzeiros no Banco de Desenvolvimento de Pernambuco (Bandepe). A comissão é formada pelos senadores Eurico Rezende (Arena-ES), Adalberto Sena (MDB-Acre) e Osiris Teixeira (Arena-GO). Pelo regimento interno do Senado, "as comissões especiais somente poderão ser constituídas com fim determinado, por prazo estabelecido e depois de consultado o plenário". Como o Senado se encontra em recesso, a comissão só poderá ter valor jurídico com o parecer do plenário e da Comissão de Justiça. Ouveido por *Opinião* em Recife, o senador Eurico Rezende admitiu que, "em caso de comprovada ilicitude, o senador poderá ter seu mandato cassado".

2) Os senadores Eurico Rezende e Adalberto Sena identificaram a voz do senador Wilson Campos na gravação do diálogo entre Campos e Carlos Alberto Menezes. "A objetividade do diálogo gravado na fita é prova tão concluyente que não haveria razão para estendermos o processo, que deverá chegar ao seu final nos próximos dias", disse o senador

continua na página 4



Senador Wilson Campos

O escândalo do Recife

continuação da página 3

Rezende em Brasília, depois de explicar que bastaria apenas comprovar a fidelidade da gravação para Wilson Campos ser considerado culpado. A gravação está em Brasília, onde os técnicos devem eliminar os ruídos registrados na fita para torná-la mais audível e poder comprovar sua fidelidade.

3) O senador Wilson Campos, viajou inexplicavelmente a Brasília no dia da chegada da Comissão de Recife e não foi ouvido pela Comissão. Foram ouvidos durante os quatro dias de trabalho da Comissão: o sr. Romero do Rego Barros, diretor do Bandepe, o prefeito de Moreno, Ozias Mendonça, o major-médico da Aeronáutica Victor Teixeira Cavalcanti — que estaria em companhia de Menezes quando este foi procurado por Campos — o sr. Valdeci Caldas e o deputado Carlos Veras. Foi ouvido o chefe de gabinete do governador, sr. Júlio Araújo, que confirmou que marcara uma audiência do industrial com o governador Eraldo Gueiros, sob o pretexto de que tinha uma gravação comprometendo várias pessoas, inclusive o senador Wilson Campos.

4) O governador não disse ainda que ouviu a gravação — quando teria pedido ao industrial para ficar calado, "pois isso será um escândalo para minha administração" — apesar de seus assessores terem admitido que ele recebeu o industrial. A Comissão também não disse se no discreto encontro que manteve com o governador Eraldo Gueiros o assunto foi discutido, segundo o boletim do palácio do governo, durante a "visita de cortesia" dos senadores não foi tratado nenhum assunto "de cor morena ou loira", numa alusão a um dos nomes do escândalo (Caso Moreno). E numa demonstração de que o governador continua se esquivando de um pronunciamento claro em torno do caso é fortalecendo a suposição de que ele ouviu a gravação e não tomou as providências cabíveis ao caso.

5) Confirmando o que Opinião disse há duas semanas (ver número 115), dois empregados do Cotonifício Moreno disseram que o senador Wilson Campos realmente esteve com o industrial Menezes, contradizendo as afirmações anteriores de Campos, à revista Fatos e Fotos, de que "nunca estive no cotonifício no dia e hora ditos por esse industrial que teria gravado a conversa". Opinião especulava naquela ocasião se não estaria gravada, na fita a intervenção dos empregados. "Está", disse a Opinião o contínuo José Roberto Batista, acrescentando que serviu café a Menezes e a Campos e que o barulho da "cigarra" que o chamou e das chicanas e copos do café estão gravados. Segundo o vigilante Valter Moura Rodrigues, Campos chegou ao Cotonifício às 7 horas. "Eu já estava esperando. Ele vestia paletó e

calças brancas e camisa azul clara, encaminhei-o até o escritório, onde o dr. Carlos Alberto o esperava".

O azar de Martiniano

Para referendar as especulações, no mês passado o deputado Jarbas Vasconcelos, líder da oposição em Pernambuco, divulgou, através da imprensa, cheques emitidos pela Secretaria Assistente do Estado para pagamento dos "cursos fantasma". Maria José Santana, Diva Maria Santana e Lindalva Lopes de Souza, após receberem, no dia 17 de abril do ano passado, o primeiro cheque de suas vidas, por hipotéticos cursos de treinamento das mãos do cabo eleitoral Pedro Salviano, integrante da campanha do sr. Martiniano Lins, no município de Paulista, na área do Grande Recife, vieram descontá-los na agência Recife da Caixa Econômica Federal. Para azar do sr. Martiniano — chefe do setor de treinamento de mão-de-obra da Secretaria Assistente do Estado de Pernambuco, acusado de desviar recursos de treinamento de mão-de-obra para fins eleitorais — ainda desorientadas com a possibilidade do dinheiro fácil, pois não ministraram nenhum curso para a Secretaria Assistente, as senhoras terminaram por se dirigir à Assembleia Legislativa pensando que estavam na Caixa Econômica. E foram descontar o cheque justamente no gabinete da minoria.

Porto Alegre: a escandalosa venda do Hospital Saúde

Quem comprou? Quem vendeu?

De quem é o Hospital Nossa Senhora da Saúde? Em Caxias do Sul, a principal cidade de colonização italiana do Rio Grande do Sul, poucos sabem responder. A irmã Rosa de Lima diz que pertence à Sociedade Caritativa Literária São José, das irmãs de São José de Chambery. Mas as superiores da ordem dizem que o venderam aos médicos José Bernardelli, Erny Salgado, Neivaldo de Almeida, José Pinto Guedes e Vicente Galichio. Eles concordam, mas não têm como provar a compra. A resposta talvez venha por caminhos insuspeitados pela irmã Rosa, que há seis anos tenta impedir que o negócio seja realmente concretizado.

No dia 15 de janeiro os médicos e as superiores da ordem deixaram de se preocupar apenas com persistente mas solitária campanha da irmã Rosa. Ao meio-dia, a rádio-São Francisco, divulgava as denúncias do vereador arenista e funcionário do INPS local, Aldo Alves Mendes, contra o Hospital Saúde. Ele afirmava que o Hospital "está cobrando contas de medicamentos e serviços já previstos e cobertos pelo INPS. Há casos de pessoas baixadas pelo Instituto, que obtiveram internamento em quartos do Instituto, e que depois que saem do Hospital recebem uma nota de Cr\$ 1.800,00". E assegurava ter notas para provar o que diz.

As acusações de Aldo Mendes tiraram do esquecimento a campanha da irmã Rosa de Lima. Segundo ela os médicos que querem comprar o hospital pressionaram todas as freiras que se opuseram ao negócio. Vinte e três delas foram forçadas a abandonar a congregação e ela, depois de recusar um apartamento para concordar com a venda, foi taxada de louca e ameaçada de internamento numa clínica psiquiátrica. Como não cedia, os funcionários do hospital foram

proibidos de falar com ela e as próprias superiores da congregação passaram a pressioná-la. Assim deixou de receber qualquer pagamento por seu trabalho no Hospital e foi obrigada a lecionar, em faculdades e em escolas médias.

Contra Aldo Mendes as pressões não puderam ser tão grandes. Afinal, como presidente de uma comissão da Câmara de Vereadores que investiga os hospitais de Caxias ele conseguiu documentos e testemunhas contra o Hospital Saúde. Mesmo assim, ele afirmou que sua vida está sendo investigada e os médicos que se dizem donos do estabelecimento prometem processá-lo. Mas suas denúncias tiveram efeito. Dois fiscais da Superintendência Regional do INPS, apenas dois dias depois da divulgação das acusações, já estavam em Caxias do Sul para apurá-las.

Para a irmã Rosa de Lima, a participação do vereador trouxe o benefício da publicidade para sua campanha e também para pressões mais graves que vinha sofrendo. No dia 17, a Sociedade Caritativa São José afirmava que o Hospital tinha sido vendido legalmente e que ela tinha sido desligada da congregação — embora não haja nenhum processo canônico com esta finalidade. Mas as revelações mais atemorizadoras estavam por vir. A irmã Rosa de Lima resolveu levar à justiça o caso das 23 freiras que foram desligadas do hospital. Em consequência, o bispo de Caxias do Sul, dom Benedito Zorzi, a ameaçou com excomunhão. Ao procurar o cardeal dom Vicente Scherer também foi repelida por uma frase curta e seca: "A senhora é uma irmã doente mental, seu lugar é numa clínica psiquiátrica".

Realmente, parece estranho que uma pessoa afirme que um negócio não foi realizado, quando compradores e vendedores afirmam que foi. Porém, mais estranho é constatar que, na verdade, a Junta Comercial Estadual não tem qualquer registro da venda do Hospital Nossa Senhora da Saúde ao grupo interessado em adquiri-lo. O único documento existente é o registro de uma empresa, Hospital Saúde Limitada, com um capital de Cr\$ 2 milhões, subscrito pelo grupo de médicos. Mas não há nada de estranho nas razões que a irmã Rosa apresenta para se opor à transação. Segundo ela, o Hospital Nossa Senhora da Saúde foi construído com isenções de impostos e taxas, com contribuições da coletividade e com "o trabalho escravo de religiosas". Não é certo, segundo ela, vendê-lo a um grupo de homens que, a julgar pelas denúncias do vereador Aldo Mendes, visa apenas o lucro.

Entretanto, ao menos em parte, a irmã Rosa já foi derrotada. Há seis anos, o bloco radiológico do Hospital Saúde foi vendido ao médico Giovanni Scavino, sub-secretário de Assistência Médica da Superintendência Regional do INPS. Mas como a notícia foi divulgada, a Superintendência já está pensando em abrir um inquérito sobre o negócio. Afinal, o estatuto do funcionário público e os estatutos do INPS proíbem que um servidor participe de sociedade que contrate serviços com a própria repartição em que é lotado. (Carlos Mossman)

PALAVRAS

Do delegado do IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal) em Manaus, Vivaldo Campbel, depois de percorrer na semana passada 270 quilômetros da rodovia Manaus-Caracará: "A política de colonização do INCRA no Amazonas, especialmente na rodovia Manaus-Caracará, só tem um objetivo: ferir a integridade da floresta, com os desmatamentos indiscriminados, e facilitar a caça de animais silvestres que vivem na região".

Do mesmo delegado: "Não se pode de maneira alguma fazer colonização da forma como procede o INCRA, autorizando e até exigindo que se façam desmatamentos para que o posseiro possa receber um título de

posse. O desmatamento é o grande trunfo que os posseiros têm para exigir do INCRA um título".

Do deputado Ulysses Guimarães, presidente nacional do MDB, pregando a necessidade de união oposicionista em torno do programa da redemocratização do país: "A unidade deve começar em casa, já que não existe pior inimigo do que o ex-amigo, e por isso, a lei a seguir deve ser não a de Cain, mas a de Abel. O objetivo agora é buscar a unidade do partido em todo o país, com vistas ao pleito municipal de 1976 e ao estadual de 1978, no permanente jogo da política que é um constante desafio que não pode ser obscurecido".

Do secretário-geral do Planejamento, Reis Velloso, falando aos empresários norte-americanos reunidos num almoço promovido semana passada pela Câmara Americana de Comércio: "Peço aos senhores para não importarem o pessimismo hoje existente nas empresas matrizes dos Estados Unidos, pois a situação das filiais brasileiras é particularmente diferente. Queremos que os senhores mostrem à empresa matriz, nos Estados Unidos, que enfrenta atualmente dificuldades, quais são os nossos objetivos ao decidir contiguar crescendo a taxas elevadas. É importante que os senhores e suas empresas aprove os programas de expansão que estamos exigindo, no momento, para que a economia brasileira possa continuar em crescimento acelerado e em condições de atender a demanda futura de bens industriais. Mostrem à empresa matriz qual é a opção de crescimento do Brasil

e provem com números que não estamos querendo crescer apenas para cultivar o otimismo".

Do sertanista Sidnei Possuelo, um dos prováveis candidatos à substituição dos irmãos Villas Boas no Parque do Xingu, manifestando sua preocupação a respeito da política indigenista desenvolvida no parque:

"Sem a continuação dessa política todo o trabalho dos Villas Boas, hoje respeitado no mundo inteiro, se diluiria de forma violenta e rápida. E em menos de um ano poderemos ver, por exemplo, um Aritana, um Índio Iulapiti orgulhoso, posando nu e cobrando dinheiro de turistas, geralmente sedentos de curiosidade e lembranças".

Ainda do sertanista Possuelo a respeito das mudanças provocadas pela política desenvolvimentista na Amazônia: "Atrás do boi vem a desagregação e as provas são eloquentes. A Ilha do Bananal talvez seja a experiência mais dramática e triste. Atualmente, porém, todos nós, jovens sertanistas, estamos de bem com a Funai. As dissidências entre indigenistas e o órgão federal, que se repetiam em um passado recente, desapareceram".

Do presidente norte-americano Gerald Ford, defendendo, na televisão, sua discutida capacidade intelectual: "No mundo há muitas pessoas mais bobas do que eu".

Ainda o presidente Ford, referindo à sua capacidade para governar os Estados Unidos: "Ter senso comum e boas maneiras é alguma coisa que também serve".

Relatório Intimo

DE MONTE MORRIS

Um livro emocionante em torno do seu

Cr\$ 30,00

Linguagem Corporal

De JULIUS FAST

A expressão corporal como nova e importante forma de comunicação humana.

Cr\$ 28,00

Jogos Simulados

De CLARK C. ABT

Através das mais variadas técnicas de simulação de situações reais, você descobrirá como resolver os problemas da vida atual.

Cr\$ 28,00

LANÇAMENTOS DA EDITORA JOSÉ OLYMPIO

Rua Marquês de Olinda, 12 — Botafogo — Rio Caixa Postal 9.018

Pronunciamentos do deputado José Bonifácio, novo líder do governo na Câmara, no agitado período em que presidiu a Câmara dos Deputados antes de seu fechamento, em 1968:

• **Sobre a possibilidade do governo solicitar licença para processar o deputado Márcio Moreira Alves:** "A Câmara examinará soberanamente o problema e resolverá livremente". (19/4/68)

• **Sobre o espírito democrático do regime:** "A existência da Frente Ampla prova que vivemos sob regime democrático". (23/3/68)

• **Sobre divergências da Igreja com o Estado:** "Não me compete como cristão fazer críticas aos padres". (19/4/68)

Neste espaço de seis anos desde o fechamento do Congresso aos dias atuais, quando volta ao primeiro plano da política como o novo líder do governo na Câmara, José Bonifácio apenas envelheceu. Hoje já sente com mais intensidade o peso da idade, 71 anos. Mas mudou pouco o estilo e ainda conserva a mesma agilidade e retórica que permitiram a sua sobrevivência mesmo às crises mais agudas. "Eu tenho 200 anos de experiência política", gaba-se. De fato, em todo o país nenhum outro político ostenta ascendência política tão notável: do lado materno é neto do conselheiro Lafayette de Andrada, um dos mais famosos juristas e ministro do Império; enquanto do lado do pai (Bonifácio, o moço — ex-embaixador e deputado federal de 1899 a 1930) descende do Patriarca da Independência, José Bonifácio de Andrada e Silva e do revolucionário José Aires Gomes, que tomou parte na Inconfidência Mineira, além do ex-presidente Antônio Carlos, que governou Minas de 1926 a 1930. Ainda não existiu um Parlamento no Brasil que não tivesse um Andrada (só na década de 1920 haviam quatro). E Zezinho Bonifácio, que começou na política em 1929 como oficial de gabinete do secretário da Segurança de Minas, evidentemente não fugiu à regra e mantém a tradição da família na Câmara há oito mandatos consecutivos, desde a Constituinte de 1946. Antes havia sido deputado à Assembleia Constituinte mineira de 1934, pelo Partido Progressista e na revolução de 30 teve participação ativa como assistente civil da 4.ª Região Militar Revolucionária (ao lado do general Nelson de Melo, do tenente Eduardo Gomes, do general Maynard Gomes, entre outros) e diretor do *Jornal Revolucionário* de Barbacena.

Apesar do sobrenome Zezinho Bonifácio mostrou-se aparentemente pouco preocupado com o que a história dirá dele e de seus longos 46 anos de atividade política. Na agitada época entre os anos de 1963-64, por exemplo, entrou no coro da *Banda de Música* com uma frase que se tornou famosa: "Só quem pode fechar a Câmara sou eu, porque a chave está comigo". E, ironicamente, alguns anos depois, em 1968, já como presidente da Câmara, respondia não com palavras mas com um gesto obscuro à sugestão do deputado Celso Passos ("Seja menos Zezinho e mais Andrada") contra a sua relutância em aceitar o pedido do grupo de deputados do MDB que foi propor-lhe a convocação de uma reunião extraordinária para protestar contra o anunciado recesso do Congresso. "Mas eu não posso marcar reunião à noite porque um ato vem aí", defendia-se. Às vezes, contudo, José Bonifácio tem rasgos de independência e rebeldia, como em 10 de outubro de 1955, quando levantou-se bruscamente no plenário da Câmara para protestar veementemente contra um ato da mesa que determinou o fechamento do recinto a ela destinado durante as votações.

Católico devoto, extremamente conservador, José Bonifácio ajudou a fundar a União Democrática Nacional em 1945 e mais tarde tomou parte na coligação parlamentar de oposição ao governo Goulart — a chamada Ação Democrática Parlamentar. Durante o Estado Novo recolheu-se à advocacia, em Barbacena, sua cidade natal, abandonando temporariamente a política. Em contrapartida, partiu dele

Entrevista com o novo líder do governo na Câmara, José Bonifácio de Andrada "TENHO 200 ANOS DE EXPERIÊNCIA POLÍTICA"

uma das iniciativas que mais contribuíram para a derrocada do último governo Vargas, o processo de investigação no Banco do Brasil. No começo da década de 1960, na quarta legislatura, denunciou a ilegalidade de pagamento aos acionistas franceses pela desapropriação da Port of Pará.

Em maio de 68, como presidente da Câmara, era o próprio José Bonifácio que se via comprometido diante de acusações do gênero das que fazia na época da *Banda de Música*. Segundo o então líder do MDB, deputado Mário Covas, era comum na época o aparecimento de duas listas de presença para uma mesma sessão da Câmara — uma para aferição do quorum e outra, geralmente com o comparecimento maciço de deputados, para assegurar o pagamento do *jeton*. Mas um dos momentos mais amargos para José Bonifácio, sem dúvida, aconteceu durante a comemoração na Câmara, em 1973, pela passagem dos 30 anos do *Manifesto dos Mineiros* contra a ditadura Vargas. Na sua extrema devoção ao movimento de 64, Zezinho preferiu não se associar à solenidade e, calado, sem esboçar qualquer gesto de reação, assistiu passivamente aos discursos e intervenções dos colegas sobre a suposta atualidade do *Manifesto*, embora fosse o único signatário do documento entre todos os parlamentares na Câmara.

Nesta entrevista concedida a Teodomiro Braga, de *Opinião*, agora na condição de futuro líder do governo na Câmara, escolhido há duas semanas pelo presidente Geisel, José Bonifácio mostra-se com a mesma disposição de 1968 em servir o movimento de 1964 acima de tudo.

Opinião — Como será o Congresso em 1975?

J.B. — Contrariando a opinião geral, eu entendo que o congresso em 1975 vai ser calmo, os trabalhos correrão em ordem e da parte do MDB haverá uma contribuição muito grande. Essa minha opinião é de fácil compreensão. É que o MDB até então não tinha um terço de deputados, de modo que a sua responsabilidade não era assim muito nítida do ponto de vista de tomar posições em relação a assuntos nacionais e políticos frente ao governo. Mas já agora com o resultado das eleições de 15 de novembro o MDB passou a ser um partido com poder decisório também. Ele tem mais de um terço dos deputados e, sendo assim, como os projetos para serem aprovados dependem do quorum de dois terços, então dependem da posição que o MDB tomar. Então acho que isso importa em obrigá-lo a uma reflexão muito grande e ser bastante cauteloso no desenvolver de sua ação justamente para não prejudicar o país.

O — Com o MDB mais forte não se torna mais difícil para o sr. liderar o partido do governo na Câmara?

J.B. — Não, porque o fortalecimento do MDB, como disse, importa num policiamento da parte dele das posições que ele vai tomar e que não serão, portanto, decisões radicais mas sim posições de colaboração. E isso nos facilita a tarefa.

O — Como viu a derrota da Arena nas eleições de 15 de novembro?

J.B. — A Arena nas eleições de 15 de novembro não foi derrotada. Ela continua maioria no país inteiro. Mas uma maioria menor, porque ela perdeu 19 deputados e o MDB ganhou 73. Mas ainda continua, apesar destes resultados, com a maioria de deputados, não só estaduais como deputados federais e senadores. De modo que acho esse resultado como um fato episódico, portanto, um acontecimento fortuito que



José Bonifácio

necessariamente não se repetirá. Ele pode se repetir, mas não é necessariamente que ele se repetirá. Foi um fato ocasional, que surpreendeu tanto a Arena como o MDB.

O — E qual o fator?

J.B. — Depende de fazer uma pesquisa e nós estamos fazendo. Mas algo houve, algo houve que serviu de denominador comum porque o homem do Acre votou igual ao homem do Rio Grande do Sul. O homem dos confins do Brasil votou igual ao homem do Rio de Janeiro ou São Paulo, de modo que houve um centro coordenador e não proposital, uma causa qualquer que determinou o aglutinamento de várias forças políticas do outro lado. Mas eu acho que não é mérito nenhum do MDB nem demérito da Arena.

O — O que a Arena vai mudar em 1975 em relação ao ano passado?

J.B. — O comportamento da Arena vai ser de acordo com o desenrolar dos acontecimentos, ela vai evoluindo à medida que os acontecimentos se evoluírem mas a sua linha política só será mudada depois que for aprovado o novo programa que está sendo organizado. Esse novo programa dará o norte para que ela possa tomar outra posição, se tiver que tomar outra posição se o programa assim exigir.

O — A Arena tem condições de se adaptar a uma mudança radical?

J.B. — O que chama de mudança radical?... Não há prenúncio de nenhuma mudança radical. Se percebe é que haverá mudanças paulatinas, por etapas. Uma mudança radical não há e nem há motivo.

O — Há possibilidade do Congresso recuperar a autonomia?

J.B. — Eu não acho que o Congresso não tem autonomia. Eu acho que o Congresso tem plena autonomia. Apenas as suas tarefas é que se modificaram.

O — Os jornais especularam bastante ultimamente sobre as desavenças que teriam havido na Arena ao longo do processo de escolha da nova liderança. Há realmente desavença na Arena?

J.B. — Não há nenhuma desavença na Arena. O que há é conversas de uns com os outros. Agora, se você está sempre de um lado então há um mutismo geral. Quando vários grupos

resolvem ficar de um lado só, então não há conversa e nem há diálogo, há um muro que é aumentado por sussuros. O partido está vivo e só vive através de disputas e discussões entre os seus correligionários. Agora, depois de assentado o ponto de vista geral, aí então sim, todos ficam em torno dele mas antes disso há discussão, há brigas e tudo mais como num processo democrático.

O — O que o sr. define por democracia?

J.B. — Eu dou a definição clássica: governo do povo e pelo povo. E acho que até agora não tem outra definição que satisfaça todas as áreas.

O — E como vê a situação atual do país em relação à democracia?

J.B. — Acho que estamos rigorosamente dentro da democracia e a prova é você estar fazendo estas perguntas e as atitudes que *Opinião* assume de vez em quando e não acontece nada. Você vê, os deputados falam o que querem. Quanto à questão do caso do deputado Francisco Pinto estava previsto em lei de modo que não se pode levar isto em conta de compressão, nem de violência, nem de falta de espírito democrático. Pelo contrário, há afirmação do espírito democrático porque a lei de segurança nacional foi extremamente clara. Ela diz que qualquer deputado, qualquer pessoa que menosprezasse chefe de Estado com o qual o Brasil mantém relações seria punido com a pena X. O presidente poderia baixar um decreto fundado no Ato Institucional número 5 e a questão se resolvia. Mas ele entendendo que o espírito democrático não condizia com essa posição, entregou a questão ao Judiciário para resolver e o Judiciário resolveu fundado em lei.

O — Qual sua posição diante do debate sobre a extinção do AI-5?

J.B. — O AI-5 vai acabar pelo desuso. Tenho a impressão de que ele não será revogado expressamente. Acho que o desuso fará com que ele se extinga normalmente. Ele não está sendo aplicado e o processo Francisco Pinto mostra.

O — Mas ele continuaria existindo?

J.B. — É evidente. O presidente quer praticar tudo dentro da legislação existente. Ele não está lançando mão de nenhum recurso extraordinário e até foi criticado porque não lançou

mão do recurso com relação ao caso Francisco Pinto, que entrou na norma geral. Mas mesmo caindo em desuso continuaria existindo para qualquer eventualidade. O presidente disse isso no discurso dele, que não abre mão dos poderes excepcionais que tem e vai usá-los se necessário. Aí temos a palavra do presidente, que foi muito claro.

O — É compatível o AI-5 com a democracia?

J.B. — Acho. Não é possível que se leve o país a uma democracia tal que os inimigos se aproveitem dessas franquias para assassinar a democracia. Então o AI-5 neste instante, segundo uma conjuntura que se vê no Brasil e em toda a parte e segundo os poderes competentes que estão governando o país — porque não revogaram ainda — é necessário para defender a democracia. O AI-5 é um instrumento da democracia.

O — Na sua opinião o que herdou do Patriarca José Bonifácio além do sobrenome e da tradição?

J.B. — Você excluiu o que eu ia dizer. Herdei o nome e fico muito contente com esta herança.

O — O que tem significado em termos políticos ao longo dos anos?

J.B. — Em termos políticos para mim não tem muita significação. Eu acho que o homem vale não pelo seu nome mas pelas suas ações. Nesta questão eu recorro a frase de Abrahão Lincoln: "Nunca devemos indagar o que foram os nossos avós mas sim o que serão os nossos netos". E a frase é bem feita porque os avós não dependem da gente e os filhos sim. Os filhos e os netos dependem de nós, então vamos educá-los e vamos esclarecê-los o que é a vida e como devem se conduzir. De modo que o mérito está nisso e não na ascendência.

O — Se José Bonifácio de Andrada estivesse vivo, ele se adaptaria à atual conjuntura como o sr. se adaptou?

J.B. — Houve um historiador que dizia que os Andradas eram facciosos no poder e violentos na oposição...

O — Mas ele estaria na Arena, como o sr.?

J.B. — Estaria na Arena, estaria na Arena...

O — Como o sr. vê o seu papel histórico, como presidente da Câmara, nos episódios que culminaram com o fechamento do Congresso, em 1968?

J.B. — Quando o Congresso entrou em recesso em 1967, eu era o presidente da Câmara. E vários deputados da oposição insistiram no sentido de que eu convocasse a Câmara para fazer um protesto. Eu sou um homem extremamente objetivo, extremamente objetivo. Eu não pratico ato inútil, eu pratico atos úteis. Então entendi que uma reunião daquelas em vez de melhorar iria piorar totalmente a situação. Em segundo lugar é que eu estava, como estou, ao lado destes princípios: toda vez que houver um extravasamento no sentido de desvirtuar a revolução, estou contra este extravasamento e a favor da revolução. E não só isto eu afirmo na hora em que foi fechado, em que foram suspensas as atividades do Congresso, como ainda tive a franqueza de pronunciar um pequeno discurso diante de numerosos deputados que estavam contra mim no qual contava isso: que nós todos devemos sempre ter em vista e em mente que no Brasil só uma coisa é permanente: eleição e eleitores. Pois bem, dentro de oito meses apareceram as eleições e o Congresso foi reaberto.

O — O sr. se considera um liberal?

J.B. — Dentro do processo eu considero porque o mundo moderno hoje está todo agitado e depois que se inventou a bomba atômica o mundo mudou completamente. Basta dizer que se afere a importância do desenvolvimento de um país através da bomba atômica. Enfim, quem tem bomba atômica é superpotente, quem não tem é apenas país desenvolvido. Quem não tem a bomba atômica e não tem nada é subdesenvolvido... ou então, como se diz, país em desenvolvimento.

Investigação em torno da esquistossomose no Brasil

I— COMO COMBATER UMA DOENÇA SEM NUNCA ERRADICÁ-LA

Bernardo Kucinski

O ministro da Saúde, Paulo de Almeida Machado: "O hycanthono é o único medicamento que temos para a esquistossomose, não há outro. Os Estados Unidos proibiram o hycanthono porque eles não têm esquistossomose, mas nós temos de 6 a 8 milhões de brasileiros com esta doença e não temos substituto para este remédio". (Depoimento a Comissão de Saúde da Câmara a 12 de junho de 1974)

O mesmo ministro, sete meses depois: "Pode parecer acaciano, mas a verdade é que só agora o Ministério descobriu que o tratamento dos doentes não basta para combater a esquistossomose e que a melhoria das condições habitacionais é condição primeira para resolver grandes problemas de sanitário". (Discurso na Faculdade de Saúde Pública da USP, a 19 de dezembro de 74).

Março de 1974. No posto de saúde do Cambuci, em São Paulo, entre 30 e 40 famílias de nordestinos esperam a chamada do funcionário de plantão para serem "despachadas". Todos os dias, levam de emigrantes são interceptadas na Estação do Norte — terminal da Central do Brasil — e trazidas a esse posto médico de "triagem" convenientemente localizado na baixada do Parque Dom Pedro, próxima à estação. Alguns já vieram para São Paulo com destino certo, "a convite" de fazendas do interior; outros trazem de endereços de parentes. Mas há os que buscam o sul sem destino mais específico que o de tentar a sorte. Estão todos muito sujos, impregnados de pó e dos suor da viagem de vários dias — e incrivelmente magros. Pelos olhos espantados parece que só agora se deram conta da totalidade de sua miséria. As várias famílias, com muitas crianças, não se misturam muito, cada uma formando um grupo à parte em atitude de autoproteção.

Um muro alto pintado de azul protege a vila de frente, tipo BNH, dessa cena cotidiana. Dentro do edifício baixo, no fim de um corredor longo salpicado de detritos e atravancado até o teto por pilhas de camas, está o Posto de Combate à Esquistossomose do Estado de São Paulo. É ali que os nordestinos são examinados pelo método Kato — nome do cientista japonês que o inventou. Uma pequena mostra de fezes é passada por uma peneira de malhas muito finas e examina-se a presença ou não de ovos do *schistosoma* — o verme causador da esquistossomose. Os portadores do verme recebem uma injeção de um medicamento criado há apenas alguns anos — o metanossulfonato de hycanthono. Uma única dose de hycanthono — nome comercial Etenol — cura 70 a 90% dos casos.

Naquela leva os enfermeiros encontraram um único portador da doença, o que é raro. Em geral 25% dos nordestinos, inclusive famílias inteiras, estão infectadas. João Gilvam, pernambucano de 25 anos, razoavelmente bem vestido, não se considerava de forma alguma um "pau-de-arara" igual aos outros e muito menos portador da esquistossomose, da qual nunca sentiu nenhum sintoma. Gilvam veio só a São Paulo, tentar a vida, mas "cometeu a imprudência" de pedir informações a um guarda na estação rodoviária e foi acabar no posto do Cambuci. Ficou dois dias sem comer, "de nojo", protestando que queria ir embora. Trancafiaram o rapaz no enorme dormitório de colchões macilentos e vazios — o médico só viria no dia seguinte e sem exame do coração, pulmão e principalmente fígado, não se pode aplicar o hycanthono.

O médico de fato apareceu no dia seguinte, examinou e pesou Gilvam rapidamente e foi aplicada a injeção, (3 miligramas de hycanthono por cada quilo de peso do paciente), na região chamada "pequeno glúteo". Gilvam ainda permaneceu cerca de 12 horas em observação, e foi liberado.

No arquivo de aço do posto de saúde seu nome ficou registrado junto a milhares de outros nordestinos que também receberam a dose única de hycanthono. Gilvam não permaneceu no posto as 24 horas "de observação" recomendadas quando da aplicação do hycanthono — uma substância que em alguns casos provoca violentas reações colaterais e às vezes, se bem que raramente, mata. Gilvam não deixou um endereço onde pudesse ser localizado no futuro, como determina a Organização Mundial de Saúde porque existe a extraordinária suspeita de que o hycanthono possa ser potencialmente mutagênico, teratogênico e carcinogênico (indução a mutações genéticas e formação de câncer). Gilvam não tinha endereço, como ele veio ele se foi, para a grande cidade onde dificilmente será encontrado de novo. A rigor, Gilvam nem deveria ter sido injetado com o hycanthono. Exatamente devido às suspeitas sobre a droga, recomenda-se que, apesar de sua eficácia, ela seja empregada exclusivamente nos casos onde o número de vermes dentro do indivíduo é tal que a doença realmente manifesta sua sintomatologia.

Como indivíduo, Gilvam mais perdeu do que ganhou com a injeção de hycanthono. Os poucos vermes que penetraram no seu corpo, lá no nordeste, de qualquer forma morreriam dentro de algum tempo — o *schistosoma* não se multiplica dentro do corpo humano. Mas para o médico do posto do Cambuci razões superiores — razões de Estado — eram naturalmente prioritárias. O posto do Cambuci é o primeiro de uma série em construção nas principais vias de acesso de migrantes que buscam o Estado. Um cordão sanitário para proteger o Estado de São Paulo. A descoberta do hycanthono — capaz de curar com uma única injeção — tornou possível essa estratégia. Migrantes podem ser tratados praticamente na hora e liberados. Não há necessidade de hospitais, creches para as crianças durante o tratamento, gastos com acomodação e alimentação. Um sistema muito conveniente.

O importante em Gilvam não era o grau de sua infecção, mas o fato de que mesmo portando pouquíssimos vermes, ele poderia atuar como vetor da doença. Quem garante que Gilvam não vai viver em lugares desprovidos de rede sanitária, espalhando, pelas fezes, os ovos do *schistosoma*?

"Desastre natural"

A esquistossomose é uma doença muito peculiar. A sintomatologia da doença é provocada não pelos vermes adultos, os *schistosomas*, macho e fêmea, que permanecem unidos em pares dentro de diversos órgãos do corpo humano — mas pelos ovos depositados por esses vermes. Periodicamente esses pares descem até as paredes da bexiga ou do reto e depositam ovos — apenas alguns ovos por par. Ocorrem então inflamação do fígado e dos intestinos, diarreia, obliteração das artérias, fraqueza geral, fibrose e outras complicações. Nos casos extremos — muito raros — a morte, por insuficiência cardíaca ou respiratória e por hemorragia. Em casos graves mas não extremos a conhecida "barriga d'água". Mas a vida não é muito fácil para o *schistosoma*. O *schistosoma mansoni* (a espécie existente no Brasil) só



consegue infectar o homem, seu único hospedeiro definitivo, depois de vencer um grande número de obstáculos naturais. (Alguns animais também podem ser infectados, mas com dificuldades ainda maiores.) A sobrevivência da espécie é difícil para o *schistosoma* principalmente porque ele passa por dois estágios distintos — e em lugares diferentes — antes de atingir o de adulto.

Os ovos depositados pelo *schistosoma* são eliminados nas fezes, mas é preciso primeiro, que essas fezes atinjam depósitos de água (lagoas, rios, canais) antes que se passem sete dias. Na água, os ovos dão origem ao primeiro estágio larval — chamado miracídio. O próprio miracídio precisa encontrar em menos de 24 horas um hospedeiro e para o *schistosoma mansoni* existem apenas três espécies de caramujos no Brasil do grupo *biomphalaria* que podem servir de hospedeiros ao miracídio. Dentro desses caramujos o miracídio se multiplica por autopartição, até formar enormes colônias de 200 ou 300 mil unidades, que são expelidas do caramujo após cerca de 40 dias. São esses vermes, chamados cercárias (visíveis a olho nu) que infectam o homem penetrando no corpo pela pele, e buscando logo os órgãos vitais, onde se tornarão adultos (*schistosoma*) após cerca de sete semanas.

Esse ciclo de vida acidentado do *schistosoma* pode ser facilmente interrompido em mais de uma ocasião. Se o homem defecar em latrinas, servidas por esgotos, os ovos nunca atingirão águas propícias à sua evolução. Mesmo atingindo, se não existirem nessas águas uma das três espécies de caramujos, os miracídios não chegam ao estágio de cercária. Finalmente, é preciso que o homem penetre nas águas desprotegidas e seja infectado, para que as cercárias virem o *schistosoma* adulto, capaz de depositar ovos. Um homem infectado não transmite a doença diretamente a outro, e somente cercárias — nem os ovos e nem os miracídios — podem penetrar no homem. O *schistosoma* adulto não se multiplica dentro do próprio homem — ao contrário, morre após alguns meses. Um homem portador de número pequeno de *schistosomas* pode viver toda a sua vida sem notar a infecção. Estima-se que no Brasil apenas uma em cada mil pessoas infectadas sofre de sintomas severos da doença (1) em regiões rurais, e uma em cada 100, nas áreas urbanas.

Na China, onde a esquistossomose (de um tipo chamado *japonica*) atinge cerca de 11 milhões de pessoas, a doença foi virtualmente eliminada como endemia através de um amplo programa sanitário, com a construção de latrinas, canais de irrigação, campanha educacional intensiva,

desenvolvimento de novos métodos de plantio do arroz e tratamento da terra. A endemia na China apresentava caráter ainda mais grave por ser milenar (no Brasil, existe há menos de 200 anos), apresentando uma diversificação de espécies e de hospedeiros que não se encontram no Brasil. Além disso o uso de adubo humano na agricultura — comum na China — agravava o problema (2). Ao mesmo tempo em que se desenvolveu a intensa campanha sanitária, doentes já infectados eram tratados em massa com medicamentos anteriores à descoberta do hycanthono (que aliás, não é ativo contra o *schistosoma japonicum*)

"Mas em vastas áreas da América do Sul, África, Oriente Médio e sudeste asiático, há evidências de que tanto a intensidade quanto a extensão da doença estão aumentando. Esse aumento é devido tanto ao crescimento populacional, com o seu potencial de poluição associado, como aos projetos de desenvolvimento baseados em represas e sistemas de irrigação e energia elétrica". (3)

Trecho de um relatório da Organização Mundial de Saúde (OMS). O relatório, como se vê, culpa as próprias vítimas da doença pelo seu alastramento — "o potencial de poluição" de uma população que cresce; suas "crescentes demandas de alimentos". Adquire nova forma o antigo preconceito europeu sobre as chamadas doenças tropicais. (Antes, a cólera era "indiana", o tifo "americano", a peste "oriental", a tuberculose, a difteria, a febre tifóide, que dizimaram populações europeias inteiras, nunca foram chamadas de "inglesa" ou "francesa".) Essa atitude não fica apenas na semântica — ela é parte e ao mesmo tempo instrumental no desenvolvimento de concepções específicas sobre a esquistossomose, e principalmente sobre as formas de erradicação da doença. Em nenhum momento o relatório da OMS (bem longo), lembra que a construção de esgotos resolveria boa parte do problema. Aos poucos, dessa atitude, foi nascendo uma visão da esquistossomose como um "desastre natural", uma componente inevitável do próprio meio-ambiente, impossível de ser eliminada:

"Tão comum é a esquistossomose nas regiões endêmicas da África que fica-se impressionado pela sua prevalência; em geral muito pouco pode ser feito para controlar seu alastramento. É claro que tenta-se curar cada caso isoladamente, mas o médico nunca pode ter a certeza de que o paciente vai viver num ambiente onde ele estará a salvo de ser novamente infectado". (4)

De um artigo "científico" de um médico da Rodésia. Mesmo ao associar a doença a

fatores de geografia, ele deixou de dizer que a esquistossomose se distribui no planeta em manchas geográficas que coincidem invariavelmente com a distribuição da miséria: entre os negros da África, os *fellahs* do Egito, os lavradores do nordeste brasileiro, o proletariado *lumpen* de Porto Rico e de centenas de pequenas cidades do Brasil, incluindo sul de Minas e Espírito Santo e interior de São Paulo. Não mencionou também que a desnutrição agrava bastante o quadro clínico da esquistossomose. Calcula-se que 200 milhões de pessoas vivem hoje infectadas com o *schistosoma*.

Trazida pelos escravos

Maio, 1973. Na sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em Recife, duas assistentes sociais apontam para um mapa da Zona da Mata, em Pernambuco. Toda a região, fértil e bem servida de chuvas, está tomada por intermináveis canaviais. As terras pertencem a famílias de usineiros ricos, a maioria — como se sabe — vivendo em edifícios de fino gosto à beira-mar em Recife, ou no Rio de Janeiro. Naquele ano o açúcar continuava a se valorizar nos mercados internacionais, e os canaviais passaram a ocupar até mesmo o mais íntimo espaço de terra útil. Não há virtualmente culturas de subsistência; lavradores moram nos interstícios do canavial. Provavelmente ali nasceu, com os primeiros escravos e os primeiros latifundiários, a esquistossomose mansônica no Brasil. As duas assistentes sociais trabalham no programa de colonização da Amazônia, baseado no traslado de populações sem terra do nordeste para a floresta tropical amazônica. Na Zona da Mata encontra-se a maior concentração de camponeses sem terra do nordeste, mas o INCRA foi buscar candidatos às agrovilas da Transamazônica em outras regiões:

"É claro que nós começamos procurando candidatos na Zona da Mata, a mais superpovoada. Mas não deu certo... são todos doentes, com doenças endêmicas, verminoses, e principalmente com a esquistossomose. Em um grupo que nós examinamos, de 203 candidatos, só havia um que não tinha o *schistosoma*. De maneira que nós abandonamos o trabalho na Zona da Mata". (5)

A esquistossomose, trazida ao Brasil com o tráfico de escravos, rapidamente tornou-se endêmica no nordeste, principalmente em Alagoas e Sergipe, mas também em Pernambuco, e mais tarde na Bahia e Minas Gerais. Mas apesar dos milhões de brasileiros infectados, a doença manteve-se relativamente compartimentada durante muito tempo, pelo imobilismo das populações e pela estrutura social do país: somente os mais pobres dentre os pobres, tanto no nordeste como nas favelas e bairros limites das cidades, eram atingidos. Uma parcela da população que poderia ser facilmente

continua na página ao lado

1) Relatório de dr. Kurt Klotzel à OMS, classificado SCHISTO/WP/72.2, julho 1972.

2) Ensaios Médico-Sociais, cap. XVIII, por Samuel Barnsley Pessoa.

3) Report of a WHO Consultant group on the Comparative Evaluation of New Schistosomocides Drugs for Use in Treatment Campaigns Organização Mundial da Saúde, 1972. Classificado WHO/SCHISTO/1972.

4) Tropical Doctor, Vol 2, N. 1, 1972. By dr. Michael Gelfand, University College, Rhodesia.

5) Entrevista com o autor, maio 1973.

A esquistossomose no Brasil

continuação do pôgino ao lado

"abandonada", como disseram as assistentes sociais do INCRA.

Mas nas duas últimas décadas a esquistossomose vazou de seus compartimentos e atingiu o sul.

"Em 1953 nós calculávamos que havia 5,2 milhões de pessoas infectadas, mas hoje, com o alastramento da população atingida por todo o país, esse número dobrou", disse recentemente um cientista. (6) Segundo outro pesquisador, um em cada dez brasileiros era portador do schistosoma em 1971, o que significava 9 milhões de pessoas, número aceito com relutância pelo governo. (7)

A esquistossomose chegou ao Planalto Central (com a construção de Brasília pelos *cangangos*) sempre acompanhando os movimentos migratórios e as concentrações de favelados. E chegou a São Paulo, o Estado mais rico do país — mas onde também se encontram vastos bolsões de miséria. Em 1970 o governo do Estado lançou sua campanha para frear o alastramento do schistosoma, depois da descoberta de 7 mil focos do caramujo infestado. Cerca de 200 mil paulistas já estavam então infectados com o verme.

Março, 1974. A Campanha de Combate à Esquistossomose do Estado de São Paulo (Cacep) tem sede num sobradinho elegante no Pacaembu. Ali estão os mapas, com os focos já descobertos, amostras do caramujo, organogramas, salas de reunião. A limpeza é exemplar, o clima é de trabalho, mas calmo, de repartição nova. Há poucos funcionários e nada daquela atmosfera opressiva da burocracia, encontrada em tantas outras repartições do Estado. Para o chefe da campanha, dr. José Toledo Piza — tradicional família paulista de políticos e cientistas — o objetivo da campanha é muito claro:

"Precisamos proteger nosso Estado contra a esquistossomose. Todos os anos milhares de nordestinos entram em nosso Estado, muitos deles infectados. Eles espalham a doença à medida que se dirigem para as regiões rurais, regiões sem saneação".

O dr. Piza afirma já ter aplicado mais de 40 mil doses de hycanthone e calcula-se em pelo menos 120 mil o número de pessoas medicadas com o hycanthone no Estado de São Paulo apenas, desde que a droga foi introduzida em 1969 em ensaios clínicos. A droga já foi usada também em Belo Horizonte (cerca de 9 mil aplicações) e pelo Ministério da Saúde em suas campanhas nacionais de alcance relativamente limitado — 20 mil aplicações por ano em média. Ao todo meio milhão de brasileiros já receberam a dose única de hycanthone (8) e 200 mil em outros países, principalmente negros da Rodésia e África do Sul, os *jellahs* do Egito, e em menor escala em Zâmbia e no Kenya.

Mas muitos países onde a esquistossomose é ou já foi endêmica preferem não usar o hycanthone. Porto Rico é território sob jurisdição norte-americana mas ali a droga não é aplicada, apesar do fabricante, Sterling Drug Incorporation, ser empresa multinacional com sede nos Estados Unidos. Segundo cálculos do Centro de Controle de Doenças dos Estados Unidos (US Center for Disease Control), a esquistossomose atinge cerca de 15% dos 2,7 milhões de habitantes de Porto Rico. Foram detectados focos da doença também na comunidade porto-riquenha de Nova York, e entre Yeminitas de Detroit e da Califórnia.

A Sterling Drug Incorporation obteve autorização para testar clinicamente a droga da American Food and Drug Administration (FDA), o órgão do governo norte-americano que fiscaliza o uso de medicamentos e alimentos. Mas o hycanthone nunca foi aprovado para comercialização pela FDA. A própria Sterling Drug Inc. evitou fazer o pedido, porque aparentemente temia que ele fosse indeferido. De fato, o mais recente pronunciamento da FDA sobre o

hycanthone diz:

"Em virtude das controvérsias (sobre o potencial mutagênico, e carcinogênico da droga) e a existência de outras modalidades de tratamento terapêutico da esquistossomose, a FDA não crê que a relação riscos/benefícios do hycanthone seja favorável neste estágio a uma continuação nos testes clínicos".

Pior que Nagasaki e Hiroshima

A atitude da FDA norte-americana proibindo o uso do hycanthone, e não recomendando nem mesmo para testes clínicos, deriva de advertências de vários cientistas de renome nos campos da quimioterapia, da biologia e da genética. Esses cientistas afirmam que a aplicação em vasta escala do hycanthone pode levar a consequências trágicas dentro de 15 ou 20 anos. Um deles é o professor R.C. von Borstel, presidente do Departamento de Genética da Universidade de Alberta (Canadá):

"... Se o hycanthone ainda está sendo aplicado em grande escala para combater a esquistossomose, pode ser uma boa idéia desenvolver meios para avaliar os danos genéticos sofridos por essa população. Um estudo genético vastíssimo sobre os efeitos das

Universidade de Maryland, revelou transformações malignas provocadas por concentrações bem baixas de hycanthone (0,1mg/ml). Apenas os mais potentes agentes carcinogênicos mostram-se ativos nesse tipo de teste, a concentrações tão baixas.

Efeitos tóxicos — Uma grande autoridade em hycanthone no Brasil, o doutor Naftali Katz, recomendou no simpósio sobre "toxicidade a longo prazo" da droga, realizado em janeiro de 1974 no Instituto Nacional de Saúde de Batsheda (Estados Unidos) "mais estudos sobre os efeitos tóxicos" do hycanthone, antes que essa droga possa ser usada em ampla escala. (12) "E o dr. Milward de Andrade (1974) estudando o fígado de oito pacientes que morreram após a dose única de hycanthone, encontraram em todos eles uma aguda toxidez hepática. Necrose maciça do fígado também foi detectada por Godoy e Marinho em quatro pacientes tratados por hycanthone". (13)

A morte pura e simples do paciente após a dose única de hycanthone é assunto muito delicado no Brasil. Mas existem algumas indicações. O último levantamento geral de que se tem notícia foi feito por uma comissão de 13 destacados pesquisadores do assunto, reunidos pela Sucam

mesmo nível de incidência da doença anterior à campanha. Isso porque há sempre 10% de casos contra-indicações para a quimioterapia — e desses casos a doença surge novamente já que nada foi mudado no ambiente".

O professor Gilbert conhecia os métodos de erradicação da doença na China: educação, controle rigoroso das fezes humanas (medidas sanitárias), coleta do caramujo e só no fim da lista, o tratamento clínico dos doentes.

Mas o professor Gilbert não conhecia os oito princípios de ação que serviram de base ao método:

1 — Unir sempre que possível os métodos de profilaxia aos métodos de produção.

2 — Nunca fazer apenas pesquisas de laboratório, mas também de campo.

3 — Fazer pesquisas de campo nas regiões onde a doença existe endemicamente.

4 — Suprimir a idéia de que a ciência é cheia de mistérios.

5 — Acabar com o trabalho científico solitário.

6 — Unir os ensinamentos da medicina tradicional chinesa com a medicina moderna.

7 — A luta contra as doenças de massa deve ter caráter político.

Com aproximadamente meio milhão

"Se as advertências dos cientistas estiverem corretas, somente daqui a 15 ou 20 anos se terá a verdadeira medida dos efeitos da droga usada para combater a esquistossomose no Brasil. Não na erradicação da endemia, que nunca será eliminada sem medidas sanitárias aplicadas diretamente nos reservatórios humanos de onde ela se espalha, e sim nos possíveis efeitos mutagênicos e carcinogênicos sobre os que receberam a dose única e seus descendentes"

radiações atômicas nas vítimas de Nagasaki e Hiroshima já foi feito. É possível que o hycanthone, nas condições em que está sendo usado, seja potencialmente ainda mais mutagênico do que as radiações atômicas". (9)

Uma das primeiras suspeitas sobre o hycanthone surgiu na Universidade John Hopkins em 1970. O dr. Philip Hartman detectou mutações em células de bactérias submetidas à droga. Muitos outros estudos seguiram-se, inclusive do pesquisador brasileiro Naftali Katz, do Centro de Pesquisas René Rachou (Instituto Nacional de Endemias Rurais) em Belo Horizonte, não apenas em células bacterianas, mas também de mamíferos, tanto *in vitro*, como *in vivo*, corroborando quase sempre as suspeitas de potencial mutagênico da droga.

"Nós tratamos o hycanthone neste laboratório como se a droga fosse um potente agente mutagênico e carcinogênico sobre o organismo humano. Todas as indicações nos levam a acreditar que esse é o caso", diz o pesquisador Ernest Bueding, também da John Hopkins University. (10)

Desde os primeiros trabalhos do grupo da Universidade John Hopkins, uma quantidade enorme de testes tem sido feita por pesquisadores de vários países (fala-se que poucas drogas foram submetidas a estudos tão intensos quanto o hycanthone). Até agosto do ano passado os resultados podiam ser sumarizados em três partes: (11)

Efeitos mutagênicos e teratogênicos — O hycanthone provou ser um potente agente mutagênico em células de bactérias e de mamíferos tanto *in vitro* como *in vivo*. Uma única dose terapêutica intramuscular (3 miligramas por quilograma de peso, como a usada nos tratamentos) é bastante para a quebra de cromossomas e indução de significativo aumento nos linfócitos no ser humano (estudos de Frota Pessoa). De testes realizados por 12 laboratórios empregando vários sistemas mamíferos e não mamíferos, apenas um não conseguiu detectar efeitos mutagênicos. O hycanthone, além disso, revelou ser teratogênico em animais.

Efeitos carcinogênicos — Um teste padrão (células infectadas por um certo vírus e submetidas à droga) realizado pelo dr. Frank Hetrick, da

(Superintendência das Campanhas, órgão do Ministério da Saúde) em 28 e 29 de janeiro de 1971. Numa relação de 16 mil pacientes tratados com a dose única registraram-se oficialmente 11 mortes. Uma proporção extremamente elevada, ao se considerar serem esses os pacientes mais bem acompanhados antes, durante e depois da terapia. A média de uma morte por cada 1.500 casos deve ser comparada com a campanha que eliminou a esquistossomose como endemia, na China, a um custo quase 10 vezes menor em vidas humanas: um a três casos fatais (conforme o tipo de terapia) por cada 14.300 tratados, considerado assim mesmo "elevado", mas inevitável, pelos médicos chineses. (14)

Abril de 1974. Na ilha do Fundão, no Rio de Janeiro, nos laboratórios do Inst. de Ciências Biomédicas) um cientista inglês, solitário, especializado em esquistossomose trabalha num projeto altamente sofisticado, sob a égide do Conselho Nacional de Pesquisas. A função de Benjamin Gilbert aparentemente, é a de equacionar o problema da esquistossomose em toda a sua "complexidade", localizar os pontos fracos do ciclo de vida do schistosoma, indicar, para cada elo da cadeia, a melhor forma de combate. Moluscocidas para matar o caramujo, ou quem sabe um tipo voraz de caramujo que devore e extermine o caramujo hospedeiro do miracídio (como foi tentado em Porto Rico), drogas como o hycanthone, mas quem sabe outras, menos tóxicas, para tratamento de massa, e também educação e medidas sanitárias.

O professor Gilbert concorda que se cada família tivesse para seu uso uma latrina, enfim, "se o progresso fosse levado a todas as famílias", no campo e na cidade, a esquistossomose terminaria: "Mas essa solução só vale a longo prazo. O mais provável é que a doença se alastre ainda mais nos próximos anos. O hycanthone só pode mesmo impedir esse alastramento. Já se verificou, além disso, que se uma comunidade receber tratamento maciço por drogas como o hycanthone, sem que ao mesmo tempo sejam feitas obras de saneamento, depois de cinco anos a comunidade apresentará o

será eliminada sem medidas sanitárias aplicadas diretamente nos reservatórios humanos de onde ela se espalha — e sim nos possíveis efeitos mutagênicos e carcinogênicos sobre os que receberam a dose única e seus descendentes.

O doutor Ernest Bueding da Universidade de Maryland é incisivo na sua denúncia do hycanthone: "Crianças e outros indivíduos com expectativa de vida longa e potencial reprodutivo alto são os que oferecem o maior risco devido às propriedades carcinogênicas e mutagênicas do hycanthone... eu considero a introdução prematura do hycanthone para o tratamento da esquistossomose humana, especialmente numa escala envolvendo centenas de milhares de seres humanos, como séria violação do princípio segundo o qual drogas devem ser usadas no ser humano depois, e não antes dos estudos estabelecerem uma adequada margem de segurança". (16)

6) Primeiros Casos Autóctones de Esquistossomose Mansoniana na Área da Grande Vitória, por Demom Bittencourt. Boletim da Organização Panamericana de Saúde, fevereiro, 1974.

7) Entrevista do dr. Roberto Milward de Andrade, em Veja, 2 de junho de 1971. No seu relatório à OMS em 1974, o governo brasileiro admite 6 a 8 milhões (WHO report, 1974). Dentro do país, o governo admite 9 milhões como um número razoável (in Pulso, 30 de março de 1974).

8) Declaração feita ao autor pelo dr. Nuno Pereira, assessor médico do fabricante do medicamento, em 10 de abril de 1974, Ilha do Fundão.

9) Carta de Ernest Bueding para Sidney Wolfe e Louis Olivier, 12 de abril de 1973.

10) Carta a Louis Olivier, 27 de março de 1973.

11) Documentos diversos, Washington Post, 9 de fevereiro de 1973. Preliminary draft, The Medical Letter, 26 de abril 1974; Relatório do WHO Consultant Group, classificado WHO/SCHISTO/71.18, de 5-7 de outubro de 1971.

12/13) Comunicação pessoal — Naftali Katz, maio de 1974.

14) Como em (2), O relatório da Sucam, mimeografado, datado de 28 e 29 de janeiro de 1971.

15) Entrevista com o autor, 10 de abril de 1974.

16) Carta a Louis Olivier, 12 de abril de 1973.



Fonte: DNERU

No Brasil, a esquistossomose é endêmica em uma faixa que se estende do litoral indo até a Zona da Mata de Minas

Desde que o milionário Tuca Mendes, um dos reis do *society mineiro*, matou um desconhecido, na casa de sua namorada, em 1973, um crime não agitava tanto a opinião pública de Belo Horizonte. O caso tinha os mesmos ingredientes: uma família tradicional envolvida, violência, sexo, tóxico e morte. O estudante Marcelo, 21 anos, da família Casassanta, e sua namorada, 17 anos, estavam se preparando para nadar, num riacho afastado de Belo Horizonte, quando um indivíduo com um 38 assassinou o estudante, sequestrou a menina, e desapareceu no mato.

"Irresponsável, louco, criminoso, bandido patológico", esbravejou o *Diário da Tarde*, em editorial (*Morre pelo Credidiário*). A esta altura a opinião pública já estava convencida de que se tratava de outro desses *monstros* que habitualmente ocupam o noticiário policial dos jornais.

"Por que, meu filho?"

O *monstro*, foi preso pela polícia dois dias após o crime. Seu rosto apareceu nos jornais dando uma impressão de irreverência portadora de um sorriso clínico. Era M.G.D., um menino de 16 anos de idade e 27 entradas no Juizado de Menores, assustado com a caravana policial armada de metralhadoras e Winchester que foi buscá-lo. Poucos dias antes, ele havia fugido (pela sexta vez) do reformatório Monsenhor Messias, na vizinha cidade de Sete Lagoas, com outros dois colegas de infortúnio, *Pivetao* e *Saci*. O dinheiro para voltar a Belo Horizonte foi arranjado da forma habitual: um furto que rendeu 800 cruzeiros. Na manhã do dia 17, sexta-feira, estava deitado com os colegas debaixo de uma árvore perto dum riacho quando apareceu o casal. "Tem coisa para queimar aí?" — teria

O crime de Belo Horizonte M.G.D., 16 ANOS, O "MONSTRO"

Teodomiro Braga

perguntado o estudante antes de seguir adiante. M.G.D. tomou o revólver de *Pivetao*, despistou os companheiros ("Eu vou dar um passeio por aí. Se encontrar algum bicho dou um teco nele") e foi atrás. O perfil da menina vestida de biquini excitou e encorajou.

"Não sei o que deu na minha cabeça", repetiu várias vezes a *Opinião*, já na Delegacia de Menores. "Eu estava fora de mim com o baseado e as bolas que tomei. Se não fosse isso eu não ia fazer não". Os comprimidos, 20 cápsulas, adquiriu numa farmácia de Belo Horizonte, na praça Savassi, ponto de encontro dos rapazes ricos da cidade. A maconha, arranjou no morro mesmo e a garrafa de uísque comprou num bar de beira de estrada, no caminho para o riacho.

M.G.D. é semi-analfabeto, tem um metro e 65, os olhos esbugalhados, cabelos ondulados, rosto marcado por cicatrizes. Seu sorriso parece o de uma pessoa aparvalhada, e os trapos que usa e que não troca há dias cheiram forte. A aparente frieza ("Arrependi mas agora não adianta mais, ele já morreu"), e a giria revelam o rapaz que nasceu num barraco de adobe escondido atrás da *Virada do Ladrão*, no Morro do Papagaio, uma favela que se arrasta com centenas de barracos por alguns quilômetros às margens da rodovia Belo Horizonte-Rio.

Seguindo os mesmos passos do irmão mais velho, M.G.D. começou a

roubar com apenas 10 anos, quando o pai, servente de pedreiro, caiu do 5.º andar de uma construção e quebrou a coluna. "O Instituto estava pagando picado até que cortou de vez. Ele pejeou um ano para ver se continuava recebendo mas não teve jeito. Então ficou com raiva e largou pra trás. Ficou com medo de pegar serviço e não aguentar", conta dona Maria ("Minha vida é um dilema"), 41 anos, 10 filhos vivos (21 anos, 18 anos, 16 anos, 15 anos, 13 anos, 11 anos, 9 anos, 8 anos, 5 anos e um ano e meio). "Foi uma época de falta demais que passou dentro de casa. Tinha dia do menino dormir na rua, eles viviam pedindo esmolas por aí fora. Acho que foi nessa época que M.G.D. ficou revoltado. Fugiu e ficou na rua de vez. Encontrava ele sujo e sem camisa, dormia pelas calçadas. Andei um ano para conseguir internar ele num reformatório. Mas não adiantou: ele fugia sempre". "O menor é igual passarinho", comentou depois o delegado Benedito Barbosa, ao recebê-lo outra vez na Delegacia de Menores: "Pode ser colocado numa gaiola de ouro e tratado com alpiste e água mineral, mas quer sempre liberdade".

Antes de fugir desta última vez, estava no reformatório há quatro meses desde que foi preso pela Delegacia de Furtos (pela quinta vez)

A Escola Monsenhor Messias,

que se chama Instituto Alfredo Pinto mas mudou de nome para tentar apagar a fama, abriga os meninos que praticam as faltas consideradas mais graves. Mas só recebe verba para alimentação. A roupa é dada pela população local, o ensino é tão precário quanto os métodos de educação.

"Já entreguei ele para Nossa Senhora há muito tempo. Imaginava muita coisa, de acontecer isto que está acontecendo agora. Mas quando ele chegou à meia-noite, fugido do reformatório, dei muito conselho: 'Meu filho, você está gordo, você não está maltratado na escola pois está gordo. Então por que você foge, meu filho? Vê se conserta. O seu pai está arranjando os documentos para você ir pro Exército'. Acho que ele não tolera ficar internado, reclama de ficar capinando. O pai dele acha que ele servindo o Exército conserta. É colegas, é colegas que viraram a cabeça dele", diz dona Maria, sem saber que o filho vai ficar livre depois de completar a maioridade e não "preso na cadeia de 20 a 30 anos como disse o rádio".

"Estou sentindo muito abafada, muito amolada. Eu não estou acreditando que foi ele que fez isso, eu não estou acreditando que foi ele. A minha filha veio ver se era verdade. O mais velho leu o jornal pra gente. Ela chorou de fazer dó. Mas eu só resignada. A vida de sofrimento faz a

gente ficar resignada. Eu tenho é medo dos outros meninos acompanharem o exemplo dele. Tenho vontade de mudar daqui, para o bairro das Palmeiras, um lugar menos desgraçado onde a minha filha que é doméstica deu entrada num lote. Mas não temos recursos. Não tem jeito".

"O que angustia e traumatiza"

"Eu não queria que a mãe ficasse sabendo, tenho dó dela", confessou M.G.D. na delegacia, olhando para o chão, de cabeça baixa, a mesma postura com que enfrentou o assédio dos repórteres e do degelado. "Eu fiquei admirado quando li o jornal", intervém o guarda da cela. "Pôxa, o Messias desviado dessa maneira, pensei. Aqui ele tem bom comportamento. Está sempre aqui, onde passa de 15 dias a dois meses antes de ser encaminhado de volta ao reformatório. Não foi propriamente uma surpresa, mas nunca imaginei que ele estivesse metido com tóxicos e pudesse matar alguém".

"Mas eu não faço assalto. Se fizer e o cara reagir, meto fogo nele. Por isso não faço assalto. Eu não queria fugir do reformatório mas na hora que pensava na rua vinha embora. Parece que acostumei com a rua e não tinha jeito". Daqui a alguns dias, M.G.D. vai voltar, pela sétima vez, para o reformatório Monsenhor Messias. Só que agora, sob a pecha de *perigoso*, deve ficar confinado no pavilhão de segurança, cercado por muros altos. Embora confuso e preocupado ("Agora complicou muito a minha vida"), já está fazendo planos para o futuro, quando sair do reformatório: "Até lá o pessoal da casa já mudou para o bairro das Palmeiras e então eu vou parar de andar com os colegas, tirar os documentos e trabalhar".

A necessidade de vender jornais e a irresponsabilidade de alguns repórteres policiais justificou, no jornalismo carioca, uma prática comum até os anos 60: a criação de bandidos. Uma figura qualquer do submundo, por um determinado feito, era escolhida e promovida, sempre a partir de um apelido bombástico — *Cara de Cavalo*, *Roma 45*, *Mineirinho* — num crescendo facilitado pelos próprios policiais, e que fatalmente terminava — sempre com chamadas nas primeiras páginas — na execução do delinqüente promovido a "inimigo público n.º 1".

Hoje, já não existe o bandido adulto e solitário cuja figura poderia ser facilmente apresentada como o exemplo típico das teorias lombrosianas, mas sim, a horda de menores abandonados que ataca indiscriminadamente e loucamente. E certamente é difícil transformar uma criança em "inimigo público n.º 1", mesmo para um veterano repórter policial. Tanto que, nos últimos tempos, quando ocorrem crimes em série numa determinada jurisdição, a polícia os atribui todos a *Paraibinha* — apelido que os policiais aplicam, indiscriminadamente, a todo preso de origem nordestina, fato que só revela, no máximo, um certo preconceito contra os imigrantes.

No último mês, alguns jornais retomaram (embora timidamente) o velho estilo, dispostos a fabricar um bandido cuja área de ação é ao redor da quadra de ensaios da Estação Primeira de Mangueira. Trata-se de *Branco*, cujo surgimento no mundo do crime foi comentado assim, pelo jornal *Ultima Hora*:

"Nem um só tamborim comemorou ontem o feriado em Mangueira (dia 20). Os portas, os sambistas, os *biriteiros*, todos ficaram em suas casas e deixaram as ruas, vielas e escadarias vazias e silenciosas. Um mesmo medo domina e cala os milhares de moradores da Estação Primeira. À frente de um bando de 20 pivetes, o bandido Luís Sérgio Ferreira, o *Branco*, mantém firme o seu reinado de terror, possuindo até um rádio-escuta para controle dos carros policiais".

A meteórica carreira de *Branco* começou, na verdade, com a notícia de

Entrevista com "Branco", "inimigo público número 1", a despeito de si mesmo

O BANDIDO À REVELIA

Aguinaldo Silva

que um bando de rapazes da zona sul tinha sido assaltado à saída de um ensaio da Mangueira. Logo depois, espalhou-se o boato: assaltos ocorriam dentro da própria quadra, e a escola era obrigada a pagar Cr\$ 5 mil por semana para que os bandidos permitissem a realização dos ensaios. O noticiário nos jornais teve uma consequência imediata: o esvaziamento dos ensaios da escola, cujo vice-presidente, Homero José dos Santos, tentou desmentir tudo:

— A Mangueira não paga nada a ninguém; essas notícias são falsas. Agora toda essa onda tem nos prejudicado na arrecadação da bilheteria.

Há alguém interessado em transformar *Branco* num bandido legendário? Duas pessoas se mostram particularmente espantadas com a súbita ascensão de *Branco* às manchetes das páginas policiais: ele próprio, e o delegado Edgar Xavier de Matos, da 17.ª DP, em cuja área ficam os morros da Mangueira, dos Telégrafos e da Candelária, onde *Branco* e seu bando, segundo o noticiário, agiriam.

Luís Sérgio Ferreira, o *Branco*, pediu por telefone (e conseguiu) um encontro com o repórter Dilson Behrends, de *O Globo*, a quem contou sua vida, enumerou os crimes que cometeu — todos já objetos de inquérito — e anunciou sua intenção de entregar-se à polícia, com uma única condição: "não quero ser *barbarizado*".

Nas fotos, ele aparece com um rádio portátil à mão (trata-se de um daqueles troféus tão cobizados pelos operários em construção, e que a imaginação retorcida de um repórter policial transformou num "rádio-escuta"). Na

entrevista, *Branco*, antes de tudo, mostrou uma carteira profissional, provando que até janeiro do ano passado trabalhava numa tecelagem: — Um dia, ao sair de casa de madrugada para trabalhar, fui assaltado e baleado. Fiquei meses no hospital. Quando voltei, os assaltantes tinham depredado minha casa e violentado minha mulher.

A partir daí, a narrativa de Luís Sérgio lembra em muitos pontos a velha história de Robin Hood. De posse de um *trezoitão* (revólver calibre 38), e ajudado por velhos amigos de infância do Morro da Mangueira, ele assumiu a vingança. Matou um dos que o assaltaram, e feriu dois (preso uma vez, confessou os três crimes na 17.ª DP, e assinou os inquéritos). E ganhou novos inimigos — todos os moradores da Mangueira que, de uma maneira ou de outra, se exercitaram no crime.

Um jornal disse que *Branco* e seu bando cobram até Cr\$ 500 de taxa de proteção às bioscasas que funcionam no morro. Ele desmente, sorrindo: "tem biosca que mal consegue apurar isso, aqui no morro, em uma semana". Na entrevista, *Branco* diz que não consegue entender por que lhe atribuem a culpa de tudo o que acontece na Mangueira. Reclama que já não pode descer, há muito não vai a um cinema, e no final do campeonato nem sequer pôde ir ao Maracanã. Atualmente, só desce do morro uma vez por mês — "para receber o meu benefício de Cr\$ 290 no INPS". Vinte e seis anos, pai de três filhos — a última, Eliana, nasceu há 15 dias — Luís Sérgio, provavelmente através da leitura dos jornais que agora o promove, sabe muito bem o que lhe pode acontecer:

— Não me importo de pagar o que

fiz e já assinei: um homicídio e duas tentativas, nada mais. O resto é uma lenda que estão criando. Tenho medo de *segurar essas descargas* (pagar pelos outros). Já sei que amanhã ou depois, se matarem um militar ou um policial na saída do ensaio da Mangueira, também vão dizer que fui eu, que nem apareço por lá.

E mais adiante:

— Nunca pensei em me apresentar à polícia porque tenho medo de ser *barbarizado*. E não quero de maneira nenhuma ter que pagar pelos crimes dos outros. Não vou assinar nada de ninguém. Talvez, se um dia alguém acreditar em mim, eu me sinta com garantias e me apresente à Justiça, mas só assim. Também não quero pagar os seis homicídios que estão atribuindo a mim.

Na 17.ª DP, ainda perplexo com a súbita ascensão de *Branco* às manchetes, o delegado Edgar Xavier de Matos, convidado a comentar a entrevista do suposto delinqüente, fez um comentário que certamente decepcionou alguns repórteres:

— Para nós ele é um cidadão como outro qualquer, contra o qual foram apresentadas algumas queixas que

precisam ser esclarecidas.

O delegado desmentiu algumas declarações, atribuídas "aos policiais da 17.ª DP", de que todo o efetivo da delegacia estava empenhado numa caçada a *Branco*, e frisou:

— Não temos nenhum interesse em fabricar bandidos nem matá-los. Apenas é nossa função limpar a área sob nosso controle. O nosso objetivo é dar tranquilidade, clima de segurança aos moradores de nossa jurisdição, e, no caso, também entram os morros em questão. Para isso, temos que tirar de lá os elementos nocivos, os marginais. Mas a coisa tem que ser feita dentro da lei, e com respeito a ela. Não admito que meus policiais matem ninguém, nem um bandido, a não ser que seja estritamente para defender-se.

Há, portanto, contra *Branco*, na 17.ª DP, apenas "vagas queixas", ainda não transformadas em inquéritos. Mas não é isso o que dizem os jornais ("Bando de *Branco* impõe lei do terror em todo o morro" — manchete da página policial da *Ultima Hora* do dia 21); um deles publica uma foto das vielas do Morro da Mangueira, enlameadas e absolutamente desertas sob a chuva torrencial do domingo, e informa na legenda: "Ninguém sai mais de casa na Mangueira, com medo de *Branco*". É evidente que Luís Sérgio Ferreira não tem condições de ser transformado, pelos jornais, num novo *Mineirinho*.

Se a polícia, pelos jornais, não resolver caçá-lo até o carnaval — e se a história não terminar com um desfecho trágico e não programado, a sua morte — o perigoso bandido *Branco*, após o dia 12 de fevereiro, será provavelmente esquecido e abandonado, como uma máscara que se usou intensamente durante os quatro dias de folia.

FIQUE BELA NO CARNAVAL

O carnaval está aí. Você precisa estar bela. Procure-nos. Sua pele será protegida pelo novo e revolucionário sistema "Peeling" de limpeza de pele. Seus cabelos receberão tratamento especial através de cortes e massagens. Tudo isso manterá você sempre atraente. Agora, excepcionalmente, a custos convidativos.

UNIDADE DE ESTÉTICA HELOISE
Av. Copacabana, 807 - Gr. 305
Tel: 236-2456

A SEMANA

O debate sobre a estatização

A melhor defesa é o ataque

o contrário do que poderia parecer, a ameaça maior à economia brasileira no momento não é a recessão que hoje atinge os países avançados do Ocidente, nem o recrudescimento da inflação interna, nem a enorme dívida externa acumulada pelo país — estimada em mais de 17 bilhões de dólares pelo ministro Mário Henrique Simonsen — e nem mesmo a crescente desnacionalização da indústria. A crer em alguns empresários e jornais, a maior ameaça que a economia brasileira enfrenta é a "estatização".

Desde fins do ano passado que uma polêmica surda se desenvolve entre governo e certos setores da iniciativa privada tendo como centro o papel do Estado na economia. Um dos principais ataques — que praticamente significou o sinal de partida da campanha contra a estatização — foi feito por Eugênio Gudín, em discurso proferido ao agradecer o título de "Homem de Visão" em dezembro passado. Apresentando-se como verdadeiro paladino da empresa privada — termo confuso, que não distingue entre capital nacional privado e capital estrangeiro, distinção essencial para um país como o Brasil — Gudín declarou, repetindo palavras de um editorial do jornal norte-americano *The New York Times*, que o "capitalismo brasileiro é mais controlado pelo Estado do que o de qualquer outro país, com exceção dos comunistas".

Aparentemente, apenas dois fatos sem maior relevância haviam provocado a reação de setores do setor privado contra a "estatização": a transferência para agências governamentais da administração e aplicação do fundo de incentivos fiscais e o anúncio de que o Banco do Brasil iria adquirir no país cerca de 118 novas agências.

Alimentada, sobretudo, pela coluna que o professor Gudín mantém em *O Globo* e por editoriais de *O Estado de S. Paulo*, a polêmica ganhou janeiro como maior intensidade, obrigando o governo, em contrapartida, a sistematicamente repetir que um de seus principais objetivos é o "fortalecimento da empresa privada" — frase que para muitos guarda a maior das obviedades. E de tal maneira o governo se viu acuado no ataque contra a estatização, que somente na semana passada dois ministros — Reis Velloso, do Planejamento, e Mário Simonsen, da Fazenda — viram-se novamente obrigados a reafirmar o apoio oficial à empresa privada, no que foram reforçados por um editorial do programa *A Voz do Brasil*, que repetiu o que o ministro do Planejamento já dissera.

Não foi à toa que o ministro Reis Velloso escolheu para sua aula inaugural do curso de economia brasileira da Fundação Getúlio Vargas o tema "relações entre o Estado e a empresa privada". O ministro lembrou raciocínios mais ou menos evidentes. Apontou como "elemento fundamental da experiência econômica da revolução" a "aliança, a solidariedade, a informalidade de convívio entre governo e setor privado" (mais uma vez não se sabe se se trata do setor privado nacional, estrangeiro, ou de ambos). Disse que "muitos regimes latino-americanos têm preconceito contra o lucro", mas que no Brasil "diferentemente, a sociedade inteira, inclusive os meios militares, assimilou a idéia do desenvolvimento pelo setor privado". Citou o II PND, que define as áreas da economia de competência do Estado e aquelas de competência do setor privado: "... o Brasil resolveu

desenvolver as áreas de infra-estrutura, principalmente através de empresas públicas, a fim de poder entregar os setores diretamente produtivos, inclusive dotados de maior rentabilidade, à iniciativa privada, uma vez que esta não poderia cuidar de tudo simultaneamente".

Em suma, obrigado a responder aos empresários, o ministro Reis Velloso reconheceu o verdadeiro papel das empresas estatais na economia: o papel não de competir com o grande capital, mas de complementá-lo e ajudá-lo.

Verificando, por exemplo, o grupo das 10 maiores empresas por setor da economia, constatamos que, em 1972, as empresas estatais só ocupavam posição de destaque no setor de infra-estrutura, com nove das 10 maiores; na indústria de bens de capital, das 10 maiores, sete eram estrangeiras e três nacionais privadas; na indústria de bens de consumo duráveis, as 10 maiores eram todas estrangeiras; na de bens de consumo não duráveis, das 10 maiores, seis eram estrangeiras; no setor de bens intermediários, das 10 maiores, quatro eram estatais e cinco estrangeiras, sendo que o capital nacional privado só era predominante no setor do comércio varejista, com oito das 10 maiores firmas.

Chega-se, portanto, à conclusão que as empresas estatais, longe de estarem disseminadas por toda a economia, constituem um pequeno grupo de firmas concentradas em certos setores básicos — petróleo, siderurgia, produção de energia, telecomunicações, ferrovias. Quais seriam as empresas que vêm realmente aumentando seu domínio nos vários ramos da economia brasileira? Sem dúvida, as empresas estrangeiras, que dominam no setor de bens de capital, no de bens de consumo duráveis, no de bens de consumo não duráveis e ainda têm a hegemonia no setor de bens intermediários. As empresas estatais figuram geralmente nas listas das grandes empresas porque operam em setores que exigem pesados investimentos — por isso têm patrimônio enorme, mas com retorno lento e lucratividade pequena em relação a outras empresas. Assim, em 1972, a posição das empresas estatais na lista das maiores variava de acordo com o critério que se adotasse: pelo critério de patrimônio líquido, das 100 maiores, 46 eram estatais e 28 estrangeiras; pelo critério do faturamento, a posição já era diferente: das 100 maiores, 21 eram estatais e 36 estrangeiras; e pelo critério do lucro líquido — e talvez aqui os fatos fiquem mais claros — das 100 maiores, 23 eram estatais e 38 estrangeiras. Novamente é oportuno perguntar: o grande problema da economia brasileira é o avanço das empresas estatais ou o avanço das empresas estrangeiras, com o consequente desaparecimento da importância das empresas nacionais?

Mas as explicações do ministro Reis Velloso — que ao invés de ser um argumento para defender o papel do Estado na economia, deveria ser um dado para o Estado modificar seu papel na economia — não parece ter convencido os setores que combatem a estatização. Na sexta-feira, ao tomar pela 12.^a vez posse como presidente da Associação das Empresas de Crédito, Investimento e Financiamento — ADECIF —, o empresário José Luiz Moreira de Souza pediu que o governo elaborasse um "estatuto para as empresas estatais", argumentando que "a intervenção do Estado na economia precisa ser regulamentada, a fim de que o crescimento do país se faça harmonicamente, com a participação direta de todas as suas forças de trabalho e produção". E talvez o pior é que o ministro Mário Henrique Simonsen, em tom de defensiva, chegou a admitir que "com o tempo, talvez seja necessário a elaboração de um estatuto para as companhias estatais...". Sob pressão de forças do setor privado o ministro aceita a inversão de todo o problema: ao invés de se pensar num estatuto que controle e impeça o avanço do capital estrangeiro, fala-se em estatuto para as empresas estatais. Em lugar de desnacionalização, fala-se em estatização. Para o capital estrangeiro, sem dúvida, a melhor defesa é o ataque.

O governo e a Light

Uma manobra para estatizar

Estaria a maior empresa estrangeira do país — a Light — ameaçada de estatização? A hipótese foi levantada na semana passada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, depois que o governo federal resolveu reduzir o funcionamento da maior usina de geração de energia da Light — a usina de Cubatão, situada na baixada santista, com potencial de 900 mil quilowatts. A decisão foi justificada pelo ministro das Minas e Energia, Shigeaki Ueki, como meio de solucionar a poluição dos rios que banham a cidade de São Paulo (1). Ueki afirmou que recebeu determinação do general Geisel para que oriente as empresas geradoras de energia no sentido de "não pensarem somente em quilowatts, mas no que pode ser feito para minorar o problema da poluição do ar e da água, mantendo o equilíbrio econômico e adequado melhor o ambiente ao homem".

A usina da Light passará a funcionar somente nos momentos de "pico" — isto é, nas horas em que a demanda de energia atinge seu ponto máximo. Por outro lado, para compensar a redução de seu funcionamento, a Light receberá gratuitamente das Centrais Elétricas de São Paulo (CESP) e de Furnas — ambas companhias estatais — a energia que necessitar para abastecer São Paulo.

O jornal *O Estado de S. Paulo*, no entanto, interpretou a decisão oficial como uma manobra que visaria "a debilitação econômica da Light, para que o governo federal possa com mais facilidade submetê-la ao seu insaciável apetite estatizante". Mas o próprio ministro Ueki se encarregou de desmentir a especulação. "O governo não tem nenhuma intenção ou interesse de encampar ou mesmo comprar a Light", afirmou ele, acrescentando que a empresa vem prestando bons serviços há 75 anos e "cumprindo direito as normas estabelecidas pelo Departamento Nacional de Água e Energia Elétrica".

O desmentido do ministro, porém, não foi o último fato ocorrido na semana passada envolvendo a Light. Na quinta-feira, dia 23, John Henderson Moore, presidente internacional do grupo Brascan — que controla a Light — e Antônio Galloti, presidente do grupo no Brasil, foram recebidos pelo general Geisel. O presidente internacional da Brascan disse que a visita foi de cortesia, tendo conversado com o general Geisel sobre a situação financeira mundial e seus reflexos no Brasil. Galloti, por seu lado, assegurou nada existir de verdadeiro sobre a compra, encampação ou estatização da Light, que continuaria pertencendo ao grupo Brascan.

(1) A usina de Cubatão é alimentada pelas águas da represa Billings, situada na Grande São Paulo. Para aumentar a capacidade da represa, foi necessário inverter o curso do rio Pinheiros, um dos que passam na capital paulista. Essa modificação, por sua vez, atingiu o rio Tietê, que também corta a cidade e do qual o rio Pinheiros é afluente. Com isso, as águas dos dois rios deixaram de fluir normalmente, ficando praticamente paradas, agravando o problema da poluição já que os rios recebem os esgotos da cidade. Por outro lado, a utilização do rio Pinheiros para alimentar a represa Billings faz com que ela receba grande parte dos esgotos, impedindo sua utilização como fonte de abastecimento de água para a Grande São Paulo. Com a redução do funcionamento da usina de Cubatão, a Billings receberá menos água do rio Pinheiros, diminuindo sua poluição, e ao mesmo tempo os rios Pinheiros e Tietê poderão fluir normalmente suas águas durante um período maior.

É provável que essa sequência de acontecimentos — da decisão do governo de reduzir o funcionamento da usina de Cubatão à audiência concedida pelo general Geisel ao presidente do grupo Brascan — não tenha passado de uma simples coincidência e que o governo não esteja negociando a encampação da Light. Existem, no entanto, inúmeras razões que justificariam a estatização da empresa como um fato perfeitamente natural. Além de ser a única companhia estrangeira que ainda existe no setor de serviços públicos, a Light detém o "filé mignon" da distribuição de energia, pois opera exatamente no eixo Rio-São Paulo, o mais industrializado do país. E ainda tem outras vantagens: desde a vigência do Plano Nacional de Eletrificação, em 1963, ela não investe mais em projetos de geração de energia — geralmente vultosos e de lenta recuperação — limitando-se ao papel de distribuidora. Em 1973, a Light comprou da CESP e de Furnas mais de 60% da energia que vendeu aos consumidores. Atuando em grande parte como simples intermediária da energia gerada pelas empresas estatais, a Light realiza enormes lucros: em 72 eles atingiram 87,1 milhões de dólares e em 73 subiram para 107 milhões. Ela também representa uma contínua sangria de divisas para o exterior: em 1973 os lucros remetidos pela Light à sua matriz canadense Brascan atingiram 24,1 milhões de dólares.

Carvão
Tão difícil quanto o petróleo

Para não comprometer seu projeto de produção de 20 milhões de toneladas de aço por ano até 1980 — o que exige cerca de 12 milhões de toneladas de carvão importado — o governo brasileiro está se desdobrando em esforços diplomáticos para diversificar seus fornecedores no exterior. Um recente editorial da revista do Instituto Brasileiro de Siderurgia — órgão que fala oficialmente em nome das empresas do setor — apontava as dificuldades enfrentadas pelo país, no ano passado, para se suprir do carvão que necessita. "Os preços internacionais deste último atingiram níveis nunca antes imaginados, tornando aparentemente modestas as comparações pertinentes em relação ao petróleo". Um segundo problema, prossegue o editorial, "é o não-cumprimento de contratos internacionais de fornecimento anteriormente firmados com usinas de nosso país. São alegados problemas internos de transportes em certos países de origem, questões trabalhistas, etc. Porém, a preços sempre mais altos, para carregamentos isolados, o carvão é encontrado. Esta anomalia de preços e de fornecimento em contratos já garantidos ou a falta de condições normais para o estabelecimento de novas compras irão certamente afetar o funcionamento de nossas maiores usinas".

A crítica, embora feita em termos gerais, dirige-se claramente aos norte-americanos, responsáveis por cerca de 90% do carvão importado pelo Brasil e que deixaram de cumprir os acordos de fornecimento assinados com o país.

De 18 para 100 dólares

Apesar do Brasil possuir jazidas relativamente extensas de carvão coqueificável, o elevado teor de cinza nele existente limita consideravelmente sua utilização. As siderúrgicas, por motivos técnico-econômicos, utilizavam uma mistura com 35% de carvão nacional e 65% do importado, embora na legislação vigente esteja prevista diminuição da percentagem do produto estrangeiro para 20%. A crise no abastecimento desta matéria-prima, que vinha se delineando desde 1973, principalmente após os

problemas ocorridos na área do petróleo, agravou-se nos últimos meses. Como primeira consequência, observou-se um crescimento acelerado dos preços do produto no mercado internacional: de cerca de 18 dólares a tonelada, em setembro de 1973, chegou a 100 dólares no ano passado. As causas foram muitas, destacando-se: aumentos de custo de mineração, as regulamentações antipoluição nos principais países mineradores e o acentuado aumento da demanda pela utilização do carvão como alternativa para o petróleo na calefação e geração de energia elétrica. O problema assumiu proporções particularmente graves no último trimestre do ano passado com a eclosão da greve dos mineiros americanos. Este fator, somado aos anteriores, levou ao descontrole no mercado internacional, com o aumento generalizado dos preços e descumprimento de contratos.

As usinas brasileiras, em face da escassez do carvão importado, foram obrigadas a elevar gradativamente a proporção do uso de carvão nacional. Em alguns casos, chegou-se a usar uma proporção de 55% deste produto com sérios prejuízos para a produtividade dos altos fornos. Na Companhia Siderúrgica Nacional, por exemplo, a produção dos dois alto-fornos, para uma proporção de 35% de carvão nacional, sempre atingiu uma média diária de 3.200 toneladas. Nos últimos meses do ano, quando a companhia foi obrigada a elevar a percentagem de carvão nacional para 45%, essa produção caiu para 2 mil toneladas/dia de gusa. A situação teve reflexos diretos na economia brasileira como um todo. Como o aço é essencial para o funcionamento de indústrias como a automobilística, a naval, a de bens de capital, sem falar na própria construção civil, o governo foi obrigado a autorizar importações maciças do produto a preços cerca de 30% mais elevados. Segundo dados oficiais, em 1974, quando a produção siderúrgica nacional cresceu apenas 5% enquanto o consumo aumentou em cerca de 20%, foram importadas cerca de 4,8 milhões de toneladas de aço, que custaram ao país mais de 600 milhões de dólares.

As opções brasileiras

Para enfrentar a quebra do acordo feito com os americanos, as siderúrgicas brasileiras estão procurando diversificar as fontes de suprimento. A primeira tentativa foi feita com a Colômbia, detentora das maiores jazidas latino-americanas de carvão, com a vantagem de estar relativamente próxima ao Brasil. Motivos políticos, no entanto, fizeram o governo daquele país desistir de um acordo que parecia fechado. Nova tentativa foi feita junto ao Canadá, outro país com grandes reservas do produto. Os contatos começaram muito bem, tendo o próprio ministro da Indústria e do Comércio do Canadá visitado o Brasil para estudar um negócio mais amplo. Mas os canadenses no final preferiram negociar com os japoneses que lhes ofereceram condições muito mais favoráveis. A Austrália entrou em seguida na lista das alternativas tendo saído logo quando se verificou que ela não tem infra-estrutura para atender encomendas volumosas. No final, sobrou mesmo a Polônia, com quem o Brasil já tinha pequenos contratos que vinham sendo integralmente cumpridos. As negociações com vista a uma ampliação destes contratos começaram uns seis meses atrás quando uma missão comercial brasileira esteve em Varsóvia. Prosseguiram com a ida do ministro das Minas e Energia, Shigeaki Ueki, à Polônia. E, finalmente, um novo acordo foi fechado com a vinda ao Brasil de uma missão comercial polonesa no começo deste mês. O contrato assinado, em princípio, prevê a troca de 15 milhões de toneladas de carvão polonês por 12 milhões de toneladas de minério de ferro brasileiro para facilitar o problema do transporte: o mesmo graneleiro que leva minério de ferro traz carvão (os preços ainda não foram definidos mas acredita-se que ficarão entre 47/50 dólares a tonelada para o carvão, e cerca de 10 dólares para o minério de

Carvão

continuação da página 9

ferro). O saldo a favor da Polônia — cerca de 700 milhões de dólares — será utilizado na compra de produtos brasileiros de interesse da Polônia (soja, café, cacau, sisal, óleo de mamona, alguns manufaturados), não estando excluída a possibilidade dos poloneses participarem de *joint-ventures* no Brasil.

O acordo com a Polônia, pelo menos temporariamente, afasta um dos grandes pesadelos das siderúrgicas brasileiras. Mas não exclui a necessidade do país procurar a auto-suficiência em carvão. Os técnicos têm esperança de um dia serem descobertas jazidas ricas em carvão metalúrgico como as existentes nos Estados Unidos, no Canadá, na Polônia, na Austrália, na China. No entanto, enquanto essas descobertas não forem feitas, a única alternativa do Brasil são mesmo as jazidas de Santa Catarina, volumosas mas pobres, em termos siderúrgicos, pelo seu alto teor de cinza. Tecnicamente, é possível baixar o teor de cinzas através de tratamentos mecânicos o que dá grande sobra de um carvão impróprio para a siderurgia:

mas aproveitável como fonte de calor. Quando o preço do carvão do mercado internacional era baixo, não compensava economicamente baixar o teor de cinza no carvão brasileiro. Agora, com o produto cotado a mais de 50 dólares a tonelada, os técnicos acham que é viável. Mais ainda, se forem executados projetos paralelos que aproveitem os resíduos do tratamento como é o caso da Companhia de Carbonos Coloidais, estatal, que a partir dos resíduos vai obter vários produtos, entre eles o ensofere ainda totalmente importado pelo país.

O caso do CIP contra a indústria têxtil Em maus lençóis

Está declarada a guerra entre a indústria têxtil e o Conselho Interministerial de Preços (CIP). O primeiro ataque foi desfechado pelo presidente do Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Blumenau e diretor da Artex, Norberto Ingo

Zadrozny, que ao analisar no último dia 21 o panorama da indústria têxtil no país afirmou que o setor defrontou-se em 1974 "com uma acentuada baixa na rentabilidade motivada por três fatores: retração do mercado comprador, o elevado custo do dinheiro e a atuação do Conselho Interministerial de Preços (CIP)". O industrial classificou de "excessivamente rigoroso" o controle que o CIP exerce sobre os preços "levando em consideração a notória fraqueza do mercado têxtil. Seria de todo aconselhável que se usasse a atual situação para deixar o mercado voltar ao livre sabor da oferta e da procura, exercendo aquilo que se convencionou chamar de liberdade vigiada".

As declarações de Zadrozny não passaram em branco. No dia seguinte o secretário-executivo do CIP, Sebastião Vidal, reagiu afirmando que se o órgão tivesse liberado os preços dos tecidos em 1974, a indústria têxtil "teria certamente fechado as suas portas pela absoluta falta de mercado. O problema do mercado interno é a baixa renda dos consumidores e, com a atual estrutura da distribuição da renda no país, não haveria mercado para a indústria têxtil se os preços fossem deixados ao sabor da oferta e da procura. A situação se agravaria ainda mais em face das restrições no mercado externo. As

dificuldades para as nossas vendas ao exterior são notórias. Ninguém quer comprar". Para Sebastião Vidal a indústria têxtil, se quisesse aumentar suas vendas, deveria reduzir custos de produção elevando a produtividade. E completou: "Perguntem ao Sr. Zadrozny de que ano são as máquinas que a Artex utiliza. Duvido que possua ainda alguma posterior a 1900. Elas são, na sua maioria, da época do Império".

O contra-ataque do setor têxtil

As violentas declarações de Sebastião Vidal, provocaram o rompimento entre o setor têxtil e o CIP. Num comunicado distribuído dois dias depois (24 de janeiro) o Conselho Nacional da Indústria Têxtil e o Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem do Rio de Janeiro, contra-atacaram agressivamente: "Tão estrábica visão do panorama industrial têxtil nacional e tão indisfarçável animosidade reveladas pelo Sr. Sebastião Vidal ao nosso setor, fazem com que concluamos ser impossível manter o acordo existente entre a indústria têxtil nacional e o CIP, enquanto aquele senhor estiver respondendo pelo posto que ora ocupa". Reagindo às acusações de que

no ano passado ninguém queria comprar nossos tecidos no exterior, dizia que "é inacreditável" que o secretário do CIP "não esteja informado de que a indústria têxtil brasileira em 1974 exportou cerca de 444 milhões de dólares" (sendo disparada nossa principal exportadora de produtos manufaturados).

O comunicado desferia ainda outro golpe que deixava Sebastião Vidal em maus lençóis: "Não é admissível que aquele senhor ignore o esforço desenvolvido pela indústria têxtil no sentido de sua modernização (...)". Lembrava um "número expressivo de projetos" — representando cerca de 522 milhões de dólares — para a renovação do parque têxtil. Para demonstrar ainda como o secretário-executivo do CIP não está familiarizado com o setor têxtil, dizia que ele chegara "ao absurdo de afirmar que duvida que uma determinada empresa — que ele desconhece ser a quarta maior produtora de tecidos felpudos do mundo, fundada em 1936 — não possua apenas equipamentos obsoletos". Realmente o secretário-executivo do CIP errou: a Artex — que em 1973 era a 11.ª empresa têxtil brasileira por patrimônio líquido — é uma das fábricas mais modernas do país.

Os números são fantásticos: a dívida externa do Brasil atingiu US\$ 17,3 bilhões no ano passado, (segundo o ministro Mário Henrique Simonsen); só de juros custou ao país US\$ 1 bilhão em 1974; quase quadruplicou desde 1969 quando estava em US\$ 4,4 bilhões; representa mais de 20% do PIB brasileiro; daria para construir 400 Transamazônicas.

No entanto, esse é o endividamento bruto; até dezembro do ano passado o Brasil tinha reservas cambiais de US\$ 5,2 bilhões e a dívida líquida — isto é, a diferença entre a dívida bruta e as reservas — é que merece ser analisada. Mas o endividamento líquido também está subindo meteoricamente: de US\$ 2,8 bilhões em 1964 para US\$ 6,5 bilhões em 1973 e US\$ 12,1 bilhões no ano passado. Esse salto no endividamento líquido no ano passado provocou um rápido agravamento do chamado coeficiente de solvência da dívida externa, representado pela relação entre a dívida líquida e as exportações, que passou de 1,04 em 1973 para 1,52 em 1974 (US\$ 12,1 bilhões de dívida líquida para US\$ 7,7 bilhões de exportações). Isso significa que, se em 1973 o Brasil podia quase que pagar sua dívida líquida com as exportações realizadas nesse ano, em 1974 essa dívida cresceu de tal maneira que foi superior às exportações em mais de 50%. (1)

A deterioração do coeficiente de solvência e o crescimento da dívida não foram as únicas consequências desagradáveis da delicada situação do balanço de pagamentos no ano passado: as reservas — que representam a garantia perante os banqueiros internacionais de que o país pode saldar, pelo menos a curto prazo, os seus compromissos — ao contrário do que vinha acontecendo desde 1967, murcharam. (Ver tabela)

Apesar de o governo, para seduzir os banqueiros internacionais a emprestarem ao Brasil, ter reduzido em setembro do ano passado o prazo de permanência dos empréstimos externos de 10 para cinco anos e em outubro diminuído temporariamente de 25% para 5% o imposto de renda sobre juros, comissões e despesas resultantes de empréstimos em moeda, os capitais estrangeiros que fluíram para o país no ano passado não foram suficientes para evitar que o balanço de pagamentos fosse deficitário e que as autoridades monetárias tivessem que lançar mão das reservas para equilibrá-lo. Por quê? O déficit na balança comercial (importações menos

(1) Essa possibilidade da dívida líquida ser paga com as exportações é apenas teórica, porque no caso brasileiro a receita das exportações nos últimos anos tem sido completamente consumida com o pagamento das importações.

exportações) foi de US\$ 4,7 bilhões e na balança de serviços (gastos com fretes, seguros, viagens internacionais, pagamento de juros, etc.) o déficit alcançou US\$ 2,3 bilhões. Além disso, o país teve que amortizar US\$ 1,8 bilhão de prestações vencidas da dívida. O resultado da soma dessas parcelas é US\$ 8,8 bilhões. Como a entrada de capital estrangeiro atingiu apenas US\$ 7,6 bilhões, o governo teve que utilizar US\$ 1,2 bilhão das reservas para que o balanço de pagamentos não fechasse no vermelho.

Apertos no futuro

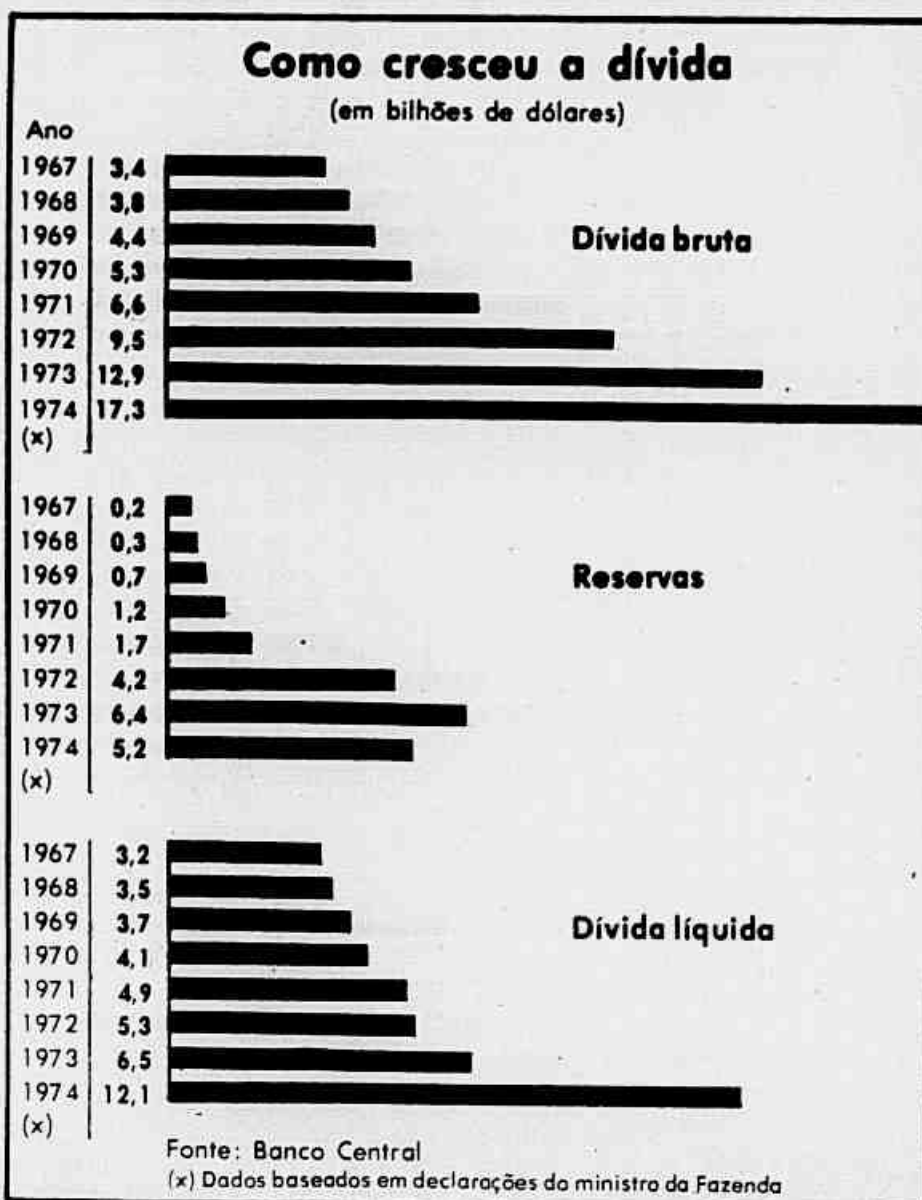
Apesar da crescente dependência brasileira dos empréstimos internacionais e dos maus resultados no balanço de pagamentos em 1974, o ministro Mário Henrique Simonsen está tranquilo. Ele afirma que a dívida está sob controle não só porque o país ainda possui reservas elevadas, mas também devido à correta administração dos prazos de pagamento dos juros e amortizações — o que vem sendo conseguido porque até 1967 cerca de 80% da dívida deveria ser paga no ano seguinte e em 1974 esse percentual não atinge sequer 20%.

Dados do Banco Central indicam, no entanto, que o quadro do endividamento brasileiro não é tão cor-de-rosa. A dívida externa em junho de 1974 (últimos dados definitivos do Banco Central) era de quase US\$ 14,5 bilhões, dos quais nada menos que US\$ 8,6 bilhões terão que ser pagos até 1979, fora juros e comissões. Até o final do ano passado essa situação ainda deve ter piorado porque "os dados da dívida externa no primeiro semestre de 1974, segundo os técnicos, ainda não refletem as mudanças introduzidas pelas autoridades brasileiras na política de captação de recursos estrangeiros na segunda metade do ano (redução do prazo de empréstimos de 10 para cinco anos). Dessa forma, acredita-se que o perfil da dívida externa brasileira (esquema de amortizações) tenha se alterado consideravelmente no final de 1974. Em junho, 59% da dívida teriam que ser pagos até 1979. Em dezembro, a

A dívida externa brasileira

ESPECULAÇÕES EM TORNO DE 17 BILHÕES DE DÓLARES

Ricardo Bueno



estimativa é de que esse percentual tenha se elevado para 65 ou 70% do total", afirma o jornal *O Globo*.

O quadro do endividamento externo adquire tons ainda mais sombrios quando se sabe que até o final da década de 1970 além dos pagamentos pela dívida já contraída, o Brasil terá que enfrentar os encargos dos novos bilhões de dólares em empréstimos que deverá apanhar em 1975 e provavelmente nos anos seguintes. Este ano, segundo estimativas de alguns técnicos oficiais, a hipótese mais otimista é que o déficit na balança

comercial seja quase a metade do ano passado — ficando em US\$ 2,5 bilhões — devido às restrições impostas às importações de produtos supérfluos e ao estímulo à produção interna de máquinas e equipamentos. O déficit na balança de serviços não ultrapassaria US\$ 1,5 bilhão. Além desse déficit em transações correntes (balança comercial mais serviços) de US\$ 4 bilhões, o país teria que amortizar US\$ 2 bilhões da dívida. Assim, a necessidade de capitais estrangeiros alcançaria US\$ 6 bilhões. Admitindo-se a entrada de US\$ 1 bilhão em in-

vestimentos diretos (o chamado "capital de risco"), que não são considerados como dívida porque representam uma "associação" entre o país receptor e o empresário estrangeiro, o Brasil teria que obter no exterior US\$ 5 bilhões para equilibrar o seu balanço de pagamentos em 1975.

O julgamento dos banqueiros

Isso levanta uma questão crucial e difícil de responder no momento: conseguirá o Brasil com uma dívida já bastante elevada obter esses bilhões no mercado financeiro internacional? Será que para os banqueiros que atuam no mercado de eurodólares (2), o Brasil ainda é considerado um bom risco? Para se compreender a dependência brasileira do mercado de eurodólares, basta dizer que em junho de 1974 quase 66% da dívida estava formada por empréstimos em moeda vindos dessa fonte. Os restantes 34% eram financiamentos obtidos junto a organismos internacionais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, etc.

Para captar esses dólares, o governo estaria contando sobretudo com a entrada de recursos através das "multinacionais" que passariam a emprestar diretamente às suas filiais no Brasil (operação permitida pela lei 4131) do que em operações de banco internacional para banco brasileiro (Resolução 63) que então repassa os recursos a empresas localizadas no Brasil. Em junho de 1974 esse tipo de operação (matriz para filial) era o que predominava no conjunto de empréstimos em moeda; dos US\$ 9,6 bilhões devidos pelo Brasil, cerca de US\$ 6,2 bilhões (65%) correspondiam a operações pela Lei 4131 e somente US\$ 3,4 bilhões (35%) a operações pela Resolução 63 (empréstimos via banco).

Apesar disso, é certo que o Brasil vai ter que bater às portas dos banqueiros internacionais para cobrir o "rombo" do balanço de pagamentos previsto para este ano. Diversas e complexas variáveis entrarão, então, em jogo para determinar o sucesso ou o fracasso da investida brasileira. A princípio três fatores parecem pesar contra o Brasil.

Primeiro: evidentemente a elevada dívida externa.

Segundo: a concorrência dos países capitalistas avançados que fazem parte

continua na página ao lado

(2) Eurodólares: são os dólares das pessoas, dos países árabes e das empresas multinacionais em poder dos bancos comerciais europeus, formando um fundo de capital a curto prazo que busca se aproveitar das variações das taxas de juros e das perspectivas de estabilidade cambial dos países interessados ou não em tomá-los como empréstimos.

A dívida externa

continuação da página ao lado

da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e que na última reunião do FMI em Washington decidiram formar um fundo de US\$ 25 bilhões para reciclar os petrodólares e fazer frente às suas dificuldades de balanço de pagamentos provocadas pela elevação dos gastos com energia (o chamado plano Kissinger). Boa parte dos recursos desse fundo, ao que parece, será formada a partir dos depósitos dos países produtores de petróleo em bancos ocidentais, ou seja, será obtida em bancos que atuam no *euromarket*. Com isso os banqueiros, que naturalmente preferirão emprestar aos países adiantados, poderão ficar de caixa baixa para emprestar ao Brasil e a outros países subdesenvolvidos.

Terceiro: a revalorização do ouro em poder dos Bancos Centrais, que está cotado atualmente a 42 dólares a onça e em junho deverá passar para 160 dólares e ser negociado no mercado livre, vai criar uma liquidez adicional para os países capitalistas avançados (que detêm 78% das reservas mundiais desse metal) de US\$ 130 bilhões. O Brasil, que possui apenas US\$ 166 milhões em ouro ficará com um baixo índice de liquidez internacional (poucas reservas cambiais) em comparação com os detentores do ouro e perderá pontos na lista de preferências dos banqueiros estrangeiros.

O Brasil poderá, no entanto, apresentar um trunfo à comunidade financeira internacional que talvez lhe abra algumas portas: o petróleo de Campos e a possibilidade de se tornar auto-suficiente. Num mundo em que ter petróleo é fundamental, o Brasil talvez possa começar a sacar dólares desde agora, dando como garantia o petróleo que começará a extrair comercialmente daqui a uns quatro anos.

Paradoxalmente a revalorização do ouro embora vá prejudicar o Brasil

quanto à liquidez internacional, poderá beneficiá-lo futuramente na medida em que vendendo o metal os países desenvolvidos resolvam seus problemas de balanço de pagamentos e não precisem buscar recursos no mercado de eurodólares. Os banqueiros internacionais ficariam com a caixa recheada de petrodólares (ou seja, com excesso de liquidez) e poderiam ver com bons olhos a possibilidade de emprestá-los ao Brasil.

Situação delicada

Segundo um especialista em mercado de capitais, ligado a bancos de investimentos, é muito difícil avaliar a cotação do Brasil junto aos banqueiros estrangeiros no momento: "As publicações internacionais nos últimos tempos nada têm falado sobre o Brasil. Na minha opinião, no entanto, a situação brasileira não é boa. Não porque faltem recursos no mercado de eurodólares — pelo contrário, a taxa de juros cobrada sobre os empréstimos caiu de 14% há cerca de um ano para 8,5% atualmente indicando que há

recursos sobrando — mas porque a dívida externa do Brasil está muito elevada. Até o momento os bancos de investimentos conseguiram pouquíssimos recursos lá fora e isto já está deixando os banqueiros preocupados". Qual a saída então para depender menos dos empréstimos externos? "Para mim só há uma: restringir violentamente as importações e sacrificar as taxas de crescimento".

Embora a contragosto, o governo talvez tenha mesmo que adotar essa saída abandonando a meta mágica de crescimento do PNB na base de 10% ao ano. O ministro Mário Henrique Simonsen já admite, por exemplo, que uma taxa de crescimento entre 5 e 7% seria um excelente negócio, porque nos países capitalistas avançados na melhor das hipóteses o PNB não vai aumentar mais que 1% ou 2% este ano.

Este provável "esfriamento" da economia não livrará, contudo, o Brasil a curto prazo da incômoda tarefa de tentar obter financiamentos lá fora. A grande necessidade brasileira de

empréstimos internacionais ficou evidente, por exemplo, na última reunião do FMI em que foi aprovada a criação de um fundo de US\$ 6 bilhões que favorece principalmente os países em desenvolvimento, já que eles não terão acesso aos petrodólares controlados pela OCDE. Para participar dos empréstimos um país precisa comprovar não só que está com déficit na balança de pagamentos, como também que possui reservas pequenas. Procurando demonstrar que apesar de ter reservas de US\$ 5 bilhões, o Brasil também deveria ter direito a uma fatia desse fundo (possivelmente US\$ 500 milhões) foi necessário, segundo funcionários oficiais, "argumentar que as reservas não deveriam ser consideradas em termos absolutos, porque nossa dívida externa também é grande".

Um argumento sem dúvida correto, e que deveria figurar com mais frequência nas análises oficiais para consumo interno sobre a situação da dívida externa, que em geral garantem que graças às nossas reservas nada há a temer em matéria de endividamento.

"S e o custo de vida no ano passado fosse medido pelo aumento do feijão, teria um índice bem alto; e pela elevação do preço da cebola, teria outro, bem inferior". Com esse exemplo, o secretário de Emprego e Salário do Ministério do Trabalho, João Jesus de Salles Pupo, defendeu a tese de que os dados estatísticos podem ser manipulados da maneira que melhor convier a quem os manipula, e que isso também acontece com os cálculos sobre salários. Professor de matemática, física, ciências, mercadologia e estatística, Jesus Pupo acha que o trabalhador brasileiro ganha hoje um salário muito justo e que são falsos os dados que apontam o seu empobrecimento.

Segundo Pupo, a fórmula salarial hoje utilizada para calcular os reajustes é a mesma introduzida durante o governo Castelo Branco, em 1965, e que passou por uma reformulação em 1968 e outra a partir de janeiro deste ano. Sua composição, ou seja, os dados que ela utiliza, podem ser resumidos em quatro pontos básicos:

● Calcula-se o salário real médio dos últimos 12 meses (ou seja: parte-se do princípio que nos primeiros seis meses após o reajuste o salário é mais alto do que deveria ser e, depois, é mais baixo; daí a média);

● Estima-se o aumento da inflação para os 12 meses seguintes e divide por dois, de onde resulta o chamado "resíduo inflacionário" (este percentual teoricamente é acoplado ao novo salário para compensar a queda do poder aquisitivo do trabalhador nos meses seguintes ao reajuste);

● Obtém-se um índice estimativo do crescimento da produtividade dos setores econômicos (hoje é de 4 por cento) e junta-se aos outros dados. Não existe uma fórmula para obter este índice, ele é fixado sem regras, ou seja, arbitrariamente;

● E, por último, calcula-se o percentual da diferença entre a inflação prevista e a real nos 12 meses passados. Da agregação desses valores surge o novo índice de reajuste.

Como apenas a composição final é feita no Ministério do Trabalho — o cálculo do índice de produtividade é feito pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República e o resto pela Fundação Getúlio Vargas — Jesus Pupo prefere falar apenas das implicações dos índices finais. Com 43 anos, seis cursos de nível superior, 11 de extensão universitária em nível de pós-graduação e uma infinidade de outros diplomas, Pupo dificilmente conseguiria lembrar de cabeça todos os cargos que já ocupou, ou todos os congressos internacionais de que já participou.

Isto tudo se resume num homem que considera o trabalhador brasileiro como privilegiado, que vê os sindicatos de classe como órgãos destinados a prestar assistência no campo médico-social e que encara o desenvolvimento econômico do país como um bom motivo para o trabalhador progredir,

superando etapas no seu "crescimento individual". (Jaime Sautchuk)

Opinião — Quais as categorias beneficiadas com o aumento de janeiro?

Jesus Pupo — Todas as categorias profissionais são igualmente beneficiadas. A lei foi feita justamente para evitar que houvesse privilégio de algumas categorias sobre as outras. No passado este processo era arbitrário: cada categoria constituía um grupo de pressão para negociar aumentos. A partir de um dado momento foi preciso dar um parágrafo nisso, porque houve um caso crítico no Rio de Janeiro, onde uma categoria obteve num ano três aumentos, sendo que um destes aumentos foi de quase 100%, enquanto que outra categoria teve, no mesmo ano, um só aumento, que não chegou a 10%. A partir do governo Castelo Branco se procurou estabelecer a fórmula de cálculo, que considerava basicamente duas parcelas. A primeira é a recomposição do poder de compra do salário e a segunda era destinada a assegurar a participação do trabalhador no aumento da riqueza nacional com o salário que ganha. Isso feito, entra uma pequena sutileza do processo — que é um pouco complicada para ser entendida pelo grande público — pois os salários têm, num determinado instante, um valor, que vai caindo por efeito da inflação. Este valor era recomposto arbitrariamente por força dos grupos de pressão. Para resolver este problema o governo resolveu somar 24 meses do poder de compra do salário e recompor o valor médio deste período, obtendo um novo valor, que também é arbitrário, mas é menos. Depois de seis anos de aplicação deste critério, a média do poder de compra já se estabilizou num certo limite, tendo um comportamento mais próximo da inflação. Então foi possível mudar, passando para 12 meses.

O — Qual será a média dos aumentos salariais este ano?

J.P. — Isto ainda é prematuro falar, pois seria adivinhar o comportamento dos preços e o futuro da economia. A inflação está sob controle, sua tendência é decrescente, os percentuais de reajustamento irão declinar nos meses seguintes, é o que posso dizer.

Entrevista com o secretário de Emprego e Salários do Ministério do Trabalho

OS REAJUSTES SALARIAIS VÃO DIMINUIR

"A inflação está sob controle e por isso os percentuais de reajustamento irão declinar nos próximos meses"

Jaime Sautchuk



O — Por que o aumento dos salários reajustados em janeiro deu 43%?

J.P. — Ora, deu 43% porque a inflação foi de 34,5%. Se a inflação tivesse sido de 20% este aumento seria de 26% mais ou menos. Os percentuais dos próximos meses deverão cair até 28%.

O — Mas se a inflação estourar de novo, os índices terão que ser crescentes e não decrescentes.

J.P. — É muito pouco provável, porque há maiores possibilidades de a inflação se estabilizar neste percentual. Subir é muito pouco provável.

O — O governo anuncia dados otimistas de crescimento do Produto Nacional. Qual a participação do trabalhador neste aumento da riqueza?

J.P. — Bem, isto é uma fórmula bastante complicada, porque depende da força-de-trabalho, da população ocupada, do aumento vegetativo e real desta população, das diferenças regionais de produtividade. Tudo é feito por valores médios, de modo a atingir o Brasil todo. Não tem sentido se atuar em favor dos trabalhadores de São Paulo em detrimento dos de Ceará, mas isto não quer dizer, é claro, que o poder de compra do salário possa ser o mesmo em todos os lugares, tanto não é assim que o salário mínimo é diferente em cada região.

O — Esta participação dos

trabalhadores no crescimento do Produto se encontra em quatro por cento. Como se chegou a este índice?

J.P. — Isto é com o Ministério do Planejamento, não sou eu que faço.

O — Um trabalhador que ganhava o salário mínimo há 11 anos atrás e ganhar hoje este mesmo salário, não compra nem a metade do que conseguia comprar naquela época. Qual a explicação do governo para este achatamento dos salários?

J.P. — Depende da metade que se considera. Ele hoje compra bastante mais energia elétrica, mais transportes, mais habitação, mais remédios e mais estradas. Agora, ele não compra mais feijão, e aí que está o sofisma dos que fazem estes cálculos arbitrários: é que eles escolhem no rol das mercadorias que subiram mais de preços para efeito de mercado. É claro que se falta um determinado produto no mercado seu preço vai subir mais que a inflação, muito mais.

O — O senhor acabou não respondendo sobre a causa do achatamento dos salários.

J.P. — São relativos aos dados da Fundação Getúlio Vargas, não são? Pois é, então tem que se perguntar lá à Fundação, ela é responsável pelos dados dela. E além do mais, ao que parece, o que foi divulgado na *Revista de Administração de Empresa* é um artigo de um professor, que não tem a responsabilidade da Fundação. Esse professor é que fez um estudo sobre o poder médio de compra do salário mínimo. (1)

O — Isto tudo quer dizer que os salários estão atualmente num índice real, ou seja, justo?

J.P. — Os salários estão recebendo reajustamentos justos, maiores que o

(1) Refere-se ao artigo *Alguns Aspectos da Política Salarial*, do professor *Eduardo Maturazzo Suplicy*, publicado na *Revista de Administração de Empresas*, setembro/outubro de 1974. Uma das conclusões do artigo é que "enquanto o produto real per capita do Brasil cresceu de 58% de 1961 a 1973, o salário mínimo real médio diminuiu de 55% nesse período de 12 anos".

custo de vida. A partir de janeiro, com o aperfeiçoamento da fórmula, este salário tem sido um pouco maior do que era antes.

O — Por que o governo não permite que os sindicatos de empregados discutam os reajustes com os dos empregadores?

J.P. — Isso é inteiramente livre, o empregador pode dar qualquer aumento que o empregado quiser, desde que as empresas absorvam o que exceder do índice fixado pelo governo. Por exemplo, o Conselho Interministerial de Preços e outros que estão atentos a esses processos de revisão e reajustes salariais é que vão fixar os aumentos de preços de acordo com o reajustamento do salário. O processo é simples: o governo fixa os índices de reajuste, comunica aos dois sindicatos e ao delegado regional do Trabalho, que vai registrar o acordo. Se o sindicato dos empregadores quiser dar mais ele é livre.

O — Se quando concede um aumento de salários, como agora, o governo acha que o poder aquisitivo do trabalhador está baixo, por que permite uma elevação imediata dos preços?

J.P. — O salário fixado agora vai vigorar por 12 meses. Agora ele está sendo elevado até o poder de compra que ele tinha antes, mas acontece que não se pode esperar que até janeiro de 76 este poder de compra se mantenha assim. Então a gente vê quanto vai ser a inflação, se vai ser 20%, a gente aumenta 10%, no pressuposto de que aumentando a este índice o poder de compra vai caindo durante o ano todo e daí, nos seis primeiros meses, ele está ligeiramente acima. Teoricamente o trabalhador deveria poupar nos primeiros seis meses para gastar nos seis seguintes.

O — Como o resíduo inflacionário sempre é subestimado ao máximo, na verdade o trabalhador não tem nenhuma condição de poupar. No ano passado a inflação oficial prevista foi de 12% e na realidade ficou acima de 34%.

J.P. — A verdade é que a diferença entre a inflação prevista e a que se registrou é acoplada ao salário no ano seguinte.

O — Então esta fórmula permite apenas que haja a recomposição do poder aquisitivo, ou seja, o trabalhador não enriquece, ele apenas tem uma espécie de "proteção" contra a inflação.

J.P. — Não. Há uma melhoria que corresponde ao índice de produtividade, em primeiro lugar. Esta é uma melhoria fictícia, porque o trabalhador vai usufruir não do benefício do seu trabalho, mas do de todos. Agora, há a melhoria efetiva, real. Esta é registrada quando há escassez de mão-de-obra. Por exemplo,

continua na página 12

Os reajustes salariais

continuação do página 11

em Brasília há grande número de vagas para pedreiro que não são preenchidas. Com isto as empresas têm que pagar mais, senão não conseguem trabalhadores.

O — Mas isto não quer dizer que a condição de vida do brasileiro esteja melhorando.

J.P. — Eu acho que quer dizer. Bom, não quer dizer porque está melhorando muito mais: o brasileiro agora tem estradas boas, tem remédios de graça, o INPS funciona.

O — Isto tudo pode ser aplicado, teoricamente, aos outros setores mas não em relação aos trabalhadores rurais, por exemplo.

J.P. — O que eu posso dizer é que um dos projetos desta Secretaria é cuidar do emprego e do salário no meio rural. Estamos colhendo dados, não sei quando o plano estará pronto.

O — Um brasileiro que trabalha numa fazenda, por exemplo, está tendo

o mesmo reajuste de salário que um outro que trabalha em indústria?

J.P. — É preciso entender que este reajuste é coletivo. Se ele está organizado em categoria profissional, aí o sindicato se encarrega de que seu salário seja reajustado na mesma proporção.

O — O problema do trabalho rural é, então, a falta de organização.

J.P. — Eles já têm se organizado bastante.

O — Como?

J.P. — Não sei, isto não é comigo.

O — Aí se inclui também o

problema do subemprego, não só na zona rural, mas principalmente nas cidades. E não se tem visto medidas do governo para eliminá-lo, por quê?

J.P. — O subemprego tem que ser superado a longo prazo e é preciso compreender bem o que é isto. Há um conceito de subemprego que é bastante amplo e inclui, por exemplo, as pessoas que trabalham metade do dia, da semana, do mês e que só podem trabalhar assim, pois são estudantes, pessoas idosas, aposentadas, ou trabalhadores sazonais, porque trabalham na colheita e só há colheita numa determinada época. Então ficam o resto do ano em trabalhos imediatos, de sustentação. Uma das coisas que se fazem para isso são os cursos de

profissionalização.

O — Tem-se dado com uma das causas das migrações internas a diferença dos salários de uma região para outra.

J.P. — Se existem salários maiores eles funcionam como atrativos, não acho isto errado.

O — Qual é o critério para reajustar o salário mínimo em níveis diferentes para cada região?

J.P. — Isto aí eu não estou autorizado a declarar, pois é assunto da presidência da República. É evidente que há critério, são feitos estudos, mas sobre isto eu não declaro nada.

Como os EUA podem vencer a crise econômica

AS TRÊS GUERRAS

Entrevista com o autor de "A Antieconomia", Jacques Attali, assessor econômico do líder socialista francês François Mitterrand

Le Nouvel Observateur

A recessão econômica poderia levar os EUA à guerra? Segundo o economista francês Jacques Attali, professor, assessor econômico do líder socialista francês François Mitterrand e co-autor de um dos mais polêmicos trabalhos sobre economia da atualidade — o livro *A Antieconomia* — recentemente editado no Brasil — os EUA estariam diante de três alternativas, para enfrentar a recessão: uma guerra militar, uma guerra econômica ou uma guerra contra a pobreza.

Segundo ele, a primeira hipótese — uma guerra militar — à primeira vista parece pouco provável: o desastre do Vietnã ainda está fresco na memória dos americanos, e além disso a capacidade da indústria bélica em criar empregos é bastante limitada. Desta forma, o envolvimento em larga escala num conflito militar não teria, pelo menos a curto prazo, o efeito de aliviar a recessão interna.

A última hipótese — uma guerra contra a pobreza — significaria uma reativação maciça do consumo, uma luta interna contra as desigualdades sociais e contra o desemprego, ficando em plano secundário os interesses dos grandes grupos econômicos. Esta hipótese encontra atualmente pouca ressonância política — já que implicaria numa transformação considerável da atual relação de poderes.

Segundo Attali, portanto, o mais provável é que uma guerra econômica seja levada adiante. A recessão aprofundou uma contradição interna da estrutura econômica americana: a produtividade do capital americano investido internamente vem baixando nos últimos anos, ao passo que a produtividade do capital investido externamente, isto é, nos países onde operam as filiais das grandes empresas americanas, vem crescendo, ou pelo menos mantendo-se em níveis elevados. Em consequência disso, boa parte do crescimento econômico dos EUA vem sendo feito, paradoxalmente, contra os interesses internos da economia: as grandes empresas preferem investir no estrangeiro, onde a rentabilidade está assegurada.

Numa época de "normalidade" econômica, este problema não teria maiores repercussões: a pujança da economia americana seria suficiente para assegurar o crescimento econômico interno mesmo sem dispor dos capitais que "fugiram" para o estrangeiro. A recessão veio trazer uma nova perspectiva a esta questão.

Numa entrevista concedida à revista *Le Nouvel Observateur*, Jacques Attali desenvolveu algumas dessas idéias. Os trechos mais importantes da entrevista:

Pergunta — Kissinger não pôs de lado a possibilidade de um recurso à força contra os países exportadores de petróleo, caso o mundo se veja diante



de um "real estrangulamento". Você acredita que os americanos possam procurar uma solução militar para a atual crise econômica?

Jacques Attali — Da entrevista de Kissinger a *Business Week*, levou-se em conta principalmente as afirmações sobre o petróleo. Mas o secretário de Estado americano disse coisas muito mais importantes, principalmente porque ele admitiu, de forma explícita, as ameaças de uma guerra econômica. Uma guerra que assumiria duas formas: primeiro uma guerra alimentar, e depois uma guerra de investimentos.

P — Você acredita que uma guerra alimentar é mais provável que uma chantagem militar?

J.A. — Os EUA são os principais produtores de cereais do mundo, o que lhes confere uma posição de força. As companhias americanas possuem instrumentos que lhes permitem controlar as colheitas. Por isso elas têm condições de obter importantes lucros através da especulação. E ao mesmo tempo forçar os países pobres a adquirir seus produtos: esta pode ser a condição para se ter direito ao trigo.

P — É nos EUA que os países árabes colocam prioritariamente seu dinheiro?

J.A. — Quando se trata de investimentos reais e não a curto prazo, eles hesitam. A rentabilidade do capital é menor nos EUA, se comparada com outros países desenvolvidos. A Arábia Saudita, por exemplo, parece que está se afastando do mercado financeiro americano, no qual não se registraram operações de grande envergadura. Os EUA ainda não são "vencedores" financeiramente, no sentido de que ainda não deram ao exterior a certeza de que estão verdadeiramente decididos a reativar sua economia, como os alemães acabam de fazer. Ora, a lógica do capital é investir nesses países onde se obtêm os maiores lucros. Sem ter reativado sua economia, o governo americano pode estar tentado a recorrer à pressão política

para obter os capitais de que precisa. É o começo daquilo que eu chamo de guerra dos investimentos.

P — Isto revela manobras um pouco desesperadas ou irresponsáveis. Por que os EUA foram levados a um tal extremismo?

J.A. — Bruscamente, os americanos acabam de tomar consciência da fragilidade de sua economia. Eles se dão conta de que são incapazes de responder rapidamente a uma situação nova e difícil. Os estatísticos divulgam indicadores econômicos até aqui desconhecidos: 12% de inflação, 6,5% de desemprego, zero de crescimento! Estas são as cifras para 1974. E em 1975, segundo os mais sérios observadores, a situação será semelhante. Acrescente-se ainda a tendência à baixa da rentabilidade do capital investido no território americano: esta rentabilidade passou de 10% ao ano, em 1965, para os atuais 5%.

P — E o que fará Ford?

J.A. — Bem, a princípio, percebe-se

que é difícil responder a esse tipo de desafio. Porque ao lado do poder político clássico, desenvolveu-se um poder autônomo, um poder financeiro, bancário e multinacional...

P — ...que sempre existiu...

J.A. — Sim. Mas no passado este poder era muito mais dependente do poder político de Washington.

P — O que vai acontecer nos EUA?

J.A. — A meu ver, Ford vai agir que as empresas americanas façam seus investimentos preferencialmente nos EUA, e que elas repatriem os lucros obtidos no estrangeiro, ao invés de reinvestir lá fora. O que contraria o que está expressamente previsto pelas leis nacionais do Canadá, da Austrália ou da França. Mas como os EUA são, por enquanto, incapazes de reorganizar sua economia, vão tentar fazer com que seus parceiros econômicos paguem por essa recuperação. A guerra dos investimentos está declarada.

P — E, a seu ver, os EUA ganharão esta guerra?

J.A. — Eles têm os meios. Em primeiro lugar, porque eles podem até mesmo chegar a decidir que não apoiarão mais determinados países. Isto de forma a deixar que se estabeleça um clima de insegurança política e econômica propício à repatriação dos lucros. Tomemos, por exemplo, os países da América Latina. De que serve investir no Chile, se Washington deixar de sustentar o governo chileno?

Deve-se ter em conta, também, as pressões sobre os governos ocidentais. Estas pressões serão ainda mais

eficazes, na medida que estes países — e notadamente a França — são incapazes de regularizar por um longo período a fatura de suas compras de petróleo. O objetivo de Kissinger é transformar a dívida contraída pelos países industrializados com os árabes em... dívidas com os EUA! Esta foi a intenção da criação do fundo de reciclagem dos petrodólares. Os empréstimos serão concedidos aos europeus para que eles saldem suas contas petrolíferas, mas com a condição de que eles não façam objeções à repatriação dos lucros que as filiais das empresas americanas obtêm em seus países. Nós assistiremos, a meu ver, uma ingerência crescente dos EUA nos negócios europeus.

P — Os americanos podem obrigar suas firmas a investir em seu território. Mas terão eles os meios de assegurar a rentabilidade dos capitais que voltem aos EUA?

J.A. — Este é o grande problema. Eles podem tornar estes capitais rentáveis se decidirem reativar o consumo interno. Porque evidentemente de nada serve produzir mais nos EUA se não houver ninguém lá para consumir. Os EUA terão então que reativar seu consumo. E penso que estão condenados a fazer esta reativação de uma forma não seletiva. Simplesmente porque é urgente assegurar a rentabilidade dos investimentos. Isto pode ter o efeito imediato de aumentar a inflação. Meu prognóstico pessoal é que a maior parte dos países vai aceitar a inflação, porque o ritmo do crescimento capitalista multinacional não pode ser assegurado sem ela.

LEIA

★ ★ ★ ★ ★

A HISTÓRIA E A GLÓRIA

ROCK

- INDEPENDENTE
- JOVEM
- LIGADO

★ PINK FLOYD:
dos subterrâneos
à superestrutura

★ ERIC CLAPTON
NO BRASIL

★ A TV MATA
A MÚSICA?

★ 74 EM BALANÇO: Rock Dreams
e movimentos ocultos



31 de janeiro de 1975

5, rue des Italiens — Paris 9e tel. 7-709.129

A nova constituição chinesa aprovada pela Assembléia Nacional

O fim da democracia popular

(o abandono da teoria de soberania nacional ou de soberania popular em favor da soberania proletária)

A Assembléia Nacional chinesa se reuniu entre 13 e 17 de janeiro, no maior segredo, em Pequim. Enquanto Chu En-lai apresentou um relatório até o momento inédito, Mao Tsé-tung não apareceu. A Assembléia aprovou a revisão da Constituição de 1954, proposta pelo Partido. De agora em diante a China, "Estado socialista da ditadura do proletariado" será dirigida pelo Partido Comunista, "núcleo dirigente do povo todo" e "órgão supremo do poder do Estado". Embora o direito de greve seja assegurado, todo o debate deve ser feito dentro da ideologia marxista e da "filosofia maotsetung". A hierarquia do governo é um reflexo perfeito da hierarquia do Partido Comunista, cuja direção terá em mãos o comando das Forças Armadas e das milícias. O cargo de presidente da República foi suprimido.

O comunicado da Assembléia insiste sobre a necessidade de todos os países se prepararem para uma possível guerra mundial que, segundo Pequim, a URSS e os Estados Unidos poderiam provocar na luta pela hegemonia. A China pede não somente ao Terceiro Mundo mas ao "segundo mundo" — do qual faz parte a Europa — para se unirem e resistirem ao perigo. A Constituição condena ao mesmo tempo o "imperialismo americano e o "social imperialismo soviético".

Buscamente sábado à noite, 18 de janeiro, Pequim começou a brilhar. Às oito horas da noite, nas grandes avenidas, onde só a metade das lâmpadas são acesas por medida de economia, todos os postes de iluminação acenderam-se. Ao mesmo tempo, como se faz nos grandes dias, milhares de lâmpadas elétricas presas às paredes dos prédios públicos iluminaram a cidade. Assim os habitantes da capital ficaram enfim sabendo da reunião da quarta Assembléia Nacional. A maioria das pessoas ligaram o rádio — no máximo do volume como seguidamente isso acontece — para ouvirem as informações. Nos bairros alguns fogos retumbaram nas ruelas, foguetes iluminaram os telhados e alguns tambores iniciaram um toque surdo.

Não se poderia dizer, no entanto, que o acontecimento deu origem a manifestações de entusiasmo semelhantes às que se seguiram ao décimo Congresso do Partido. A noite estava, além disso muito fria, e não havia grandes surpresas, os

documentos haviam sido muito discutidos nas bases, e os chineses sabiam bem que a Assembléia é um órgão político subordinado. Isso não impede que esta sessão da Assembléia venha a marcar uma modificação na vida política do país, se as promessas escritas forem postas em prática.

Disponos agora de três documentos fundamentais para avaliar as modificações enquanto se espera o relatório de Chu En-lai sobre os trabalhos do governo.

Os documentos são o comunicado à imprensa da Assembléia do dia 17; o discurso de Chang Chun-chiao sobre a revisão constitucional; e a Constituição revisada.

Em tudo se afirma o novo monopólio da direção do partido sobre a vida pública. A direção única do partido — tema de tantos editoriais no ano passado — passou agora a integrar a Constituição. A maior parte dos vice-primeiros-ministros pertencem ao Bureau Político eleito pelo Congresso de 1973.

O Partido Comunista, até agora "núcleo dirigente da causa revolucionária" se torna, segundo o artigo 2 da Constituição, o "núcleo dirigente de todo o povo chinês" e, como realfirma o preâmbulo, a China deve "manter a linha e os princípios políticos fundamentais do PCC por todo o período histórico do socialismo".

Alain Bouc

A Assembléia decidiu suprimir ou subordinar ao partido todos os órgãos semi-independentes que ainda subsistiam. Não tem mais presidente da República. O órgão superior do Estado é o Comitê Permanente da Assembléia que receberá, de agora em diante, as prerrogativas da presidência. Mas apesar de ser o chefe do Estado colegiado, o Comitê Permanente continua um órgão subordinado: não é mais de sua atribuição convocar a Assembléia e fixar a ordem do dia da Assembléia. É suficiente, para se dar conta disso, ler as frases iniciais do discurso de Chang Chun-chiao: "Através do Comitê Central do PCC lhes foi distribuído o projeto de revisão da Constituição da República Popular da China, submetido a exame na atual Assembléia. Mandatário do Comitê Central do PCC eu vou lhes dar algumas explicações sobre este projeto". O vice-primeiro-ministro não falava como membro do governo ou como deputado, mas como mandatário do Comitê Central.

A própria Assembléia Nacional, que representa a nação, perdeu sua supremacia teórica: segundo o artigo 16 ela se situa "abaixo da direção do Partido Comunista, órgão supremo do

poder do Estado". Na realidade a Constituição estabelece o abandono da teoria de soberania nacional ou de soberania popular em favor da teoria de soberania proletária, como mostra o artigo primeiro: "A República Popular da China é um Estado socialista de ditadura do proletariado, dirigido pela classe operária". A democracia popular cede assim lugar à ditadura do proletariado.

Tais modificações têm que se refletir na composição dos órgãos do Estado: na Assembléia Nacional, como no menor comitê revolucionário local, é preciso que a aliança operários-camponeses-soldados ocupe a maioria das cadeiras. No âmbito das idéias acontece o mesmo: é preciso que o marxismo predomine "em todos os domínios da superestrutura" afirma o comunicado da Assembléia. Melhor dizendo, rejeita-se o pluralismo ideológico e, se houver debate, se for preciso deixar "com flores desabrocharem", só poderá ser dentro do jardim do marxismo. Esse é o ponto central da revisão constitucional.

Podemos nos admirar que essas grandes mudanças em relação ao texto de 1954 tenham sido apresentadas como simples continuação, como o simples desenvolvimento de um documento que continua sendo o texto de base. Ao passar de 106 artigos para 30 o documento na realidade mudou de natureza. A Constituição não

afirma mais que protege a propriedade capitalista. Não deixa mais às minorias nacionais a possibilidade de escolha do seu sistema social: a unidade da República Popular impõe a construção comum do socialismo.

A nova Constituição será realmente aplicada? A China vai conhecer uma vida institucional normal? Muitas pessoas duvidam, neste regime de revoluções ininterruptas. O Estado que nos é apresentado é, aliás, um Estado combativo. Chang Chun-chiao no seu relatório assinala três missões do Estado: oprimir as classes reacionárias, reprimir a contra-revolução, defender o país da subversão e da agressão dos inimigos do exterior. Por prudência a Constituição prevê que as sessões anuais da Assembléia Nacional podem ser adiadas ou antecipadas.

Mas se o partido não tivesse a intenção de normalizar a vida política, Chang Chun-chiao não teria evidentemente citado no começo do seu discurso a opinião do presidente Mao de que "um Estado deve ter regras e uma Constituição".

Se aprofundamos a análise da Constituição, notamos a insistência dessa idéia cara ao presidente Mao — sem democracia não pode haver centralização verdadeira. O relatório de apresentação afirma que foi o próprio presidente que pediu que fosse incluído o direito de greve. Sem dúvida é uma maneira de dizer que é preciso utilizar esse direito e se defender contra os dirigentes que abusam do poder. Os dirigentes dos comitês revolucionários podem ser afastados pela base, desde que haja aprovação dos escalões superiores.

O essencial do documento tinha sido estabelecido há cinco anos na sessão do Comitê Central de Lushan. Evidentemente foi retirado do texto o nome do ex-segundo homem na liderança do país, Lin Piao. O nome de Mao Tsé-tung só figura no que diz respeito à "filosofia maotsetung".

É preciso defender corajosamente a nova Constituição, pede a Assembléia no seu comunicado. Na realidade é certo que essa radicalização da vida institucional vai provocar resistências. O lugar reservado à liberdade individual vai incomodar os burocratas que não gostam de críticas, e menos ainda de greves.

Mas uma coisa é redigir um texto, outra é colocá-lo em prática.

No primeiro artigo foram descritas as diferentes fases por que passaram as relações sino-soviéticas desde 1969. A queda de Lin Piao e a programação da viagem de Nixon a Pequim coincidiram com a volta da polémica entre as duas nações comunistas.

Se o grau de hostilidade entre a China e a URSS sofreu mudanças desde o conflito de 1969, a natureza da disputa também evoluiu.

A disputa sobre a fronteira perdeu a intensidade, apesar de que as posições não tenham mudado durante todos esses anos. Os chineses lembraram, ainda recentemente, que aceitam as disposições determinadas pelos "tratados injustos" (1) impostos no século passado pelos czares, como base para a regulamentação geral das fronteiras, mas querem a restituição de aproximadamente 20 mil quilômetros quadrados que foram ocupados pelos russos, segundo os chineses, em violação a esses mesmos tratados. Além de se restringirem a essas exigências, os chineses falam ainda de "ajustamentos" que levariam em conta a situação de fato nas zonas fronteiriças. Não há grandes populações nas áreas reivindicadas nem nas ilhas fluviais do Amour e Ussuri.

Os soviéticos querem "determinar" o traçado da fronteira nas zonas onde os tratados internacionais deixaram subsistir incertezas, mas se recusam a admitir a existência de "regiões contestáveis" nos locais ocupados por suas forças.

É uma situação que poderia ser contornada e solucionada com relativa facilidade através de uma boa diplomacia, se não fosse absolutamente nula a vontade de

negociar dos soviéticos e chineses.

É evidente que o litígio fronteiriço não é a causa da disputa sino-soviética, mas é um argumento utilizado pelos dois países para denunciar a "recusa de negociações" do adversário. Essa não é uma atitude particularmente original. Com menos polémica, o Japão está recorrendo ao mesmo processo por julgar inoportuna a assinatura do tratado de paz com a URSS.

A diminuição da tensão militar

A tensão propriamente militar também diminuiu consideravelmente. Embora eventualmente os chineses ainda façam alusão à "ameaça do norte e à necessidade de preparação para a guerra", esses temas não ocupam mais um lugar importante na propaganda interna, cujo esforço principal é feito em outras direções completamente diferentes.

Os chineses dizem, não oficialmente mas com a evidente intenção de que se saiba, que o governo da China não teme mais um ataque da URSS. Em setembro passado, por exemplo, o vice-primeiro ministro, Teng Hsiao-ping, declarou ao líder democrata-cristão da Alemanha Ocidental, Helmut Kohl, que para ele a ameaça soviética era muito mais grave na direção oeste —

CINCO ANOS DE CONFLITO SINO-SOVIÉTICO

II — A disputa fronteiriça na disputa ideológica

Alain Jacob

quer dizer, contra a Europa — do que em direção ao leste. O ministro holandês das Relações Exteriores acaba de ouvir dizer em Pequim que em caso de agressão soviética contra a Europa a China se colocaria ao lado dos europeus.

Desde 1973 Chu En-lai havia preparado a "virada" das teses chinesas, afirmando no seu relatório do X Congresso que a Europa era o "ponto-chave" da rivalidade entre as duas superpotências. "A China", acrescentava ele, "é como um pedaço de carne apetitosa que todo mundo ambiciona, mas essa carne é muito dura e há muitos anos que ninguém consegue abocanhá-la... No momento atual o revisionismo soviético faz um grande tumulto no Leste para atacar o Oeste".

No que se baseia essa relativa certeza? Sem dúvida numa apreciação realista das intenções da URSS, para quem o custo de uma operação militar contra a China seria extraordinariamente alto, tanto no plano material como diplomático — toda a política soviética de "coexistência

pacífica" seria reduzida a zero.

Alguns especialistas acham que o armamento nuclear chinês já é "dissuasivo". A opinião dos especialistas não é unânime sobre esse ponto, mas o fato é que os chineses melhoram rapidamente sua capacidade de resposta a um eventual ataque atômico — os chineses já teriam lançado mísseis de seu território em direção às zonas de tiro no Oceano Índico, ou seja, a uma distância de 5 mil quilômetros.

Segundo fontes fidedignas, os Estados Unidos teriam prevenido há mais de um ano seus interlocutores chineses, que um conflito entre duas potências nucleares — entre a China e a URSS, por exemplo — assumiria necessariamente caráter de um conflito mundial e que o próprio Estados Unidos não poderia ficar indiferente, e apoiaria o agredido. Os soviéticos não podem ter deixado de tomar conhecimento de tal advertência que, caso fosse necessário, os obrigaria a acalmar os ímpetus belicosos.

A tentativa de excomunhão

O relacionamento dos dois PCs também evoluiu. Não num sentido de aproximação, longe disso, mas no que podemos chamar de trégua forçada, que permite a polémica e as injúrias

mas impede as manobras de maior envergadura.

Para melhor compreender o que está ocorrendo é preciso comparar a atual situação do movimento comunista internacional com a existente seis anos atrás. Os soviéticos tentaram obter abertamente a condenação mais ou menos implícita de Pequim na Conferência Mundial dos Partidos Comunistas que se reuniu em Moscou em junho de 1969. Essa condenação não figura na declaração final adotada pela Conferência, mas muitos oradores acharam necessário pronunciar severos julgamentos contra o maísmo.

No mês de outubro passado, na reunião consultiva dos PCs europeus em Varsóvia, o caso chinês passou praticamente em silêncio. Segundo o relato do delegado francês Kanape, cujo testemunho é confirmado pelo do italiano Pajetta, "nenhuma delegação levantou o problema das relações com o PC chinês, nem sugeriram que um julgamento da política chinesa fosse objeto de discussão na próxima conferência europeia dos partidos comunistas e operários da Europa".

O delegado soviético Boris Ponomarev se absteve de qualquer alusão a esse respeito, aparentemente por compreender que qualquer tentativa para obter a excomunhão dos chineses seria inútil. Os partidos comunistas rumeno, italiano, espanhol e francês se opunham formalmente a uma manobra desse gênero, para não citar a Liga dos Comunistas Iugoslavos. É muito mais improvável ainda que possa ser feita uma condenação numa reunião mundial, onde estariam representados partidos como os do Vietnã do Norte e da Coreia do

continua na página 16

Entrevista com o presidente Anwar Sadat, do Egito

"A situação no Oriente Médio é explosiva"

"As próximas semanas serão cruciais para a paz na região. Dentro de um mês nós saberemos se estamos caminhando para um entendimento ou para uma guerra"

O diabo que os carregue! Não quero mais ouvir falar desses supostos *fedayins*!". O presidente Sadat está irritado. Seu conselheiro, Ashraf Marwan, veio lhe cochichar que os autores do atentado de Orly — o Boeing da Air-France sobrevoava então Marsa-Matrouk — solicitavam o direito de aterrissagem. "Não, não e não!", exclamou com veemência o chefe de Estado egípcio antes de acrescentar, dirigindo-se a nós: "Não os quero aqui. No passado concordei com o direito de asilo a vários grupos de terroristas, mas agora acabou. São uns criminosos. Eles agem contra os interesses da resistência palestina. Esta ação é por outro lado dirigida contra mim. A alguns dias de minha visita à França (1), eles tentam sabotar as boas relações entre Paris e o mundo árabe".

O presidente Sadat acalmou-se tão rapidamente como se enfureceu. Sentado sob uma mangueira no jardim florido de sua residência em Assuan, ele contempla com clara satisfação a represa que se alonga por uma falésia abaixo, e as colinas verdejantes que se estendem a perder de vista. Elegante e vestido com cores escuras, bigode ralo e bem aparado, ele escuta com atenção seus entrevistadores enquanto fuma um cachimbo. Durante duas horas ele responderá com serenidade a todas as nossas questões. Sim, suas conversações com o rei Façal nos dias 19 e 20 foram proveitosas. O soberano saudita ofereceu 100 milhões de dólares para resolver os problemas de abastecimento que atingem o Egito. "Nós entramos em acordo sobretudo quanto aos meios de consolidar a solidariedade pan-árabe e quanto às medidas a serem tomadas para se chegar à solução do conflito árabe-israelense", acrescentou ele.

Pergunta — É verdade, senhor presidente, que o senhor exigiu a retirada nos três próximos meses das forças israelenses, simultaneamente no Sinai, nas colinas de Golan e na Cisjordânia?

Resposta — Sim, mas me dispus a aceitar, na pior das hipóteses, as retiradas sucessivas. O essencial para nós é manter a dinâmica da paz. A situação no Oriente Médio é explosiva. É preciso trabalhar com rapidez; do contrário acontecerá o irreparável.

P — O que o senhor exige de Israel imediatamente?

R — A restituição dos desfiladeiros de Mitla e Gidi, no Sinai, assim como os campos petrolíferos de Abou-Rodeiss. Para nós é o mínimo. Nesse sentido, espero receber uma resposta de Washington a qualquer momento.

P — Que preço está o senhor disposto a pagar em troca de tal retirada?

R — Nada tenho a oferecer pela restituição de um território que nos pertence de pleno direito. Nós faremos concessões somente no quadro de um acordo global (*package deal*). Em todo caso, essas concessões não devem ameaçar nossa integridade territorial nem nossa soberania nacional.

P — Espera o senhor que Israel também aceite retirar-se das colinas de Golan, consideradas pelo governo israelense como indispensáveis à segurança do Estado judeu?

R — Suponho que os dirigentes israelenses se livrarão dessas idéias ditadas por considerações de política interna. Não penso que eles possam crer, no seu íntimo, na possibilidade de anexar um território que sempre pertenceu à Síria. Porém, se eles insistirem em conservar o Golan, marcharemos fatalmente para uma nova guerra.

P — Não acredita o senhor ser ainda mais difícil conseguir a evacuação de uma parte da Cisjordânia em favor da OLP (Organização para Libertação da

Palestina), recusada por Israel que acusa a OLP de organização terrorista?

R — É tempo dos israelenses enfrentarem a situação com realismo e compreenderem, afinal, que nenhuma paz é possível no Oriente Médio enquanto o problema palestino não for resolvido. É ridículo usar o argumento do terrorismo para recusar qualquer negociação com a OLP. Menahem Beguin é um ex-terrorista que se orgulha disso (2). Todavia ele se apresenta hoje no Knesset na qualidade de chefe da oposição. Os dirigentes da OLP denunciam os sequestros de aviões e condenaram o atentado de Orly. Não é o momento de lhes dar uma chance que lhes permita assumir plenamente suas responsabilidades?

P — Suponhamos, senhor presidente, que Israel se declare pronto a restituir a Cisjordânia, não à OLP, mas ao rei Hussein. O senhor rejeitaria tal proposta?

R — Tal oferta se constituiria, a nossos olhos, numa manobra para dividir o mundo árabe, o qual, os senhores sabem, designou a OLP como sendo a única representante legítima do povo palestino. Apesar disso, uma eventual proposta de Israel seria submetida ao exame dos chefes de Estado árabes e aos dirigentes palestinos. Estes decidirão então se devem ou não autorizar o rei Hussein a retomar posse da parte da Cisjordânia que seria evacuada por Israel.

Dito isto, posso assegurar que Washington não tardará a reconhecer a representatividade da OLP. Resta agora que os EUA e a URSS, avalistas do cessar-fogo no Oriente Médio, convidem a OLP a tomar um lugar na mesa de negociações em Genebra.

P — Que faria o senhor no caso de Israel recusar-se a efetuar novas retiradas nas três frentes num prazo de três meses?

R — Exigiria a convocação imediata da Conferência de Genebra. Não permitiremos que o impasse atual se prolongue. Se Israel recusar-se a negociar um acordo global, nada nos restará a não ser a guerra. Porém, tenho repetido que preferimos uma solução pacífica. Estamos conscientes do fato de que nenhum dos campos antagonistas é capaz de impor uma solução pela violência. Se os israelenses chegarem a mesma conclusão será fácil entender-se amigavelmente.

P — Até que ponto o senhor apóia a OLP quando ela reivindica o direito de estar presente a nível político e militar, na Jordânia, e de utilizar o território jordaniano como base para suas operações militares contra Israel?

R — Pessoalmente acredito ser essencial que a OLP tenha uma presença política na Jordânia. Quanto ao resto não quero me envolver. Cabe ao rei Hussein e a Yasser Arafat se colocarem de acordo quanto às novas etapas de sua cooperação. Entretanto, tudo deve ser feito para favorecer uma solução durável. Com relação a isso, não cesso de encorajar os dirigentes palestinos a formar um governo a fim de que eles possam exercer plenamente suas responsabilidades.

Kissinger não nos engana

P — Alguns censuram o senhor pelo fato de depositar uma excessiva confiança em Henry Kissinger...

R — De todos os secretários de Estado norte-americanos com os quais temos tido contato há 20 anos — especialmente Foster Dulles, Dean Rusk e William Rogers — Kissinger revelou-se o mais sagaz, o mais sensível em seus julgamentos e ainda o mais

Eric Rouleau

sincero. Ele não promete aquilo que não pode dar. Ele respeita todos os seus compromissos conosco. Certamente que o caso Watergate, a crise interna nos EUA, dificultaram seus esforços em favor da paz. Mas estou certo de que ele não nos engana. Todavia, mesmo supondo-se que Kissinger não fosse o homem que descrevi, os senhores acreditam que nós temos outra alternativa que não a mediação americana? Não digo que a URSS não tenha um papel a desempenhar, mas é preciso admitir que os EUA detêm a maior parte dos trunfos, pois Israel depende totalmente deles.

P — Então o senhor acredita que Washington seja capaz de exercer pressões sobre o Estado judeu?

R — Certamente que sim. Porém não exigimos que os EUA ponham fim às relações especiais que eles mantêm com os israelenses. Nós queremos somente que eles intervenham para prevenir uma explosão que corre o risco de conduzi-los a uma confrontação com os soviéticos.

Compreenda-me bem. Não tenho absolutamente a intenção de entrar em conflito com os EUA ou com qualquer outra superpotência. Conheço meus limites. Procuro, ao contrário, ter boas relações ao mesmo tempo com Washington e Moscou, e isso no próprio interesse do Egito.

É verdade que, no encontro de Vladivostok, Ford e Brejnev não se entenderam quanto ao procedimento a seguir para se chegar a uma solução no Oriente Médio. O primeiro é favorável a um acordo por etapas e o outro insiste para que o conjunto do problema seja submetido à Conferência de Genebra. Não penso, de minha parte, que os dois métodos sejam contraditórios. Em nossas discussões temos em vista a recuperação de uma parte dos territórios perdidos, e iremos a Genebra no dia em que for possível assinar um acordo de paz definitivo.

Os soviéticos são hostis a toda ação militar, mesmo limitada, contra Israel

P — Não obstante, suas relações com Moscou não param de esfriar. Quais são exatamente as divergências que o separam de seus aliados soviéticos?

R — Primeiramente eles são e permanecem hostis a toda ação militar, mesmo limitada, contra Israel. Eles recusam-se então a entregar-nos o material militar de que necessitamos. Foi assim que em 1971 — ano que anunciei como sendo decisivo — eles me impediram de desencadear as hostilidades por um meio muito simples: abstendo-se de cumprir os contratos de armamentos firmados.

Atualmente nossas divergências se estendem a diversas áreas, militar, econômica e política. Eles particularmente me acusam de conduzir uma campanha anti-soviética no Oriente Médio, a fim de minar suas posições na região. Portanto, é de meu dever tornar públicas nossas queixas, de informar aos egípcios e aos outros povos árabes sobre as dificuldades em que tropeçamos. Por que ocultar as críticas, naturais nas relações entre aliados? Eles me censuram ainda por criar obstáculos à convocação da conferência de Genebra, o que não corresponde à verdade.

No plano econômico, eles não dão os meios de controlar os efeitos da guerra,

das destruições que o inimigo nos infligiu, da inflação mundial. No ano passado tivemos que lhes pagar 80 milhões de libras egípcias (cerca de 200 milhões de dólares) para a regularização parcial das dívidas que contratamos para compra de armamentos e bens de equipamento. Este ano pedimos-lhes uma moratória de 10 anos, semelhante a que eles concederam à Síria, visto que as dificuldades nos trabalhos de infraestrutura não nos permitiram cumprir o pagamento das dívidas. Mas eles se fizeram de surdos. Portanto, nossos problemas financeiros são mil vezes mais dramáticos do que os enfrentados por nossos irmãos sírios.

No plano militar, eles se recusam, por outro lado, a substituir o material que perdemos durante a guerra de outubro ou a entregar as armas sofisticadas de último tipo que eles fornecem sem dificuldade à Síria. Israel, de sua parte, recebeu dos EUA tudo que necessitava, a ponto dos dirigentes de Washington se queixarem do fato de que o Estado judeu debilitou os arsenais americanos. É cito apenas esses exemplos, que ilustram a atitude hostil dos soviéticos em relação a nós.

P — Como o senhor explica o fato deles terem concedido à Síria o que lhe recusaram?

R — Não consigo entender seu comportamento...

P — Teriam eles considerado sua decisão de não autorizar o retorno ao Egito de seus técnicos e conselheiros militares?

R — Não sei de nada. De qualquer forma, eles não levantaram essa questão depois que expulsei seus técnicos em julho de 1972. Este caso, ao que me consta, foi encerrado para sempre.

P — Antes da guerra de outubro, o senhor também dizia que Moscou não havia equipado seu Exército de maneira adequada. Entretanto, o senhor não parecia sentir falta de nada quando lançou sua ofensiva contra a linha Barlev. Muitos crêem então que o senhor blefa ainda hoje...

R — Dou-lhes minha palavra de que o que digo é a estrita verdade. Certamente que recebi os armamentos soviéticos graças às compras efetuadas por meu amigo o presidente Boumediene, assim como o material procedente da Europa Ocidental, pago pelo rei Façal.

P — Se Moscou persistir em não entregar as armas que o senhor exige, irá o senhor denunciar o tratado de amizade soviético-egípcio?

R — Não posso excluir tal eventualidade, mas é muito difícil tomar uma decisão que iria de encontro aos interesses do Egito e do mundo árabe em geral. Eu precisaria refletir bastante antes de dar um passo tão decisivo. Nós não podemos renunciar ao armamento russo, pois nenhuma outra potência é capaz de substituir a URSS neste ponto. Porém minha paciência tem limites, e meu dever é garantir por todos os meios a defesa de meu país.

P — Deve-se concluir que o senhor não está apto a participar de uma nova guerra?

R — Absolutamente. O armamento de que dispomos é suficiente para infligir a nosso inimigo pesadas, pesadíssimas perdas, superiores às que eles sofreram quando do último conflito.

P — O senhor acha que Israel tem a intenção de desencadear uma guerra preventiva?

R — Sim, estou persuadido disso, pois os dirigentes do Estado judeu esperam resolver desse modo seus terríveis problemas internos, satisfazendo o Exército, que procura assegurar uma vitória decisiva, suscetível de lhe restituir o prestígio quando do último conflito armado. Os militares israelenses não tiraram nenhuma lição da prova que sofreram. Contudo eles deveriam desconfiar: nós somos tão capazes quanto eles de recorrer a uma guerra preventiva, se a julgarmos indispensável à nossa defesa.

P — O senhor acredita que Israel tenha necessidade de autorização dos EUA para desencadear as hostilidades?

R — Disso tenho certeza. No entanto, é de se temer que seus complexos de Massada e Sansão os conduza a tomar a iniciativa sem o acordo prévio de Washington. Tirando proveito de uma conjuntura favorável, devida à próxima eleição presidencial na América, eles seriam capazes de arrastar o mundo inteiro a uma nova guerra.

P — Se é verdade que os EUA forneceram a Israel os meios de lutar durante 21 dias sem precisar recorrer à ajuda estrangeira, não pensa o senhor que quanto à isso a Síria e o Egito se encontram em posição inferior?

R — A Síria não tem nada que invejar de Israel. Ela está dotada de um material equivalente em quantidade e qualidade. Quanto ao Egito, prefiro não dizer nada a esse respeito...

P — Agradaria ao senhor a abertura de uma terceira frente pela Jordânia no caso de uma nova guerra?

R — É o que desejo de todo o meu coração, mas não creio que a Jordânia tenha meios de tomar parte ativa nas eventuais hostilidades. Não obstante, posso lhes garantir que minha estratégia é de natureza pacífica e não guerreira...

P — Fala-se muito no Oriente Médio que Israel tem a intenção de ocupar o sul do Líbano. O senhor declarou recentemente que entraria em guerra se a Síria fosse vítima de uma agressão. Seria a mesma coisa se Israel ocupasse o sul do Líbano?

R — O caso do Líbano difere do da Síria. Nós assumimos um compromisso preciso para com Damasco, mas não com relação a Beirute. O mundo árabe, em seu conjunto, é coletivamente responsável pela defesa do Líbano.

P — O senhor acredita que os Estados árabes recorreriam à arma do petróleo como represália e, numa tal eventualidade, a Europa seria poupada?

R — Respondo afirmativamente às suas duas questões. Seria absurdo impor sanções a países como a França, que observam com relação ao conflito árabe-israelense uma atitude de marcada objetividade. De qualquer maneira, nós seremos razoáveis, como o fomos então na guerra de outubro. Não temos absolutamente a intenção de estrangular a economia ocidental, contrariamente ao que pretendem os dirigentes americanos.

P — O senhor leva a sério as

continua na página ao lado

(1) O presidente Sadat chegou a Paris na segunda-feira, dia 27. É o primeiro chefe de Estado egípcio a visitar oficialmente a França.

(2) Menahem Beguin, que comandava, na época da tutela britânica sobre a Palestina, a organização militar clandestina Irgoun, dirige atualmente o partido Herout, um dos grupos que compõem o bloco nacionalista de direita Likud.

Entrevista com o rei Hussein da Jordânia

"Eu apoio sem reservas a OLP"

Aparentemente, o rei Hussein resignou-se a perder a Cisjordânia para os palestinos, mas não é bem isso que se ouve em Amã.

O rei Hussein ainda teria um papel a desempenhar no conflito do Oriente Médio? Semanas tentadas a responder com uma negativa, já que os chefes de Estado árabes, reunidos em Rabat, em outubro último, o despejaram de seus direitos sobre a Cisjordânia, região que fazia parte de seu reino até a conquista israelense em junho de 1967. Eles não só reconheceram unanimemente a OLP como a "única representante legítima do povo palestino", mas também deram à organização de Yasser Arafat a missão de fundar um Estado independente "em qualquer parte do território palestino libertado".

No entanto, a Jordânia continua a ser uma peça-chave no cenário internacional. Paradoxalmente, o rei Hussein nunca foi tão cortejado desde quando foi abandonado por seus aliados no encontro de cúpula de Rabat, quando resignou-se — pelo menos, aparentemente — a retirar apenas nos desertos áridos do antigo principado da Transjordânia.

Depois de receber com grandes pompas o xá do Irã — que visitou Amã, a capital da Jordânia, pela primeira vez em 15 anos — e o rei Façal da Arábia Saudita, Hussein prepara-se para receber nas próximas semanas vários chefes de Estado, como o presidente Sadat do Egito, o general Assad da Síria e também Saddam Hussein, vice-presidente iraquiano. Nas ante-salas acolhoadas do palácio Basman sucedem-se importantes visitas: emissários de governo árabes que, confidencialmente vêm garantir ao soberano sua compreensão, simpatia ou solidariedade; embaixadores de algumas potências ocidentais que lhe afirmam seu apoio; personalidades da Cisjordânia que vêm renovar, de uma forma também discreta, sua fidelidade ao trono.

Como, então, não acreditar naqueles — numerosos em Amã — que garantem que o rei não renunciou aos "territórios perdidos"? Que ele quer aproveitar a recusa categórica de Israel de negociar com a OLP para se tornar, novamente, o interlocutor privilegiado do Estado judeu? Que ele espera, se o impasse se prolongar, obter uma carta branca do conjunto do mundo árabe, que lhe permita negociar a recuperação da Cisjordânia e do setor árabe de Jerusalém?

No entanto, aos jornalistas que entram em contato com o rei, com o seu primeiro-ministro Zeid Rifai, ou com o seu ministro de informações Salah Abou Zeid não é permitido dar crédito a essa tese. Pelo contrário, os dirigentes do reino proclamam, em uníssono, sua vontade inquebrantável de respeitar literalmente as resoluções de Rabat.

"Eu apoio sem reservas a OLP, como representante única e legítima do povo palestino e apoiarei esse povo com todas as minhas forças para que ele obtenha, enfim, o direito de constituir uma entidade nacional independente",

disse-nos, sem vacilações, o rei Hussein, antes de acrescentar — "Serei o primeiro a reconhecer o governo provisório no exílio que Yasser Arafat será levado a constituir".

Recebendo-nos em seu escritório do palácio Basman — uma ampla sala mobiliada com sofás e poltronas de couro dourado — o soberano, de terno cinza, em contraste com as cores vivas de sua gravata, está sentado na ponta de sua cadeira, com as mãos nos joelhos. Suas têmporas estão grisalhas — ele está perto dos 40 anos — mas conserva a aparência de um adolescente tímido e desajeitado. Exprime-se num inglês correto, com uma cortesia respeitosa que aprendeu a cultivar nas escolas inglesas.

Pergunta — O senhor acha que a reunião de cúpula de Rabat teve razão em lhe negar o direito de falar em nome dos palestinos?

Resposta — A história julgará. (Hussein responde com a voz apagada, o rosto triste, os olhos embaçados.) Os membros de minha dinastia sempre trabalharam lealmente em favor do povo palestino e de seus direitos nacionais legítimos. Mas de nada adianta debruçar-se sobre um passado já acabado. Abstraindo meus sentimentos, meu único objetivo é ajudar nossos irmãos a recuperar sua pátria perdida. Espero que a OLP se mostre à altura da tarefa que lhe cabe.

P — Levando-se em conta que Israel, ajudado pelos Estados Unidos só quer negociar com o senhor, o senhor estaria disposto a considerar uma oferta de desmilitarização na margem ocidental do Jordão?

R — Não recebi nenhuma proposta nesse sentido, e não tomarei nenhuma iniciativa, no atual estado de coisas, para iniciar um diálogo que não estou mais habilitado a ter. Israel não tem escolha: deve-se dirigir diretamente à OLP.

Zeid Rifai, primeiro-ministro, acrescentou: Mesmo se Israel nos enviasse um plano de desmilitarização, nós o enviaríamos diretamente a Yasser Arafat. Desde a reunião de Rabat que a Jordânia não está mais diretamente vinculada ao conflito. Em todo caso, o Estado de Israel deve restituir os territórios que conquistou em 1967 e não tem o direito de ditar sua vontade quanto à escolha de seus interlocutores e dos beneficiários de sua retirada. Para a grande maioria dos Estados membros da ONU apenas a OLP tem o direito de tomar posse da Cisjordânia, parcial ou totalmente libertada.

cendiarão os poços de petróleo se forem vítimas de uma agressão armada.

P — Israel sustenta que iria muito longe no caminho das concessões se os árabes concordassem em lhes oferecer uma paz total, aceitando, principalmente, estabelecer relações diplomáticas normais. Estaria o senhor disposto a examinar tal proposta?

R — Estou pronto a firmar um acordo de paz com Israel e a respeitar os compromissos decorrentes de tal acordo. Porém, acho que é ainda muito cedo para se falar de relações diplomáticas e de fronteiras abertas. Precisa-se esfumegar a amargura e o ódio acumulados durante 26 anos de conflitos sangrentos. Deixo para a próxima geração a questão de decidir se é possível não apenas coexistir com o Estado judeu, mas também cooperar com ele.

P — O senhor aceitaria

Eric Rouleau

P — Que aconteceria se os Estados árabes incitassem o governo de Amã a agir no lugar da OLP? (A resposta do rei, embora breve, revela suas esperanças secretas).

R — Não desejo que se chegue a esse ponto, mas se tal pedido me fosse feito, não deixaria de levá-lo em consideração.

As oportunidades perdidas

O soberano é amargo diante da "atitude intransigente" do governo de Israel: Israel perdeu várias oportunidades, desde 1967, de chegar a um acordo, pois preferiu conservar os territórios a fazer uma paz justa e duradoura. Todas as nossas ofertas foram rejeitadas. Depois da guerra de outubro, sugerimos que o Exército judeu se retirasse por trás das linhas do cessar-fogo, numa distância de 12 quilômetros. Assim, apenas a cidade de Jericó teria voltado à soberania árabe. Kissinger qualificou nossa oferta de muito razoável. Mas Israel, nem mesmo julgou necessário responder oficialmente a ela.

Depois disso, subimos que o Estado judeu quer, além de tudo, não só manter as colônias que implantou desde 1967 ao longo do Jordão, mas também estabelecer ali novas bases militares. Essa mentalidade de conquista é trágica, pois conduz, inevitavelmente, a novas lutas sangrentas. Considerando a psicologia dos israelenses e sua vinculação obsessiva a uma certa concepção de segurança, eu estava disposto, antes da guerra de outubro, a examinar o desmantelamento progressivo dessas colônias paramilitares. No entanto, a guerra de outubro modificou radicalmente a situação e hoje minha proposta é caduca.

Apesar de tudo, não mudei de idéia: ainda é possível uma verdadeira paz seguida de uma coexistência pacífica e de uma sincera cooperação entre israelenses e árabes se o Estado judeu aceitar devolver todos os territórios que conquistou em 1967. Além disso, Jerusalém poderia ser reunificada e se tornar o ponto de encontro de três grandes religiões monoteístas, desde que o setor oriental da Cidade Santa fosse, é claro, restituído à soberania árabe.

P — O rei Hussein quer ainda acreditar que a diplomacia de Kissinger, considerada uma

diplomacia de "pequenos passos", traga novos sucessos, mesmo que o Egito fosse, a princípio, o único beneficiário da boa política do secretário de Estado? O senhor aceitaria que o presidente Sadat chegasse ao ponto de concluir uma paz em separado?

R — O princípio que guia meu comportamento é o respeito à soberania e à vontade independente dos países irmãos. Cada chefe de Estado árabe tem o direito de agir individualmente, de escolher os meios que lhe permitirão recuperar qualquer parcela de território ocupado por Israel. Jamais eu oporia qualquer obstáculo a qualquer passo que nos aproximasse de uma paz justa e duradoura.

No entanto, o rei Hussein não esconde suas inquietações: A conjuntura nesta parte do mundo não mais permite um retorno à situação considerada nem de guerra nem de paz que prevalecia antes do conflito de outubro. Se não se continuar a progredir constantemente para um acordo, vai-se produzir uma conflagração desastrosa para todos. Israel, de seu lado, deveria compreender que não lhe será possível manter a superioridade militar.

Embora o soberano tenha se recusado a responder à pergunta sobre as possibilidades dos Estados árabes produtores de petróleo imporem um novo embargo, ele se declara convencido de que uma guerra "traria prejuízo aos interesses de toda comunidade internacional". Será que ele teme uma intervenção militar americana visando à recuperação dos poços de petróleo? Seu mutismo sobre esse assunto é compensado pelas confidências que se pode recolher dentre aqueles que o cercam. O rei Hussein, segundo seus íntimos, advertiu certos chefes de Estado árabes para o perigo das medidas intempestivas que eles estariam tentados a tomar como represálias contra os Estados Unidos. Ele estaria convencido de que Washington não hesitaria em recorrer à força para defender os interesses econômicos do Ocidente.

A menos que seja obrigada, a Jordânia não tem a menor intenção de participar ativamente de uma nova guerra. "Fundamentalmente", disse-nos o rei Hussein, "nossa atitude é estritamente de ordem defensiva. No entanto, o papel da Jordânia, num eventual conflito, vai depender de diversos fatores, principalmente dos meios militares de que disporemos. Dentro dessa visão, continuo achando que a nossa decisão de não ter aberto uma terceira frente de guerra na época

da guerra de outubro foi sábia e se revelou de acordo com os interesses dos países árabes e do povo palestino".

P — Como o senhor vê o futuro de suas relações com a OLP, cujas concepções que dizem respeito à guerra estão tão distantes das suas?

R — Os encontros que tivemos com os representantes da OLP, principalmente na recente reunião quadripartite do Cairo, foram cordiais e até mesmo frutíferas, pois nós chegamos a uma melhor compreensão recíproca. Não excludo, de modo algum, a possibilidade de dialogar diretamente com Yasser Arafat.

P — No entanto, seus representantes na conferência do Cairo rejeitaram todas as reivindicações da OLP em relação à sua presença política e militar na Jordânia. O senhor recusou, em particular, o direito dos fedayin de utilizar seu reino para se infiltrar nos territórios ocupados por Israel.

R — A OLP já dispõe de um escritório em Amã e algumas unidades do Exército de Libertação da Palestina nunca deixaram de acampar na Jordânia. No momento, é dentro desses limites que podemos tolerar uma presença político-militar da OLP no reino. Não queremos que os tristes acontecimentos de setembro de 1970 (1) se repitam.

P — O senhor acredita que os fedayin tenham desistido de assassinar ou de derrubar seu regime?

R — Nós decidimos, desde o encontro de Rabat, ignorar todas as ameaças proferidas a esse respeito. Queremos, de fato, manter um clima de boa vontade e de cooperação com a OLP.

P — No entanto, Yasser Arafat acaba de declarar ao Monde (2) que não renunciava a seu objetivo de instaurar em Amã um regime democrático.

R — Com o respeito que devo a ele, acho que esta questão não é de sua competência. Cada um é senhor em sua casa.

Pronunciando essas últimas palavras, o soberano não pôde reprimir um sorriso irônico. De fato, tudo indica que ele controla perfeitamente a situação em seu reino. As forças de oposição, divididas, estão paralisadas. O Exército e a polícia, apesar de alguns sintomas de mal-estar, continuam a lhe ser leais. A população — mais da metade de origem palestina — mostra uma calma estoica, esperando a solução da delicada partida de xadrez realizada entre o rei e seus adversários.

(1) Alusão às lutas sangrentas entre o Exército jordaniano e os guerrilheiros palestinos, no fim das quais os guerrilheiros foram retirados do reino. (2) Edição Semanal Brasileira do Le Monde, em Opinião de 17 de janeiro de 1975.

A situação no Oriente Médio é explosiva

continuação da página ao lado

ameaças de Gerald Ford e Henry Kissinger sobre uma eventual intervenção militar americana no Oriente Médio?

R — Henry errou em usar tal linguagem. A política de canhão praticada no século XIX é inconcebível na atual conjuntura mundial. Lembrem-se do fracasso lamentável da agressão tripartite contra o Egito em 1956. Acreditam que nós ficaremos de braços cruzados diante de uma intervenção militar americana? Os EUA foram advertidos: os árabes in-

desmilitarizar o Sinai?

R — Sim, se Israel concordasse com uma medida semelhante, e na mesma proporção, em seu próprio território. Mas, creio eu, não existem garantias internacionais para sustentar a segurança ao mesmo tempo de Israel e de seus vizinhos árabes. Os EUA e a URSS estão dispostos a fornecer-nos, conjuntamente, tais garantias, que seriam sancionadas pelos outros membros do Conselho de Segurança e, se o desejarem, por toda a ONU.

Os problemas internos são a menor de minhas preocupações

P — A que o senhor atribui a onda de prisões efetuadas no início deste mês entre a esquerda egípcia? Por que o senhor mandou encarcerar centenas de pessoas que clamam, no entanto, sua inocência?

R — Estas pessoas são acusadas de terem formado organizações

políticas clandestinas contrárias ao sistema vigente. Elas serão julgadas de maneira equitativa segundo as leis em vigor. Contrariamente ao que se divulga no estrangeiro, não temos, desde 1971, campos de concentração. Somente os tribunais estão habilitados a infligir penas de prisão a aqueles cuja culpabilidade seja demonstrada. Quer dizer, nós fazemos uma franca distinção entre a esquerda patriótica e os extremistas representantes de marxismo que se entregam à atividade subversiva.

P — Entretanto, é do conhecimento público que a direita também — especialmente os Irmãos Muçumanos — dispõe de organizações clandestinas. Seus adversários acusam o senhor de poupar seus aliados naturais...

R — Nada mais falso. Reprimimos com o mesmo vigor toda tentativa de agrupamento da direita. A prova é que os conspiradores da Academia de

Engenharia Militar, presos após o recente complô abortado (3), estão atualmente sendo julgados por alta traição.

Concluindo, o presidente Sadat nos confidenciou: "Os problemas internos constituem a menor de minhas preocupações. A situação no Oriente Médio, repito-lhes, é explosiva. As próximas semanas serão cruciais para a paz na região. Dentro de um mês nós saberemos se estamos caminhando para um entendimento ou para uma guerra, que corre o risco de ser trágica para todas as partes em".

(3) Em 18 de abril de 1974, um comunicado oficial egípcio anunciava que 16 pessoas haviam atacado a Escola de Engenharia Militar de Helópolis, no Cairo. Os autores do golpe pertenciam aos meios da extrema-direita. Seus processos estão em curso.

CUBA: O FIM DO TÚNEL

II — A experiência de democratização em Matanzas

Philippe Labreux

O antigo *ayuntamiento* de Matanzas, cidade de 80 mil habitantes, sede da província do mesmo nome, mudou completamente para abrigar a Assembléia Provincial do Poder Popular, instalada solenemente a 21 de julho de 1974. Na fachada do prédio da antiga prefeitura, "do tempo do capitalismo", como se diz em Cuba, pode-se ler em letras luminosas: "O poder popular é verdadeiramente o poder".

Ligo Barrera Kahlí, um dos 76 delegados, ainda não se encontra totalmente à vontade em seu novo papel. Com 28 anos, antigo militante da União das Juventudes Comunistas e admitido recentemente como membro do Partido Comunista, ele parece mais um bacharel estudioso que acaba de passar em seus exames com as felicitações da banca examinadora.

O responsável pela DOI (Direção da Orientação Ideológica) do PC da província de Matanzas assiste à nossa conversa. Entre duas goladas de *mojito* (*cocktail* leve, à base de rum), Barrera, que consulta sem cessar suas anotações, explica como se deu o processo eleitoral, experiência piloto que deve se estender a todo o país a partir de 1976. "Há duas consultas sucessivas", diz ele. "A primeira se realiza nos Comitês de Defesa da Revolução (CDR), nossa principal organização de massas, para designar os candidatos. A segunda consulta, feita através de eleições majoritárias de dois turnos, permite eleger os membros da Assembléia do Poder Popular. Nós contamos, no total, com 4.702 candidatos para 1.014 cargos a serem preenchidos, a nível do município".

O jovem delegado ergue timidamente os olhos para ficar certo de que nós tomamos nota dos números corretamente, e também das conclusões que se impõem quanto ao caráter democrático da consulta. Ele continua: "A campanha se limitou à fixação das fotografias dos candidatos, acompanhadas de sua folha de serviços. Foi o próprio Fidel quem afirmou que a melhor maneira de apresentar um candidato era dar sua biografia".

A autoridade dos eleitores

Na metade das circunscrições não se conseguiu maioria absoluta no primeiro turno, 71% dos inscritos participaram da designação dos candidatos e mais de 90% de eleitores tomaram parte nos dois turnos da consulta propriamente dita. Mas contou-se apenas com 3% de mulheres dentre os delegados. Uma proporção "tristemente pequena", segundo Fidel

Castro.

"Sem dúvida, os homens subestimam ainda as mulheres", disse-nos Cora Calcano, secretária-geral da Federação das Mulheres Cubanas (FMC), "e não é nem em dois, nem em três, nem em 10 anos, que o machismo será eliminado".

Os delegados devem se reunir periodicamente com seus eleitores, escutar suas queixas e sugestões e transmiti-las às autoridades locais. Eles são reelegíveis e revogáveis a qualquer momento. "São os eleitores que detêm a autoridade suprema", diz Raul Castro, irmão de Fidel e vice-primeiro-ministro.

Depois de 15 anos de "governo revolucionário", trata-se de uma experiência, restrita no momento, aos 300 mil habitantes da província de Matanzas. O próximo congresso do Partido Comunista cubano deverá tirar conclusões dessa experiência, antes de decidir sobre a generalização da fórmula. No momento, impõe-se a prudência. O governo procede à transferência dos poderes de maneira progressiva. O objetivo final é de permitir o controle de todas as "unidades de produção" pelas Assembléias Populares. Estas serão também encarregadas de "velar por seu bom funcionamento", conforme "as normas fixadas pelo Estado".

Será que os burocratas saberão se dobrar a estas exigências? O PCC se livrará voluntariamente das tarefas administrativas que assumiu até o momento em nome da "ditadura do proletariado"? 40% dos delegados eleitos não pertencem nem ao partido, nem à União das Juventudes Comunistas.

Quando pedimos a Barrera para visitar sua circunscrição, o responsável pela direção ideológica manifestou sua oposição. O eleito do povo, que no entanto estava disposto a satisfazer nossa curiosidade, aceitou a situação sem discutir. Mais tarde, pessoas importantes de Havana espantaram-se com essa reação do funcionário. Mas é que o PCC continua como "o principal organismo dirigente da sociedade. Assim, ele controla também as Assembléias do Poder Popular".

A descentralização

Por que se esperou 15 anos? Por que o provisório durou tanto? "Era necessário tomar o poder, fazer a revolução, enfrentar nossos inimigos. Nessas condições, precisávamos principalmente de um aparato de Estado forte, capaz de tomar decisões rápidas. Era necessário também desenvolver as organizações de massas: os DDR, a Central dos Trabalhadores Cubanos (CTC), a FMC e a associação dos pequenos agricultores (ANAP), e fortalecer o partido."

Depois do fracasso da campanha

açucareira de 1970 que desorganizava o aparelho produtivo, Fidel Castro, em pessoa, propusera alguns remédios e particularmente a democratização das organizações de massa. Em 1972 foi criado, sob sua presidência, um comitê executivo composto por nove vice-primeiros-ministros. Se o chefe do governo perdeu nessa operação uma parte das responsabilidades que exercia enquanto "chefe da revolução", não se saberia dizer se a medida conseguiu criar uma verdadeira descentralização dos poderes.

As forças armadas, que na década de 60 tomaram parte ativa na administração e na produção, foram reorganizadas em função de tarefas mais estritamente militares. Todas as organizações de massa realizaram seus congressos: a CTC em 1971 e 1973, a ANAP em 1971, a FMC em 1974 fizeram o balanço de suas atividades, assim como os CDR, principal "corrente de transmissão" entre "o poder e as massas". Os Comitês de Defesa da Revolução, instalados em cada conjunto residencial desde 1959, começaram a assumir um novo papel. Quando o governo resolve consultar as bases sobre certos projetos de lei, é essencialmente nos Comitês que eles são discutidos, como no caso do futuro código da família.

Depois do 13.º congresso da CTC, no fim do ano de 1973, a participação sindical na administração dos centros de produção e de serviços parece ter-se desenvolvido também. É, pelo menos, o que pudemos constatar em Alquitéx, a fábrica têxtil mais moderna do país, criada em 1963 por iniciativa de Che Guevara, então ministro da Indústria. Situada a 60 km de Havana, no meio do campo, a fábrica, equipada e montada com a assistência da Alemanha Oriental emprega 1.660 trabalhadores em meio expediente, e 1.550 jovens que estudam em dois internatos vizinhos.

"Aqui o sindicato, ao qual estão filiados todos os trabalhadores, sempre esteve ligado à administração da empresa", diz Alfredo Reyes Valdés, 29 anos, secretário-geral e único funcionário com tempo integral no sindicato. "Os trabalhadores, que se reúnem todos os meses nas oficinas, formulam sugestões à direção sobre questões ligadas tanto à produção, quanto aos problemas sociais (refeições, transportes, cuidados médicos, esportes, etc.). Todos os meses também, a direção informa aos trabalhadores e justifica suas recusas quando as propostas são rejeitadas. Quanto ao conselho de administração", continua Reyes Valdés, "dele fazem parte os 13 chefes de seção, os secretários do Partido, da UJC e do sindicato, e sua composição não foi modificada, mas agora posso convocar para as reuniões outros dirigentes sindicais, cujo número varia em função dos assuntos tratados".

As eleições de Matanzas, o debate público sobre o código da família, o papel do sindicato na empresa, o lugar das mulheres na vida política: eis os temas que o congresso do PCC, previsto para o fim de 1975, deverá analisar. Será o primeiro congresso, de um partido que desde a fundação em 1965, não tem estatutos, programas, e cujos dirigentes há 10 anos designados por cooptação praticamente não foram renovados.

povo trabalhador soviético. Para fazer frente às dificuldades econômicas cada vez mais sérias, Brejnev foi obrigado a ir pessoalmente aos países ocidentais para mendigar créditos. Isso realmente não deixa de ser irônico para um país que se considera um país socialista desenvolvido... A camarilha revisionista soviética que está no poder tem perpetrado tantas inâmias e crimes que o grande povo soviético não lhe perdoará... Etc.

Para um aniversário não se poderia ser mais amável. É verdade que o povo soviético, a quem se destinava a mensagem, não tomará jamais conhecimento dela.

Essas amabilidades mostram um estado de espírito que não é exatamente propício às grandes reconciliações. Por essa razão ninguém espera ver tão cedo os chineses e

A crise econômica segundo a imprensa chinesa

Alain Bouc

A grande imprensa chinesa descreve diariamente a situação da economia ocidental. Os jornais mostram as taxas de inflação, a evolução do número de desempregados, a baixa dos índices da produção industrial e o aumento dos déficits de pagamento dos países ocidentais. Agora, começa-se a observar algumas tentativas de análise das causas e da natureza da crise.

O editorial do Ano Novo recomendava o estudo da recessão, mas antes disso Changai, como sempre na frente do resto do país, começou a publicar análises e a organizar *forums* reunindo bancários, comerciantes, economistas universitários e operários. Assim é possível se ter uma certa idéia das concepções chinesas sobre o assunto.

O trabalho dos economistas não é fácil. Primeiro a China não tem nenhuma experiência direta da crise, salvo através do comércio exterior, principalmente durante a última feira de Cantão quando sentiu a tendência à contração. Não tem também nenhuma experiência do capitalismo moderno, e no passado só conheceu as formas parasitárias e caricaturais desse regime. Nessas condições não é surpreendente que os pontos de vista diverjam.

Todos estão evidentemente de acordo em reconhecer que se trata de uma crise inerente à natureza do capitalismo com o caráter de desordem de produção na economia de livre empresa. Estão de acordo também em assinalar o aumento excessivo dos estoques que não podem ser absorvidos devido à diminuição da atividade econômica. Mas nem todos concluíram que se trata de uma crise de superprodução inteiramente de acordo com as análises de Marx. Mas essa é, no entanto, a tendência dominante.

Com a leitura de muitos artigos podemos pensar que seus autores, em vez de fazerem o que sugeriu o presidente do partido — pesquisas concretas sobre os fatos — preferem partir dos livros, pensando que a melhor descrição do capitalismo moderno se encontra ainda em *O Capital*. O desejo de ser fiel a Marx, de combater o revisionismo assim como o afastamento da realidade ocidental, explicam o aparecimento de certas análises ingênuas que em suma não permitem saber por que a crise aconteceu agora e não 30 anos mais cedo.

Análise realista

Uma outra corrente que utiliza processos mais científicos se esforça para levar em conta as modificações ocorridas depois de Marx na estrutura do capitalismo: o aparecimento de

uma economia de monopólio com concorrência limitada, a multiplicação dos créditos inflacionistas, a expansão de um setor terciário não produtivo, enfim, o aparecimento das sociedades multinacionais e a falência do sistema monetário internacional baseado no ouro. Essa corrente não dogmática observa que a base da produção ainda não foi atingida em proporções dramáticas por toda parte, e que a crise atinge sobretudo certos setores. Por isto é difícil falar de superprodução ou considerar a situação de hoje igual à dos anos 30. Em vez de formular conclusões arriscadas e de anunciar triunfalmente o fim próximo do capitalismo, essa tendência afirma que a recessão está apenas no começo e que sua evolução depende de um certo número de fatores e de decisões governamentais.

Seria perigoso subestimar as possibilidades de autodefesa do capitalismo. Segundo a visão dos chineses, trata-se realmente de uma crise do capitalismo? Alguns textos nos deixam em dúvida, pois falam mais em crise do imperialismo. E mesmo em crise do superimperialismo.

A hegemonia americana no plano monetário teria sido contestada pela Europa o que teria levado à suspensão da convertibilidade do dólar. O esforço dos países do MCE para se verem livres dos eurodólares e desenvolver o comércio intereuropeu seria um reflexo da vontade de independência da Europa e da resistência ao imperialismo americano. Os Estados Unidos, desgastados por uma série de aventuras externas, militares e financeiras, teriam perdido o controle dos acontecimentos em face dos ataques e da resistência do Segundo e Terceiro Mundo. Ao mesmo tempo a União Soviética, extenuada pelas despesas com armamentos e despesas devido às necessidades crescentes da nova burguesia, entrava também num período de crise política e econômica.

Essa análise tem a vantagem de servir para ilustrar as palavras de ordem da política exterior chinesa contra as superpotências, mas não consegue explicar por que a crise se estende à totalidade do mundo capitalista, inclusive a frações do Terceiro Mundo. Os chineses não contestam que a crise tenha recocado em causa o antigo equilíbrio de forças constituído após a Segunda Guerra Mundial. Parece claro que por essas razões eles esperam um agravamento dos problemas políticos do mundo não comunista e assim decidiram mudar a direção da sua estratégia internacional. Segundo os chineses os americanos e os soviéticos mais do que nunca entrarão em conflito, e talvez desencadeiem uma guerra mundial. A Europa tentará se afastar da tutela americana, o que poderá ajudá-la a se unir. O Terceiro Mundo jogará com seu principal trunfo: a suspensão das matérias-primas.

Cinco anos de conflito sino-soviético

continuação da página 13

Norte que mantém excelentes relações com Pequim e que pretendem evidentemente conservá-las.

As mensagens chinesas

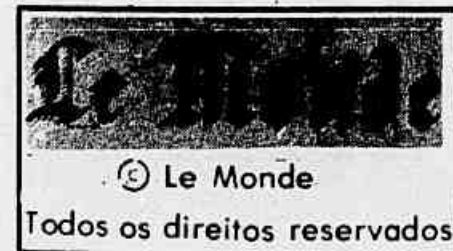
A relativa *détente* que resulta dessa situação é acompanhada de situações que apesar de passarem desapercibidas não deixam de ser cômicas. No mesmo dia 6 de novembro em que as autoridades chinesas enviaram ao

Kremlin uma mensagem de felicitação que parecia quase uma tentativa de abertura, a rádio Pequim difundia o texto de uma outra mensagem enviada "ao povo soviético" por Li Chen-feng, diretor adjunto das explorações petrolíferas de Takang, também pelo aniversário da Revolução de Outubro. "O povo chinês tem um profundo sentimento proletário para com o povo soviético" escrevia Li Chen-feng antes de acrescentar: "A camarilha revisionista soviética, de Krushev a Brejnev, transformou o primeiro país socialista do mundo em um país do social-imperialismo e conduziu a economia soviética, em rápido desenvolvimento durante o tempo de Lênin e Stálin, a uma completa desintegração". "Essa camarilha" — continua a mensagem — "explora e reduz a escravos a grande massa do

soviéticos caírem nos braços um do outro. Paralisada no plano militar e no plano partidário, a evolução de suas relações parecem depender sobretudo da fria diplomacia dos Estados.

(1) Em 1858, pelos termos do tratado de Aigoun, a China aceitou as condições impostas pela expansão czarista: o rio Amour se tornava a fronteira, enquanto que o território compreendido entre o Ussuri, seu afluente, e a costa se tornavam um condomínio sino-russo. O acordo foi confirmado dois anos mais tarde pelo tratado de Pequim, que reconhecia além disto a soberania da Rússia sobre os territórios situados entre o Ussuri e o mar. A China perdia assim aproximadamente 600 mil quilômetros quadrados, e seu acesso marítimo ao norte da Coreia.

Atualmente Pequim não reclama mais de Moscou esses territórios e aceita tomar por base esses tratados apesados de injustos, para uma regulamentação. Mas a China exige a restituição de territórios que, segundo ela, foram ocupados em violação aos tratados injustos: São "mais de 20 mil quilômetros quadrados" na Região dos Montes Pâmir, ocupados em 1884 pelas tropas czaristas, e as ilhas fluviais do Amour e do Ussuri.



Todos os direitos reservados

A SEMANA

Portugal
O desacordo
das
esquerdas

Já não existe mais em Portugal uma união das esquerdas, pelo menos nos termos em que ela foi possível logo após o 25 de abril. Nove meses depois da volta triunfal do exílio de Alvaro Cunhal, secretário-geral do Partido Comunista Português, e de Mário Soares, do Partido Socialista, os dois grupos estão em desacordo próximo do total sobre quase todos os temas importantes debatidos atualmente em Portugal.

A divergência tornou-se mais concreta na segunda feira da semana passada com a aprovação, pelo Conselho de Ministros, do projeto da Intersindical, que cria uma central sindical única em todo o país. Os socialistas e os representantes do Partido Popular Democrático (de centro-esquerda) se opunham à criação da Intersindical por entender que isso daria completo controle do movimento operário ao Partido Comunista.

O Partido Comunista se defende dessas acusações: "Não é aceitável", diz Cunhal, "que forças externas ao mundo operário possam intervir nos sindicatos. Se isso acontecer, a capacidade de diálogo da classe operária será enfraquecida frente ao patronato". Na verdade, os comunistas vieram apenas legitimar o controle que já exerciam sobre a maioria dos sindicatos, onde se infiltraram bem antes mesmo da queda de Caetano. Um dos fatores fundamentais na vitória da tese comunista foi o decisivo apoio dado pelo Conselho dos Vinte, órgão supremo do Movimento das Forças Armadas. Para os socialistas, esse foi um rude golpe no pluralismo: "Rejeitamos tudo que possa lembrar o monolitismo e o autoritarismo da ditadura fascista". A perspectiva de ver o movimento operário definitivamente nas mãos comunistas provocou uma séria crise interna no Partido Socialista, cujas bases operárias são bastante fracas e foram ainda mais enfraquecidas quando a ala esquerda do PS, o Movimento Socialista Popular de Manuel Serra abandonou o partido, ao qual havia se aliado há apenas um mês. Manuel Serra justificou sua decisão acusando os dirigentes do PS de terem entrado em "conluio com a direita aventureira", numa alusão clara às simpatias da ala direita do PS pelo general Spínola. Privado de sua base operária, era de se esperar o forte protesto do PS, que chegou a ameaçar deixar o governo. Os observadores consideraram que o não-cumprimento dessa ameaça que desarticulou o atual gabinete foi uma grande vitória política do primeiro-ministro Vasco Gonçalves, que se reuniu demoradamente com Mário Soares e com o representante do PPD, o ministro Magalhães Mota.

A eleição para Assembleia Constituinte, prevista para abril, é outro ponto de confronto entre comunistas e socialistas. Mário Soares acusa os comunistas de pretenderem adiar as eleições para ampliar sua base eleitoral, pois atualmente as pesquisas dão ao partido de Cunhal apenas 15% dos votos. Para os comunistas, que dizem não ter interesses "eleitoreiros" como os socialistas, o problema é outro: um ano de liberdade seria pouco tempo para politizar a população rural, que ainda vive a noite do salazarismo. O Portugal do "interior", arcaico, submetido à influência dos caciques e párocos anticomunistas e que conta com 60% dos votos, é visto como uma ameaça capaz de levar de volta ao poder, por eleições, os spinolistas e neo-caetanistas ou no mínimo desacelerar o processo político em curso. Também o MFA compartilha desse temor, e para isso

começou a desenvolver intensa campanha educativa.

Mas a principal preocupação dos socialistas não é a perspectiva de uma vitória eleitoral dos comunistas, que eles sabem ser bem remota, mas sim a votação que poderia receber o MDP-CDE (Movimento Democrático Popular-Comissão Democrática Eleitoral), que qualificam de "cavalo de Tróia dos comunistas". O MDP-CDE beneficia-se de uma certa vantagem: ele é conhecido em todo Portugal como a formação política que se opôs ao fascismo nas horas mais duras da luta contra a ditadura. Temem os socialistas que os votos dados ao MDP-CDE venham no final das contas reforçar o número dos comunistas na Constituinte.

O papel do Movimento das Forças Armadas é outro ponto de profunda discordância entre o PC e PS. O partido de Cunhal vê nos militares uma garantia do prosseguimento da "experiência iniciada a 25 de abril e não é de todo nostálgica" à institucionalização do MFA, à sua participação na campanha eleitoral, e eventualmente na futura Assembleia. O Partido Socialista se opõe a essa participação, que vê como uma ameaça ao pluralismo. Pensam que o lugar certo dos militares "é na caserna" mas não se atrevem a dizer isso publicamente. O poder do MFA é demasiadamente forte e popular para que isso possa ser dito livremente. Embora haja a tendência dentro do MFA a não participar das eleições, a vanguarda política do movimento pede a manutenção de alguma forma de presença na vida política, até que esteja assegurada a estabilidade.

Outros pontos ainda em que há sérias divergências: a questão do plano econômico (cuja publicação foi novamente adiada), o controle do rádio e TV (na semana passada o MFA proibiu a realização de um debate televisado sobre o problema da Intersindical), e a campanha de "dinamização cultural" do MFA junto ao Portugal do "interior". Não é possível no entanto reduzir a evolução da crise apenas ao agravamento das divergências entre PC e PS; outras alianças à esquerda e à direita dos dois partidos não são negligenciáveis e antes de tudo o futuro de Portugal está intimamente ligado às opções a longo prazo. K.S. Karol, de *Nouvel Observateur*, analisa na página 18 as diversas opções, entre as quais Portugal tem de se definir no mais breve prazo possível.

Os primeiros passos da
intervenção americana
no Oriente Médio?Defendendo
a jugular
do ocidente

Virtualmente a "jugular do ocidente" o estreito de Hormuz, em Omã, é o ponto estratégico por onde passa a maior parte do petróleo consumido no mundo. Na semana passada duas iniciativas americanas na região pareciam confirmar que uma invasão militar e ocupação dos poços de petróleo do Oriente Médio já deixaram o terreno da especulação e se encaminham perigosamente para a execução. Ainda na semana passada, em entrevista coletiva à imprensa, o presidente Ford preferiu não comentar a denúncia feita pela revista *New Republic*, de que já estariam sendo preparadas 3 divisões para intervir militarmente no Oriente Médio: "Não creio que deva falar sobre os planos militares de urgência, mas os Estados Unidos têm de estar preparados para adotar as medidas necessárias à sua salvaguarda". Circularam também denúncias de que a diplomacia norte-americana já estaria em ação para obter o apoio de outros países para a invasão. (1)

Enquanto pediam ao governo britânico autorização para utilizar a ilha de Masira, a 640 quilômetros do estreito de Hormuz na entrada do Golfo Pérsico, os Estados Unidos dispunham-se a fornecer ao Sultanato de Omã sofisticado equipamento militar, destinado ao combate dos guerrilheiros que lutam contra o Sultão Qabus. Imediatamente, interpretou-se esses dois acontecimentos como parte dos preparativos norte-americanos para uma possível intervenção militar no Golfo.

A venda de armas foi acertada durante a visita do sultão Qabus a Washington, há duas semanas. O Exército omanita, de 9 mil homens, já conta com o apoio de 1.500 soldados iranianos e aproximadamente 300 oficiais britânicos. Desde 1965, as Forças Armadas do sultão lutam contra os guerrilheiros da Frente Popular de Libertação de Omã, de orientação marxista, sobretudo na província de Dhofar.

Ao ajudarem no combate aos guerrilheiros, os Estados Unidos tentam garantir-se contra qualquer medida da Frente ou de outros grupos radicais árabes no sentido de estrangular os fornecimentos de petróleo ao Ocidente. Há dois anos, oficiais do Pentágono estiveram em Omã e, de regresso a Washington, fizeram a seguinte recomendação: os Estados Unidos não devem intervir na guerra omanita, porque trata-se de uma luta "semelhante à do Vietnã". Enviar armas e mesmo fornecer treinamento militar são medidas mais eficazes, já que não implicam o comprometimento direto.

Afirma-se que o pedido norte-americano para utilizar Masira coloca, de certa forma, a Grã-Bretanha em situação delicada, especialmente depois das ameaças de Kissinger e Ford. Porta-vozes do Pentágono esforçam-se para diminuir as implicações do fato, explicando que os EUA desejam a base apenas para situações de "emergência". Ora, uma possível invasão seria uma "emergência".

Desde que os ingleses deixaram o canal de Suez, em 1956, os Estados Unidos procuraram substituir a Grã-Bretanha na área. Com outros padrões, já que com uma presença mais sutil sem a forma de ocupação territorial. Agora, com a possibilidade de uma breve reabertura do canal (fechado desde a Guerra dos Seis Dias, em junho de 1967), aumenta ainda mais a importância estratégica da região. Por Suez, a frota soviética no Mar Negro poderá atingir sem problemas o Índico. Os soviéticos também têm forte presença no Iraque. Os norte-americanos tentam garantir a sua própria presença também. E mais ainda: garantir o contínuo fluxo do precioso petróleo ao Ocidente, não permitindo que países subdesenvolvidos usem, mais uma vez (como em 1973), utilizar suas matérias-primas como instrumento de pressão contra o mundo desenvolvido.

(1) Segundo o *Jornal do Brasil*, o *Itamarati* desmentiu que tivesse sido consultado por funcionários americanos em busca do apoio diplomático para uma ação militar no Oriente Médio. A denúncia havia sido feita em editorial pela *Rádio do Vaticano*, uma vez que um alto diplomata norte-americano



procurou o cardeal d. Paulo Evaristo Arns, em São Paulo, para debater a questão. Segundo o editorial da *Rádio do Vaticano*, um emissário americano teria sido recebido pelo presidente Geisel.

Dias contados para os
aliados dos americanos
na Indochina?Sem dólares,
sem armas e
sem moral

Chegou novamente o momento de Washington decidir o que fazer frente ao "ataque geral" contra seu aliado de Saigon? O novo tipo de tática adotada pela Frente de Libertação Nacional, no entanto, tornará essa decisão extremamente complicada. Lançando ataques limitados, apenas com o objetivo de desgastar o regime de Van Thieu, sem recorrer aos ataques maciços de uma "ofensiva geral", fica difícil para a Casa Branca convencer o Congresso da "iminência da tomada de poder pelos comunistas". E, se o Congresso não se convence desse "perigo" são poucas as chances de aprovação do aumento da ajuda militar e muito menos de uma intervenção direta das forças armadas americanas.

Ao planejar o atual "ataque geral" os estrategistas vietnamitas parecem ter levado em conta o fato de que é o Congresso quem dá a permissão ao presidente Ford para aumentar os gastos na guerra ou intervir novamente na Indochina. (Em 1973 o Congresso aprovou uma lei proibindo a presença e operação das Forças Armadas Americanas na Indochina.) Segundo os analistas americanos, as forças revolucionárias já têm suficiente capacidade militar para lançar uma ofensiva final, mas não o fazem temendo que o Congresso volte atrás na decisão de não permitir a volta dos bombardeiros americanos. Preferem a ação lenta de desgaste, com o objetivo de desmoralizar o regime de Saigon e suas tropas.

A aplicação efetiva dessa estratégia, iniciada no começo desse ano, levou, há duas semanas, à queda de Phuoc Binh, capital da província Phuoc Long, que embora sem grande valor estratégico pela sua pequena população e reduzidos recursos econômicos, representou uma vitória psicológica e um aumento do cerco ao redor de Saigon. Quase ao mesmo tempo, a província de Tay Ninh começou a ser pressionada. Ao contrário de Phuoc Long a província de Tay Ninh é densamente povoada (500 mil habitantes), possui terras férteis e recursos econômicos valiosos. No dia 7, os guerrilheiros ocuparam a estratégica montanha de Virgem Negra, de onde podem facilmente atingir a capital de Tay Ninh. Enquanto em Phuoc Long o general Van Thieu preferiu perder a se confrontar militarmente com os guerrilheiros, em Tay Ninh os reforços foram imediatamente mobilizados mas ainda não conseguiram desalojar os guerrilheiros da montanha da Virgem Negra. Os ataques aéreos de cobertura que eram amplamente utilizados quando havia fartura de verbas e munições não podem ser mais realizados na mesma escala; falta combustível, munição e o moral das tropas terrestres não é dos melhores.

Para que a aviação sul-vietnamita possa ser efetivamente utilizada, de forma maciça, o presidente Ford está pressionando para que o Congresso libere uma verba extra de 520 milhões de dólares, pedido que o senador Edward Kennedy qualificou de "irresponsável". Enquanto isso, o Pentágono estuda as maneiras de aumentar sua ajuda ao regime de Saigon sem violar as leis do Congresso e os acordos de cessar fogo de Paris,

que completaram dois anos nesse dia 27.

Também no Camboja a situação deteriora-se lenta mas visivelmente. O regime do general Lon Nol já perdeu 3/4 de seu território para o Khmer Vermelho e sua capital, Phnom Penh, está sitiada desde meados de dezembro. Até a semana passada só chegavam a Phnom Penh alimentos e munições por via aérea, provenientes das bases americanas da Tailândia, e transportadas por companhias "civis" (a Força Aérea americana não pode participar do transporte). Mas nos últimos dias foi possível romper o bloqueio fluvial no rio Mekong, graças a um maciço apoio aéreo, e algumas embarcações conseguiram subir o rio Mekong, vindo do Vietnã do Sul em direção à Phnom Penh. Mas os resultados foram considerados decepcionantes: além de só levarem munições e combustível, o que foi gasto em apoio militar foi completamente desproporcional aos resultados obtidos.

A América Latina contra
a Lei do Comércio
americanaDo espírito
de Tlateloco
ao fantasma
do Trade Act

Pela primeira vez na história das relações interamericanas os Estados Unidos sofreram uma derrota diplomática fragorosa: por 20 votos a zero, o Conselho Permanente da OEA (Organização dos Estados Americanos) decidiu incluir na pauta da próxima Assembleia Geral, em abril, os debates sobre a Lei do Comércio americana, considerada restritiva aos países latino-americanos em desenvolvimento (veja *Opinião* n.º 116). Em vão, o embaixador americano na OEA tentou amenizar os termos da resolução aprovada, que expressa "profunda preocupação pelas disposições da Lei do Comércio Internacional dos Estados Unidos, as quais, segundo opinião unânime dos representantes dos países latino-americanos, constituem medidas discriminativas e de caráter coercitivo em detrimento desses países".

Embora a resolução não implique nenhuma medida contra os Estados Unidos, o que só deverá ser decidido em abril, três medidas foram tomadas imediatamente:

- Debater o assunto na quinta Assembleia Interamericana, sem prejuízo de que se possa convocar uma reunião de consulta ao nível de chanceleres.

- Recomendar à secretaria geral da OEA a preparação de um estudo aprofundado da lei e suas consequências para a América Latina.

- Formar uma comissão de sete membros encarregada de redigir um relatório especial sobre os antecedentes do caso e o que se fez até agora, para submetê-lo à Assembleia Geral.

A Lei do Comércio tornou-se também uma séria barreira à realização do terceiro encontro que os países da América Latina teriam com Kissinger em março, em Buenos Aires, dentro do "espírito de novo diálogo de Tlateloco". (Veja a matéria de Newton Carlos na pág. 19). Como Venezuela, Equador, Peru e Colômbia já haviam se manifestado pela não participação na reunião, a Argentina, anfitriã do encontro, resolveu adiar a reunião. Até lá, resta ainda a esperança de que o Congresso e o Executivo americanos reformulem a lei, para evitar que o "novo diálogo" acabe se transformando definitivamente no "novo confronto".

"Nós dispomos apenas de algumas semanas para consolidar o processo revolucionário; se não conseguirmos, será o fracasso". Essas palavras, tão alarmantes, podem parecer estranhas no calmo e doce clima de Portugal neste início de ano. A consideração a multidão em Lisboa e a afluência às lojas do Baixa — o internacionalíssimo centro comercial — os portugueses festejaram o primeiro "ano novo da liberdade" sem exuberância mas também sem respeitar o conselho oficial: "Pense duas vezes antes de gastar seu dinheiro às toltas".

No dia primeiro de janeiro, uma longa fila de carros invadiu a estrada que leva de Lisboa às estações de férias de Cascais e do Estoril, à beira-mar. E essa corrida tranquila, pacífica, despreocupada podia fazer crer por um momento que, afinal de contas, esse Portugal não era assim tão pobre e que em Lisboa, pelo menos, um grande número de pessoas não era absolutamente pobre.

Entretanto, mesmo se nos limitarmos às aparências, constatamos rapidamente que, nesse país — no qual os trusts internacionais continuam a apregoar, com o vasto auxílio dos anúncios de *neon*, seus carros, refrigeradores e todos os outros produtos de luxo — as paredes das cidades e dos campos aparecem por toda parte cobertas de palavras-de-ordem que exigem "todos os poderes à classe operária" ou "a terra aos que nela trabalham". Na verdade, a esquerda não se expressa só nas paredes; é ela quem dá o tom à imprensa e à televisão. Hoje ela domina, na verdade, a maioria daqueles jornais e semanários que durante 48 anos, com uma aparência quase idêntica, propagandearam zelosamente o salazarismo e, depois, o caetanismo.

Um general "histórico"

A grande imprensa mostra assim que, desde o 25 de abril e sobretudo desde o 28 de setembro, Portugal entrou pacificamente num processo revolucionário, e que não é, apesar de certas aparências, "um país como os outros". Mas como é que se explica que tantos portugueses estejam sentindo que esse processo indolor está justamente chegando ao fim e que seu país se acha novamente numa encruzilhada? Por que, nesse fim de ano tranquilo, não se falava, nos meios políticos de Lisboa, de outra coisa que não fossem o "plano econômico de emergência" e as opções decisivas que deverão ser feitas dentro de pouquíssimo tempo?

Sábado, dia 11, o general António de Spínola rompeu subitamente o silêncio a que se submetera desde sua renúncia à presidência da República a 29 de setembro último. Revelou bruscamente ao país a existência de uma dicotomia entre o poder econômico, ainda em mãos dos ricos conservadores, e o poder político, assumido por "novas minorias" revolucionárias. Segundo o general, é preciso recorrer o mais rápido possível ao veredito do sufrágio universal e eleger uma assembleia constituinte que porá fim às anomalias do sistema atual.

Tentados a fazer de Spínola um de Gaulle português, o que afinal de contas não é muito elogioso para o ex-presidente francês (1), alguns comentaristas em Lisboa já comparam a sua intervenção do dia 11 à famosa entrevista à imprensa dada por de Gaulle no hotel de Orsay em maio de 1958. Desta vez, como naquela, um general "histórico" saiu da reserva para apresentar sua candidatura à presidência da República, a fim de preservar o país do "caos" e dos "males".

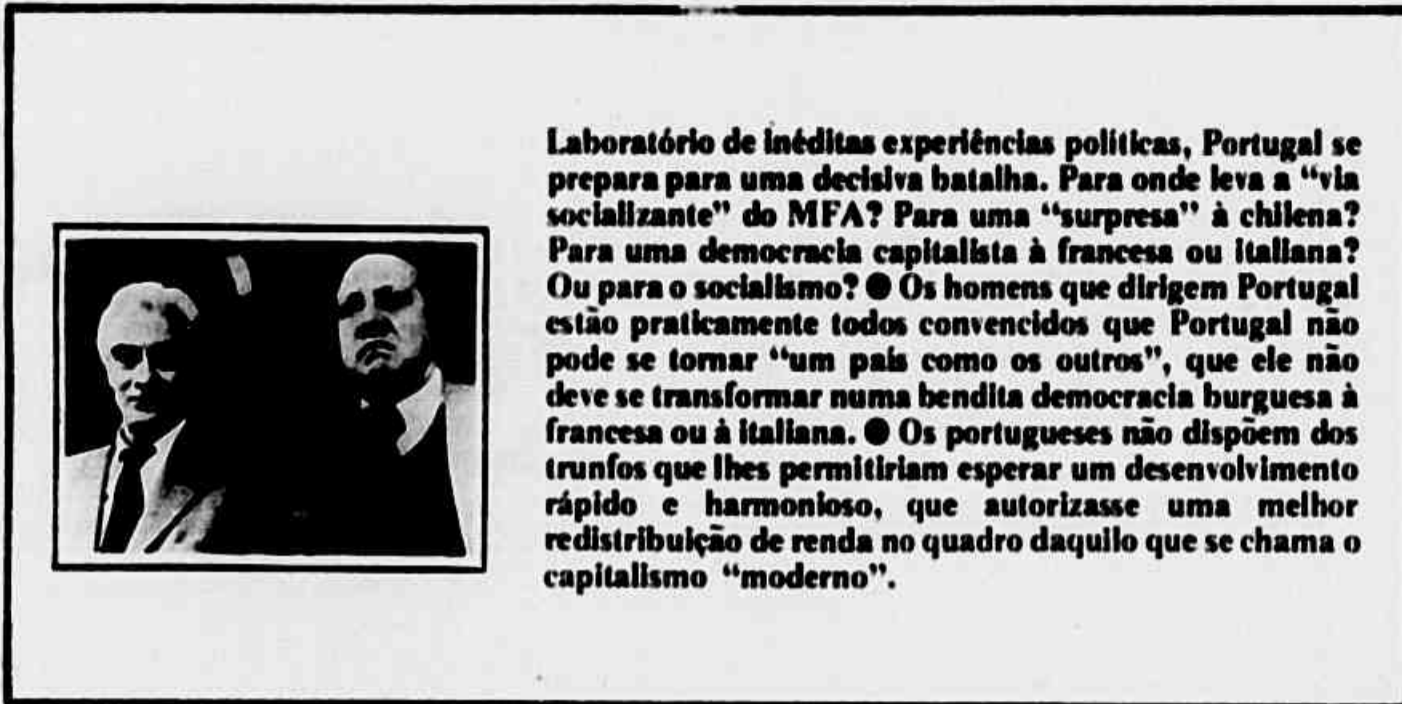
Mas a situação política, social e econômica do Portugal de hoje não é absolutamente comparável à da França de 17 anos atrás. É por isso que, longe de acelerar o processo de entrega do poder aos "legítimos eleitos" (mas sobretudo a si mesmo), o general Spínola contribuiu provavelmente, com o seu apelo, para o

1) Enquanto o general de Gaulle estava em Londres durante a Segunda Guerra Mundial, Spínola combatia ao lado dos nazistas em Stalingrado.

LISBOA: A TERCEIRA BATALHA

K. S. Carol

Le Nouvel Observateur



Laboratório de inéditas experiências políticas, Portugal se prepara para uma decisiva batalha. Para onde leva a "via socializante" do MFA? Para uma "surpresa" à chilena? Para uma democracia capitalista à francesa ou italiana? Ou para o socialismo? Os homens que dirigem Portugal estão praticamente todos convencidos que Portugal não pode se tornar "um país como os outros", que ele não deve se transformar numa bendita democracia burguesa à francesa ou à italiana. Os portugueses não dispõem dos trunfos que lhes permitiriam esperar um desenvolvimento rápido e harmonioso, que autorizasse uma melhor redistribuição de renda no quadro daquilo que se chama o capitalismo "moderno".

adiamento das eleições e para a radicalização dos militares e dos civis que ele chama, com uma ponta de desprezo — esquecendo um pouco rápido que foram eles que o levaram ao poder — de "novas minorias". Pois, "minoritários" ou não, os homens que dirigem Portugal estão praticamente todos convencidos que este não pode se tornar "um país como os outros", que ele não deve se transformar numa bendita democracia burguesa à francesa ou à italiana.

Alguns gigantes

Seria inútil ver nisso qualquer desprezo pelas liberdades formais; os portugueses foram privados delas durante quase meio século e hoje eles sabem apreciá-las. Nenhum dirigente do Movimento das Forças Armadas ou dos partidos de esquerda — inclusive do PCP — se mostrou, em minha presença, hostil ao pluralismo político; na verdade, eles se dizem todos muito apegados ao pluralismo. Desde os militares mais radicais até Álvaro Cunhal, que dirige com muita autoridade os comunistas portugueses. Mas, em contato direto com as duras realidades do poder, eles sabem melhor que ninguém que nenhuma expansão capitalista permitirá a Portugal recuperar seu terrível atraso econômico ou garantir a seu povo uma existência por menos decente que seja.

Inútil sonhar com o que poderia ter se tornado esse país se Salazar não houvesse decidido vedá-lo das influências externas e mantê-lo sobre seus arcaicos alicerces agrícolas. Agora, na hora do balanço — que corresponde ao cenário internacional a um período de intensa concorrência intercapitalista associada a uma recessão generalizada —, é forçoso constatar que, por trás de uma fachada de consumo de luxo arbitrariamente erguida sobre uma vasta estrutura em que as necessidades essenciais não são satisfeitas, os portugueses não dispõem dos trunfos que lhes permitiriam esperar um desenvolvimento rápido e harmonioso, que autorizasse uma melhor redistribuição da renda no quadro daquilo que se chama o capitalismo "moderno".

É claro que Portugal não está começando completamente do zero. A CIP (Confederação da Indústria Portuguesa) espalhou de maneira bastante sincera por todo o mundo uma publicidade — em nome de 47 mil empresas que ela representa — para incitar as companhias estrangeiras a investir em Portugal e "ajudar assim a desenvolver uma sábia economia de mercado". Na realidade, das suas 47 mil empresas, 36 mil são "anãs" de quinta que empregam de um a cinco operários cada uma! Ao lado delas — ou, antes, às suas expensas — desenvolveram-se alguns raros "gigantes", que dispõem de seus próprios bancos e redes de

distribuição, como os impérios de Champalimaud, CUF e Santo Espírito. Estreitamente entrelaçados, esses impérios são evidentemente ligados aos capitais estrangeiros e "engordaram" graças ao salazarismo. Garantindo de qualquer modo lucros confortáveis, esses "gigantes" jamais deram provas de muita imaginação, preferindo acumular os ganhos que lhes serviam numa bandeja de prata do que correr riscos de inovação industrial.

"O Projeto Sines"

Paradoxalmente, nada ilustra melhor o conservadorismo desse *big business* português do que o desenvolvimento recente de canteiros de construção naval ultramodernos. Quem não ficaria surpreso, de fato, que uma nação com tamanha tradição marítima tenha tido que esperar a Guerra dos Seis Dias de 1967 e o fechamento do canal de Suez para empreender a criação, com a ajuda de uma forte participação estrangeira, dos canteiros de reparação destinados aos navios que contornam o Cabo e, depois, de vastas formas de construção para petroleiros gigantes? Portugal, que há séculos está voltado para o mar, só passou a construir seus próprios navios cinco anos atrás, nos canteiros da Lisnave, em Lisboa, e da Setenave, de Setúbal — todos dois administrados pela CUF.

Em 1971, em decorrência desse sucesso, nasceu, entre os tecnocratas que cercavam Caetano, um projeto ainda mais ambicioso, chamado "Projeto Sines". Como Portugal estava a ponto de se tornar um pólo de reabastecimento na rota do petróleo, planejou-se transformar uma magnífica aldeia de pescadores, Sines, em um novo porto, extremamente profundo, capaz de receber petroleiros de um milhão de toneladas (que ainda não existem) e ali instalar enormes refinarias, acompanhadas de uma verdadeira corte de indústrias petroquímicas, particularmente célebres pelo seu alto grau de poluição. Esse projeto, segundo o *Financial Times*, representa "a maior realização industrial empreendida na história de Portugal". Sua execução já se encontra num estágio bastante avançado, de forma que o novo regime não pode abandoná-lo.

"A quente"

Todavia, para um país que não dispõe de nenhuma reserva petrolífera, parece demasiadamente arriscado basear "o maior projeto de sua história" no desenvolvimento da petroquímica. Quem pode garantir, de fato, que os produtores do Golfo Pérsico não decidirão, mais cedo ou mais tarde, refinar eles mesmos o seu "ouro negro"? Por outro lado, a nova indústria

ameaça fortemente prejudicar a pesca indispensável à alimentação dos portugueses. Por fim, considerando os investimentos necessários, ela cria pouquíssimos empregos. Segundo os cálculos iniciais, cada montante de 500 mil dólares corresponde à criação de um emprego. Para um país que já tem quase 100 mil desempregados e que certamente terá esse número aumentado ainda mais com a desmobilização das Forças Armadas e o provável repatriamento de uma parte dos colonos da África, essa aventura petroquímica beira a loucura. Se o grande capital não soube inventar nada melhor que Sines, é porque de fato ele não tem mesmo nada a propor a Portugal.

Poder-se-ia também criticar a indústria têxtil, que representa 40% das exportações de Portugal mas que tem muita dificuldade em se adaptar à instauração do salário mínimo garantido de 3.300 escudos (cerca de Cr\$ 1.100,00 mensais), já que tem que comprar o algodão angolano e moçambiquense ao preço do mercado mundial desde a anulação da tarifa preferencial (quer dizer, colonial). Seu futuro é comprometido, além disso, pela dificuldade de encontrar mercados externos em período de recessão. Até aqui, graças ao baixo custo de produção da indústria têxtil — devido, além da matéria prima barata, aos salários de miséria que eram pagos — e também graças ao turismo e às somas de dinheiro enviadas aos familiares pelos trabalhadores emigrados, Portugal teve uma balança de pagamentos superavitária e acumulou uns 2,8 bilhões de dólares. Mas, a partir de 1974, essa reserva se viu amputada de 500 milhões de dólares e, de uma maneira geral, os termos das trocas comerciais tornaram-se desfavoráveis a Portugal: o preço dos bens importados aumentou muito mais do que o dos produtos exportados.

Seja qual for o lado para o qual se vire o dossiê, a conclusão portanto é sempre a mesma: Portugal não pode sair dessa situação a não ser através de profundas reformas de estruturas. É preciso transformar da cabeça aos pés sua agricultura deficitária e arcaica (os minifúndios do norte contrapondo-se, hoje, aos latifúndios parasitários do sul) e dar um novo impulso a um desenvolvimento planejado que permita em primeiro lugar reabsorver o desemprego e repatriar uma mão-de-obra qualificada que representa um capital considerável para a nação. Para levar a bom termo uma política dessas é preciso inventar, naturalmente, o quadro institucional apropriado, suscetível de facilitar uma mobilização voluntária e consciente dos trabalhadores. Os cartazes que proclamam vigorosamente "uma só solução: o socialismo" resumem numa única frase o único programa realista imaginável.

Todavia, o "plano de emergência" preparado pelo ministro de Estado major Melo Antunes e aprovado pelo governo na véspera de ano novo não parece visar medidas muito radicais. Por quê? O comandante Almeida Contreiras, do Conselho Superior do Movimento das Forças Armadas (2), descreveu-me, à guisa de resposta, o difícil caminho percorrido pelos jovens oficiais, aqueles que abriram caminho à renovação portuguesa e que continuam hoje sendo os seus melhores fiadores.

"Quando, em março último, em Cascais, preparávamos nosso chamado à sublevação", diz Contreiras, "era preciso que pesássemos cada expressão para que não parecesse nem demasiado esquerdista nem anticolonialista demais; senão, o documento não teria encontrado uma suficiente aprovação, mesmo entre os jovens capitães. Quer dizer que nosso movimento só se politizou realmente depois do 25 de abril, ao contato desse povo que, se exprimindo por fim livremente, nos fazia compreender de que opressão ele havia sofrido durante meio século de antigo regime".

Foi, portanto, "a quente", conduzindo um difícil processo de descolonização (ainda inacabada, pois o problema de Angola não está completamente solucionado) através das duas grandes crises internas de julho e de setembro últimos, que o Movimento das Forças Armadas tomou consciência de seu papel político a longo prazo e conseguiu se estruturar para evitar qualquer "surpresa" à chilena dentro das Forças Armadas e ganhar a confiança dos trabalhadores.

"Inocentes" de bolsos cheios

A comissão de coordenação do MFA iniciou o novo ano convocando pela primeira vez uma conferência de imprensa. Todos os seus membros, entre os quais Contreiras, responderam de forma colegiada às questões escritas feitas horas antes, demonstrando, com esse insólito procedimento, sua capacidade de concentração e sua coesão interna. Não se esquivaram das delicadas perguntas sobre Spínola — sobre o qual reconheceram generosamente que ele desempenhou, num dado momento, uma "missão histórica" positiva, mas que daqui por diante estava irreversivelmente terminada — ou sobre a crise econômica, que é "engendrada pela forma de produção capitalista". "Nosso programa", disseram, "prevê uma via socializante; mas, se o capital recusar-se a colaborar, essa mesma via se transformará totalmente em via socialista".

Uma fórmula dessas provocará sem dúvida alguns sorrisos, mas reflete assim mesmo de maneira bastante fiel uma situação de fato que se criou em Portugal nos últimos meses. O papel dos militares nessa situação não constitui sua única característica original. Nesse país, depois de 48 anos de uma ditadura apoiada ativamente pelas "duzentas famílias", a revolução derrubou o antigo regime sem tocar nos grandes interesses sobre os quais ele se apoiava. Ninguém pensou aparentemente em perguntar a António Champalimaud ou aos proprietários da CUF quais eram exatamente suas ligações com Salazar ou Marcelo Caetano.

Alguns banqueiros da Rua do Ouro chegaram mesmo a queixar-se ao *Financial Times* de que poderiam fazer deles os bodes expiatórios para a inflação (que atingiu 30% este ano) e para as outras dificuldades econômicas, como se eles não tivessem

continua na página ao lado

2) Em 28 de outubro, formou-se um Conselho Superior do MFA, chamado também de Conselho dos Vinte, e no qual se reúnem simultaneamente os membros da Junta de Salvação Nacional, da comissão de coordenação do MFA, assim como o presidente da República e todos os ministros militares do governo. É esse Conselho dos Vinte que constitui o órgão executivo supremo dos militares portugueses.

PORTUGAL

Depois de 48 anos de uma ditadura apoiada ativamente pelas "200 famílias", uma revolução derrubou o antigo regime "sem tocar nos grandes interesses sobre os quais ele se apoiava". Ninguém pensou aparentemente em perguntar a António Champalimaud ou aos proprietários da CUF quais eram exatamente suas ligações com Salazar ou Marcello Caetano

continuação da página ao lado

nenhuma responsabilidade nisso, como se a situação atual tivesse surgido por acaso! Al está, decididamente, um exemplo notável da magnanimidade dos revolucionários e da inconsciência — senão da ingratidão — daqueles aos quais se está demorando a pedir as contas.

É claro, a "geopolítica" não é estranha a essa situação: Portugal faz

parte do bloco atlântico e sua economia — seu "capitalismo de segunda ordem", como se diz em Lisboa — depende cruelmente do mercado capitalista ocidental. Além disso, os atuais dirigentes sabem que, ceteris paribus, não existe mais esperança de encontrar em algum lugar a leste um mercado alternativo, "socialista"

capaz de absorver as exportações portuguesas em troca de equipamentos necessários, vendidos a crédito.

Entretanto, apesar da popularidade do novo regime na opinião internacional, o afluxo dos capitais estrangeiros diminuiu brutalmente em 1974 e já não cobre mais sequer a metade das somas investidas durante o ano precedente. Tudo se passa como se os ricos de Portugal e seus aliados estrangeiros reservassem sua resposta à oferta de colaboração para a "via socializante", na espera dos resultados das eleições. Compreende-se melhor, nessas condições, a intervenção feita pelo general Spínola, no dia 11.

Num país que viveu quase 50 anos de salazarismo, em que amplas camadas da população (sobretudo no campo, onde ainda vivem um terço dos portugueses) eram mantidas em estado de ignorância e de despolitização, o veredito das urnas pode vir a refletir esse atraso cultural; sobretudo se a nova direita trouxer uma plataforma tranquilizadora apresentada por um líder carismático tão ambíguo quanto António de Spínola. Acrescentemos que o aparelho de Estado herdado do

regime fascista ainda permanece em boa parte de pé e pode permitir ainda muitas intimidações e manipulações eleitorais.

A escolha do terreno

Em Portugal sou efetivamente a hora das opções, porque os dirigentes desse país devem decidir rapidamente sobre que terreno desejam se medir com os adversários que eles apenas abalaram em abril e setembro últimos. Antes de recorrer ao sufrágio universal, não seria melhor reestruturar primeiramente o movimento operário, ainda submetido ao antigo regime corporativo dos sindicatos — em número de 367 num país que conta apenas com 2 milhões de operários e de empregados — e fundar uma nova Confederação do Trabalho, livre e moderna? (3) Não seria preciso também atacar prioritariamente o problema do ensino e da crise universitária, que levou o governo pura

(3) Veja nota sobre a aprovação do projeto da "Intersindical" na seção A Semana (N. da R.).

e simplesmente a suspender as admissões às escolas superiores?

Os militares progressistas, desde a vitória do seu levante, permitiram — e isso também é uma novidade — aos partidos políticos retomarem livremente suas atividades. Os socialistas, os comunistas e os liberais estão pois firmemente instalados no governo de Lisboa e foi a seus líderes, assim como aos representantes dos movimentos mais radicais como o MES (4), que fiz todas essas perguntas sobre o "plano de emergência" e sobre suas prioridades para as próximas semanas. As respostas que me deram — e que serão o tema de um próximo artigo — estão longe de ser unânimes, pois também em Lisboa, como na França, há uma querrela entre comunistas e socialistas; mas sua importância, como se verá, ultrapassa o próprio Portugal, o que ressalta é sobretudo a dificuldade para a esquerda de colocar os seus atos em acordo com os seus princípios numa batalha difícil para o socialismo num país "atlântico".

(4) MES: Movimento da Esquerda Socialista.

A AMÉRICA LATINA VALE UMA MISSA?

"Kissinger está convencido de que nada aconteceria se a América Latina inteira afundasse no mar"

Newton Carlos

Há uma expressão-chave destacando a presença das relações interamericanas na agenda de Kissinger para 1975. Ela surgiu em setembro de 1973, quando as pressões do petróleo aumentavam, num dos muitos encontros facilitados pela presença em Nova York, para as assembleias gerais da ONU, de ministros do Exterior de todo o mundo. "Os Estados Unidos iniciarão um novo diálogo com a América Latina", anunciou o secretário de Estado norte-americano numa reunião reservada com chanceleres latino-americanos.

A reação, segundo diplomatas presentes, foi de surpresa e descrédito. Desde 1969 com o controle quase absoluto da política exterior dos Estados Unidos, Kissinger sempre se comportara em relação à América Latina com indiferença e dureza. Em janeiro de 1972, numa informação datada de Washington, ele apareceu citado pela agência Latin como autor da fórmula de uso do poder de veto dos Estados Unidos, na carteira de operações especiais do Banco Interamericano de Desenvolvimento, para retaliar nacionalizações. Peru e Chile foram as maiores vítimas desse gênero de represália, ficando marginalizados de empréstimos externos, o que os levou a promover o princípio, hoje defendido por toda América Latina, de que o sistema interamericano deve condenar agressões tanto militares como econômicas.

Abandono

A 22 de abril de 1974, quando o novo diálogo há havia vivido alguns lances importantes, como a reunião no México dos ministros do Exterior americanos, um depoimento no Congresso do diretor da CIA, William Colby, mostrou que a política de mãos duras de Kissinger não se limitava ao uso político do BID. Ele autorizara operações de sabotagem ("desestabilização") contra o regime chileno, fato só revelado publicamente em setembro, exatamente na época em que diplomatas do mundo inteiro voltavam a Nova York para outra assembleia da ONU. O novo diálogo sofria o seu primeiro grande abalo, logo seguido de réplicas, num estilo terremoto de demoradas projeções, com a lei norte-americana de comércio que os países latino-americanos acusam, em bloco, de coercitiva, discriminatória e contrária à carta da OEA. "O que há na realidade é um

novo confronto", escreveu em sua carta semanal a revista *Vision*, especializada em assuntos latino-americanos.

A reação de surpresa e descrédito, diante do anúncio de um novo diálogo, fora também provocada por um passado de indiferença. Em 1969, quando os países latino-americanos reuniram-se em Viña del Mar, no Chile, adotando pela primeira vez posições de "consenso" num conjunto de reivindicações feitas aos Estados Unidos, o ministro do Exterior chileno na época, Gabriel Valdez, foi a Washington encaminhá-las na esperança de provocar impactos. Mas já viajou na defensiva. Depois de só conseguir a muito custo que Nixon marcasse uma audiência para ele. Procurando assumir atitudes ofensivas, partiu para uma linguagem agressiva. Falou da "emergência de um nacionalismo latino-americano" e afirmou que "os interesses da América Latina não são iguais aos dos Estados Unidos", podendo apresentar-se em muitos casos "de modo contraditório". O impacto foi nenhum, com Valdez confidenciando a amigos que ouvira de Kissinger a observação de que o curso da história passa ao largo da América Latina.

Pouco depois um reporter do *New York Times* que trabalhava no Brasil, Joseph Novitski, hoje correspondente do *Washington Post* no Chile, conseguiu em Washington uma relação de prioridades fixando as áreas de importância estratégica para os Estados Unidos: a América Latina figurava em último lugar, atrás da África. "Kissinger está convencido de que nada aconteceria se a América Latina inteira afundasse no mar", escreveu o professor Joseph Plank, um dos autores do projeto da Aliança Para o Progresso, num documento preparado em 1971 para o Council of Foreign Relations, porta-voz do *establishment* diplomático norte-americano, formado de mestres universitários (caso de Kissinger), advogados das corporações multinacionais e representantes dos grandes bancos de Nova York. No relatório Plank o continente é tratado como um lugar "estrategicamente solitário", que "pode valer uma missa, mas não cuidados políticos, atenção militar ou assistência econômica maciça". "Mesmo a sorte das empresas norte-americanas não altera em nada o pouco valor estratégico da América Latina", dizia Plank revelando o pensamento de um *establishment* do qual Kissinger é a maior estrela.

Por que então o novo diálogo e o súbito empenho pessoal de Kissinger em acertar os ponteiros com a América Latina? Um acordo com o Peru, que voltou a ter acesso aos empréstimos do BID, e uma declaração de princípios com o Panamá, prevendo um novo acordo sobre o canal, foram arranjados às pressas para que Kissinger tivesse alguns triunfos em seu encontro no México, em fevereiro de 1974, com os ministros do Exterior latino-americanos. "As relações interamericanas devem basear-se numa efetiva igualdade entre os Estados, na não intervenção, na renúncia ao uso de força e de medidas coercitivas e no respeito ao direito dos países de escolherem seus próprios sistemas políticos, econômicos e sociais", diz a declaração de Tlatelco, assinada na época. Ficou acertado que continuariam sendo estudadas as operações das multinacionais na América Latina e outra conferência do gênero, à margem da OEA, o que deixa porta aberta à participação de todos os países americanos, está convocada para março deste ano em Buenos Aires.

Novos personagens e novos documentos surgiram em apoio ao novo diálogo. Um antigo assessor do candidato democrata George McGovern, o advogado William D. Rodgers, considerado um "radical" pelos meios conservadores de Washington e violento crítico da política latino-americana de Nixon-Kissinger, foi mobilizado por Ford-Kissinger. Ocupa o cargo de assistente do secretário de Estado para a América Latina e há pouco surpreendeu os embaixadores latino-americanos fazendo-os ouvir do próprio William Colby, diretor da CIA, a afirmação de que não há nenhuma "operação encoberta" sendo executada em países do continente. Receios manifestados pelo Peru, Venezuela, Colômbia e Argentina provocaram esse diálogo sem precedentes, melhorando a imagem de Rodgers e dando credibilidade às suas declarações de condenação às intervenções da CIA.

Um documento entregue a Ford em outubro de 1974, o chamado *Relatório Linowitz*, preparado por 23 personalidades selecionadas pelo Centro de Relações Interamericanas, de Nova York, foi reativado três meses depois e adotado pelo Departamento de Estado numa tentativa de "aguar" as reações às revelações envolvendo a CIA e Kissinger. O relatório recomenda um

novo enfoque para a política latino-americana dos Estados Unidos e faz 33 recomendações precisas. Algumas delas, como a pedindo o "fim de operações encobertas dos Estados Unidos em assuntos internos de países latino-americanos" e a eliminação do poder norte-americano de veto no BID, condenam implicitamente ações executadas por determinação ou com autorização do secretário de Estado. É uma situação que exige de Kissinger o máximo possível de habilidade e frieza, talvez mesmo cinismo, para manejar documentos e assessores mobilizados em apoio ao seu novo diálogo. Tendo o *Relatório Linowitz* nas mãos e Rodgers para abrir-lhe caminho, Kissinger conseguirá vencer resistências, desconfianças e antipatias? Ele se esforça para isto, reiterando a importância que dá hoje a uma região que há alguns anos via como um lugar "estrategicamente solitário" valendo quando muito uma missa.

Autonomia

Para entender a mudança basta penetrar um pouco no projeto mais ambicioso de Kissinger, a política de distensão com a União Soviética. Tudo partia de uma equação simples: 1. A corrida armamentista chegou ao seu ponto máximo tolerável, eliminando a guerra como instrumento de conquista ao nível de potências pela inviabilidade de haver vencedores num confronto nuclear; 2. Estados Unidos e União Soviética fariam um acordo à base de "posições conquistadas", com cada uma das superpotências se comprometendo a não interferir em "zonas de influência" da outra; 3. O esforço diplomático seria concentrado em regiões conflitivas e de "grande importância estratégica", como o Oriente Médio, capazes de explodir como focos de comoção independentes das matrizes da distensão; 4. Os Estados Unidos procurariam, de modo especial, consolidar sua aliança com a Europa, fortalecendo "posições conquistadas".

A América Latina estava fora desse quadro de considerações, figurando implicitamente entre as "zonas de influência" num terceiro mundo visto como incapaz de produzir focos autônomos de comoção. "Os acordos alcançados em Moscou não eliminam a possibilidade de conflitos em áreas vitais do Terceiro Mundo", disse em julho de 1972, numa primeira advertência ao otimismo de Kissinger, um ex-subsecretário de Estado, John Irwin. A unidade da OPEP, per-

mitindo canalizar politicamente a importância do petróleo, daria razão a Irwin e estimularia os demais produtores de matérias-primas a tentarem seguir o mesmo caminho: desafio ao Ocidente industrial com a criação de sindicatos de países para a defesa de preços. Em janeiro de 1974, numa conferência para empresários norte-americanos, advertiu Kenneth Rush, na época o principal assessor de Kissinger e hoje membro do *staff* da Casa Branca: "A América Latina é importante fonte de matérias-primas. Necessitamos, e muito, dos mercados e matérias-primas da América Latina".

Ao mesmo tempo em que começava a sentir as possibilidades de Autonomia da América Latina, no contexto de um Terceiro Mundo influenciado pela rebelião do petróleo, Kissinger estabelecia a necessidade de substituir a indiferença e a dureza por uma diplomacia de persuasão. "Os latino-americanos serão 700 milhões no ano dois mil, representando um mercado gigantesco, e a América Latina foi sempre uma fonte segura de matérias-primas para os Estados Unidos, o que mostra a necessidade da mudança de atitude proposta por Kissinger", escreveu um especialista norte-americano em América Latina, Jeremiah O'Leary, cujas informações quase sempre são colhidas no âmbito do Departamento de Estado, Pentágono e CIA. "O mercado latino-americano (34% das importações latino-americanas são feitas nos EUA) é demasiadamente atraente para ser ignorado", proclamava o presidente da "Business International", Orville Freeman.

Quase silenciosamente, há um ano e meio, num apartamento do Waldorf, em Nova York, Kissinger anunciou o novo diálogo, esforçando-se daí em diante para impulsionalo. Mas estaria mesmo despojado de vícios antigos? Os Estados Unidos continuariam preparando unidades especiais de intervenção. Segundo um estudo intitulado *O Futuro Contexto Mundial*, a América Latina continua figurando numa possível geografia de intervenções antecipadamente programadas para o último quarto do século. "A razão é a dependência crescente dos Estados Unidos de fontes externas de matérias-primas", escreveu o *New York Times*. Projeções indicam que no fim do século os Estados Unidos dependerão de fontes externas para abastecer-se das 13 matérias-primas vitais à indústria, à exceção somente do fosfato.

SURDEZ

Aparelhos Viennatone, óculos iguais aos de leitura. Ou de embutir no canal auditivo, invisível, sem ser notado. Para ouvir tudo e entender sons e todas as palavras • Oxigênio AIR-AID portátil, do tamanho de um isqueiro • Fundas Dobbs Truss, cintas para hérnia • Demonstrações: Av. Copacabana 945, sala 106, Tel. 236-1978. JORGE FERNANDO VIEIRA.

Festival de cinema de Gramado

Machado de Assis
contra o
Amuleto de Ogum

Hortênsias, flores, parques nos quais Walter Hugo Khouri procura a casa de seu próximo filme: uma cidadezinha de veraneio com jeitão europeu (e por isto cinematográfico, dizem alguns) com muitas cores e muita verdura. Gramado (Gramacho para os íntimos), no Rio Grande do Sul, onde até os *orelhões* são verdes, é a do melhor festival de cinema do Brasil (juntamente com o de Curitiba para Super 8). Embrião talvez de um grande festival.

Os organizadores procuram e conseguem caracterizar o festival com uma grande quantidade de atividades diversificadas. Há naturalmente os filmes em competição (sete longas-metragens, seis curtos), com os prêmios tradicionais (melhor filme, melhor diretor, ator, atriz, etc.), com o tradicional júri que procura sintetizar a representação local e a representação nacional, os especialistas (críticos) e a sociedade (em geral representantes do prefeito, secretário do turismo, etc...) que tinha a incumbência de distribuir Cr\$ 97 mil. Além dos filmes em competição, o Festival apresenta razoável quantidade de filmes *hors-concours*.

Isto está envolto pelo festival mundano proporcionado pela presença de atores, atrizes, diretores, piscina e boate, com as devidas focas e escândalos profissionais (atrevido fã de atriz espancado pelos protetores da atriz, por exemplo).

Competição e *hors-concours* formam as sessões públicas, à razão de dois filmes por noite a preço acessível (Cr\$ 10,00 e Cr\$ 5,00 para o conjunto do programa) e indiscutivelmente o público se interessou pelos filmes, e não só pela badalada dos vestidos transparentes e autógrafos na porta do cinema. A platéia aumentou a cada noite e vários diretores ficaram satisfeitos com a reação dos espectadores. Mas foi indiscutivelmente *O Amuleto de Ogum* que entusiasmou o público: o filme foi euforicamente aplaudido durante a projeção.

Numa atividade pioneira nos festivais brasileiros, de manhã os diretores e atores dos filmes projetados

na véspera se reuniam sistematicamente com jornalistas e interessados para discutir os filmes. Estes encontros ainda não encontraram sua forma entre a entrevista coletiva à imprensa e o debate. De modo geral, os diretores expunham as intenções que presidiram à realização dos filmes e discutiam-se as significações das obras.

Além disso, o Festival apresentou uma pequena retrospectiva do cinema brasileiro, de 1927 a 1964. *Carnaval no Fogo* foi a vedete e a pedido do público o filme foi reprisado no último dia do Festival. No quadro dessas sessões, houve uma importante presença dos pesquisadores: foi apresentado *Cachorro-cão*, curta-metragem recém-descoberto, o primeiro filme sonoro feito no Rio Grande do Sul, em 1940, apresentando também resultados da pesquisa histórica no Rio Grande do Sul, foi apresentado *Colonização Alemã no Rio Grande do Sul*, filme feito com antigo material histórico recuperado.

O Super 8 esteve presente numa breve amostra de filmes que tinham sido apresentados nos últimos festivais de Curitiba e Penedo.

Houve também um setor de homenagens. Na noite de encerramento foi homenageado Peri Ribas: um velho pesquisador da história do cinema brasileiro, um pioneiro que vive hoje na indigência. Foi homenageado o presidente do Instituto Nacional de Cinema (INC) Alcino Teixeira. Foram homenageados pelos seus 25 anos de carreira artística a atriz e o ator gaúchos Maria Della Costa e José Lewgoy. Lewgoy foi ovacionado pela platéia, tendo também em vista o sucesso, na retrospectiva, do seu 1.º filme, *Carnaval no Fogo*. Também pelos seus 25 anos, foi homenageada a empresa Cinedistri (*O Pagador de Promessas, Independência ou Morte*). Foi homenageada D. Lourdes — esposa do presidente do INC. A última homenagem foi para Adriana Prieto, com a projeção de um plano-sequência de seu último filme *O Casamento*. E escapou um candidato a homenagem:

Roberto Faria, que completou, em 1974, 25 anos de carreira.

Paralelamente ao festival, desenvolveu-se o mercado do filme brasileiro, organizado pela Embrafilme e destinado a distribuidores estrangeiros. A Embrafilme convidou três países latino-americanos: Argentina, Colômbia e México. Os mexicanos não puderam vir, deviam comparecer os representantes da Pelme no Rio; o colombiano deve ter chegado ao Brasil, mas não chegou a Gramado. Distribuidor estrangeiro, só estava o argentino Vicente Vigo, que trabalha no chamado "território" que, além da Argentina, inclui o Uruguai, Paraguai e Chile. Vigo pretende adquirir filmes em distribuição (percentagem para o produtor, e não preço fixo) que tem sido até agora o sistema de venda adotado pela Embrafilme. Ele pensa que entre as 400 fitas lançadas anualmente no seu país, poderiam constar uma meia dúzia de brasileiras. Quando é a Embrafilme que efetua a venda, ela fica com 15% das receitas. Dizem os produtores brasileiros que, por enquanto, preferem negociar seus filmes diretamente. Talvez estejam dando mais resultados na América Latina as "semanas de cinema brasileiro" feitas diretamente nos países estrangeiros. Em 1974, foram feitas semanas no Paraguai, Venezuela, Peru, México, que resultaram, informa Marita Leite Ribeiro, da Embrafilme, na venda de 10 filmes. Este ano, já estão previstas semanas no Panamá, São Salvador e Colômbia.

Apesar de sua diversificação, mercado, competição, retrospectiva, debates, o Festival de Gramado mantém seu equilíbrio, perfeita concatenação entre as diversas atividades. E a sua diversificação e a segurança de sua organização que lhe permitirá certamente crescer muito.

Um problema que o Festival deverá solucionar, juntamente com os produtores, é a falta total de informações sobre os filmes apresentados. Não são distribuídos fichas técnicas, fotografias, sinopses, etc... quer dizer um material mínimo in-



dispensável a uma das finalidades do festival que é a divulgação do cinema brasileiro.

Como não podia deixar de ser, a censura esteve presente e agitou um pouco. *Um Homem Célebre* teve a sua cópia censurada extraviada, e foi apresentada, em versão íntegra, uma cópia que saiu do laboratório e foi remetida diretamente ao Festival sem os cortes exigidos. E sem que tenha sido apurado quem foram os responsáveis pelo envio da cópia original. Em Festival, a apresentação íntegra dos filmes que são comercializados com cortes é quase de praxe. Mas o erotismo franco e sadio do filme perturbou um público acostumado a um erotismo ambíguo e mórbido que a censura impõe ao cinema. O representante da Censura Federal, numa atitude talvez precipitada, se não interrompeu a sessão, apreendeu a cópia. No dia seguinte, eventualmente para compensar a projeção da versão íntegra de *Um Homem Célebre*, interdito *A Hora do Lixo*, filme em

Super 8 que já tinha apresentado no festival de Curitiba e outros festivais.

Sandro Polonio chegava a Gramado diretamente de Manaus onde participou da reinauguração do Teatro Amazonas. Sandro declarou à imprensa ter conversado com o presidente da República que se mostrou receptivo à exposição que lhe fez sobre o prejuízo que a censura vem acarretando para o teatro brasileiro.

Outra particularidade do Festival é que recebeu uma cobertura jornalística dinâmica e inteligente. Dos jornais locais. Dos jornais locais de fora do Rio Grande do Sul, só Londrina mandou um jornalista. Os críticos dos outros Estados presentes tinham sido todos convidados pelo Festival, em geral para participar do júri. Quer dizer que os jornais e suas sucursais ignoraram o Festival.

A imprensa local, além de divulgar muita matéria, criou um bom clima de debate em torno dos filmes. A crítica pôde até assumir forma inesperada. Por exemplo, a respeito dos dois filmes apresentados na primeira noite: *Cartomante* goleou: não teve alternativa. Com um desempenho perfeito no meio do campo, na defesa e no ataque, a equipe da *Cartomante* enfiou uma golada na equipe de *Amor e Medo*, aliás, podemos dizer que a equipe derrotada realmente jogou mais com medo do que com amor. Por isso, o resultado não poderia ser outro. Além do mais, José Wilker, escalado como ponta de lança, não tem físico para enfrentar o famoso zagueiro Maurício do Valle. No meio do campo, Itala Nandi demonstrou muito mais desprendimento do que Irene Stefania. Aliás, Itala está sendo considerada como uma das jogadoras de melhor forma física deste Festival. Parabéns ao dirigente Marcos Farias, que muito bem soube colocar sua equipe em campo, goleando o adversário logo na primeira partida". (Jornal mimeografado do "O fotogramado"). Outro crítico responde: "Se *Amor e Medo*, mais pelas suas boas intenções do que pelos resultados alcançados, despertou polêmica, todo mundo aqui está de acordo que *A Cartomante* é o fim do mundo ou quase".

Mais uma informação: neste seu terceiro ano, o Festival de Gramado teve uma grande vedete. Uma pessoa que infelizmente não pode comparecer, mas que se afirma cada vez mais como o mais fecundo argumentista brasileiro: Machado de Assis. Nada menos de três filmes concorrentes baseados em contos de sua autoria: *A Cartomante*, *Um Homem Célebre* e o curta-metragem *A Missa do Galo*. Mas *O Amuleto de Ogum* falou mais alto. (Jean-Claude Bernardet)

Coisas de
Festival...
... E de filme
de índio

Gustavo Dahl, um dos
três diretores premiados
no festival fala de
Gramado, Nelson
Pereira dos Santos,
Walter Hugo Khouri...
e Gustavo Dahl

Os prêmios são a razão de ser de todo festival tradicional, sendo que no Brasil para serem empolgantes devem ser em dinheiro. Nada mais justo, considerando o precário equilíbrio que o cinema brasileiro, como um todo, consegue manter sobre a corda bamba da insolvência. Segundo a tradição que está se formando, as entidades promotoras dos festivais entram com os troféus e o Instituto Nacional de Cinema com a verba, garantindo para si a presidência do júri e uma ascendência... moral. Em Gramado, junto com o troféu

Kikita, obra de escultor local que este ano perdeu a chapa de bronze que lhe guarnecia o rosto, um sol antropomórfico, o Instituto Nacional de Cinema distribuiu Cr\$ 97 mil. Os prêmios para "melhor curta-metragem", "melhor ator", "melhor atriz" eram de Cr\$ 12 mil. O de "melhor fotografia" importava em Cr\$ 16 mil, o de "melhor diretor" em Cr\$ 18 mil e aquele de melhor filme em Cr\$ 27 mil, numa graduação sutil mas significativa.

O júri, por sua vez, além dos representantes do INC, era constituído de representantes oficiais gaúchos e intelectuais autóctones, mais críticos de jornais diários de São Paulo. Para livrar-se das suspeitas de favoritismo com os cariocas, este ano a Comissão Organizadora cortou o mal pela raiz, de críticos em atividade no Rio de Janeiro só havia um. No ano passado a premiação de dois filmes desbragadamente cariocas como *Amante Muito Louca* e *Vai Trabalhar, Vagabundo* irritou os ânimos bandeirantes sempre prontos a movimentos separatistas. Por incrível que possa parecer ainda subsiste no cinema brasileiro este provincianismo elementar, o cinema paulista se sente sempre perseguido pelo cinema carioca, tanto no contexto nacional quanto no internacional. Ou seja, antes de ser brasileiro, o cinema é paulista.

Numa das poucas atividades em que o lema do primeiro Estado da federação, *non ducor, duco* (não sou

conduzido, conduzo) não pode ser aplicado, pois é no Rio que se situa a maioria da produção cinematográfica brasileira importante no plano cultural, isto deve ser atribuído a uma grande conspiração. Esta ridícula colocação, de origens a um só tempo sociais e psiquiátricas (Hitler também se sentia vítima de uma conspiração judaica) demonstra a pouca importância que o cinema brasileiro se confere. E lembra tristemente os escravos, que sob as ordens e as penas ditadas por um capataz aliado da Metrópole, não conseguindo revoltar-se e sacudir o jugo, se agridem entre si. Ai de ti, cinema brasileiro...

O prêmio de "melhor curta-metragem" foi dado a José de Anchieta por *Ponto Final*, ensaio brilhante e tético sobre a poluição. O outro candidato era *Ukrinmakrinkrin*, do elegante Carlos Federico, sobre a música de Marlos Nobre. Embora o desempenho de Jofre Soares em *O Amuleto de Ogum* tenha sido considerado excelente e forte candidato ao prêmio de "melhor ator", surpreendentemente o júri houve por bem dá-lo a Eliezer Gomes em *O Anjo da Noite* (já criticado em *Opinião*, n.º 112), ator ingênuo e histriônico de tamanho família. Ana Maria Magalhães recebeu o prêmio de "melhor atriz" por seu trabalho em *Uirá*, disputando muito de perto com Anecy Rocha, protagonista feminina de *O Amuleto*. Trabalhos realizados

em claves diversas, extremamente composto o de Ana Maria, extremamente sentido o de Anecy, terminou sendo preferido o primeiro seguramente beneficiado pelo fato de que Ana Maria Magalhães, depois de ter sido a índia antropófaga de *Como Era Gostoso meu Francês*, concretizou um segundo personagem indígena com recursos inteiramente diversos. O prêmio de "melhor diretor de fotografia" foi para Antonio Meliande que fez para o *Anjo da Noite* a fotografia bonita e constante que o filme necessitava.

Para os prêmios de "melhor filme" e "melhor diretor" eram candidatos *O Amuleto*, de Nelson Pereira dos Santos, *O Anjo* de Walter Hugo Khouri e *Uirá*. O filme de Nelson Pereira dos Santos, realizada tentativa de um cinema popular, procuradamente antiformalista, possui forte empatia em termos de público e profundas sugestões como visão cultural da sociedade brasileira. Entre ele e o filme de Khouri, também candidato ao maior prêmio, vão as distâncias que separam Caxias de Petrópolis, a Baixada, da serra, onde um e outro foram filmados.

O filme de Nelson é densamente povoado, o de Khouri extremamente rarefeito. Um se refere à literatura de cordel e à umbanda, o outro ao romance gótico e à literatura fantástica. No filme de Nelson a morte é vencida, no de Khouri ela é aceita,

sensualmente padecida e procurada. Situados em polos opostos e simétricos, *O Amuleto* e *O Anjo* refazem uma oposição que já é antiga, que vem desde *Rio, Zona Norte e Estranho Encontro*, são duas visões antitéticas de cinema brasileiro. O prêmio de "melhor filme" consagrou a visão de Pereira mas o júri acendeu outra vela (a Deus? ao Diabo?) e deu o prêmio de "melhor diretor" para Khouri.

A visão cosmopolita que Khouri tem do cinema brasileiro tranquiliza as esferas oficiais e o cuidado plástico que ele imprime a suas fitas dá à crítica mais tradicional a sensação de estar vendo cinema. Além do que, simpaticamente, Khouri passou o Festival inteiro procurando locações para seu próximo filme, as ser rodado na bela paisagem temperada de Gramado...

Espremido entre dois diretores consagrados como Nelson e Khouri, *Uirá*, meu filme, corria por fora. Mas terminou sendo espirado para um "prêmio especial do júri", canudo de papel entregue com instruções para que não fosse aberto, já que dentro nada continha. Prêmio idêntico ao que tinha sido conferido o ano passado a *São Bernardo*, de Leon Hirszman, tem a originalidade de ser o único que não é em dinheiro. Sem premiar efetivamente *Uirá*, o júri saiu-se por esta tangente simbólica, criando para os jornalistas e público presentes a ilusão de que o filme obtivera um reconhecimento. Coisas de festival... e de filme de índio. (Gustavo Dahl)



CINEMA

O Delito Matteotti Medo e política

O Delito Matteotti, de Florestano Vancini, com Franco Nero, Vittorio de Sica, Damiano Damiani e Ricardo Cucciola. Rio.

No início do filme, ao denunciar no clima de violência no qual se desenvolveram as eleições que deram maioria aos fascistas, o deputado Matteotti está sobrepondo um argumento (palavras) a um fato (cassetetas) e é dentro desta contraposição que se desenrola toda a ação. O rapto de Matteotti e seu assassinato é um fato; os discursos na Câmara e os artigos nos jornais são argumentos. Quando o acúmulo dos argumentos ameaça tornar-se fato, Mussolini simplesmente decreta férias para a Câmara dos Deputados. Se a multidão instigada pelos discursos e artigos impõe a punição dos culpados, Mussolini não responde mais com discursos e artigos, ele dá um culpado, entrega um pão para neutralizar o ataque.

Esta distinção entre o terreno da ação e do concreto em que evolui Mussolini, e o da representação e do abstrato em que se movem os seus opositores é claramente descrita pelo filme. Enquanto os partidos da oposição antifascista reúnem e discutem, Mussolini decide e manda. Os escrupulos da oposição parlamentar ao Partido Fascista, querendo resolver a questão por bem, pressionando o Duce para que ele renuncie, recebem como resposta as inescrupulosas manobras de Mussolini forçando uma definição da única fonte de poder efetivo, o rei. Ou seja, Mussolini, proposto o confronto, aceita-o, respaldando-se na força material do poder constituído e na força moral da Igreja Católica, que na Itália ainda é imensa. E se entre reis, pões, cavalos e bispos, os "camisas negras" são postos em xeque, Mussolini vira a mesa. Só então é que a pacífica oposição descobre atônita que não se jogava xadrez, mas "braço-de-ferro".

O maior mérito de Vancini é não se ter deixado levar pela imagem convencionalmente caricata de Mussolini. A esplêndida caracterização de Mario Adorf, na qual além de seus dotes de

ator se sente um trabalho rigoroso de composição de tipo que incluiu a visão das atualidades da época fascista, retira a figura de Mussolini da área do ridículo e coloca-a naquela do terrível. O lado profundamente envolvente de Mussolini é mostrado através de um visível, porém discreto, jogo de transições de emoções, no qual se exprime a atitude profundamente manipuladora do futuro ditador.

Mussolini manipula a vida de Matteotti, a liberdade do assassino Amerigo Dumini, a violência das brigadas fascistas, a indisciplina do seu partido, o conservadorismo da Igreja Católica da época, a fraqueza do rei Vittorio Emanuele III, a indiferença do povo italiano e, sobretudo, a indefinição dos seus oponentes. E tudo baseado numa confiança cega que ele exige e impõe.

A única figura que se opõe ao todo-poderoso presidente do Conselho de Ministros é o magistrado Mauro del Giudice, patriarcal encarnação da independência do poder judiciário, vivida na tela por um Vittorio de Sica, ator surpreendentemente justo e rigoroso, comovente e firme como um cavaleiro andante. É no momento que os políticos avocam a si o processo e as investigações do caso Matteotti, tornando-se fácil presa das pressões fascistas, que perece a democracia e então Del Giudice/De Sica se comporta com altiva indiferença. A lei do seu lado, ele enfrentara sozinho o aparelho fascista levando sua tarefa de fazer justiça e estabelecer a verdade até as últimas consequências. Sem a lei, só lhe resta o silêncio.

No final do filme explode de novo o tema do medo, presente no início, no discurso e no rapto de Matteotti. Quando a violência fascista se desencadeia agredindo, prendendo, exilando, matando aqueles que lhe oferecem resistência, é impressionante ver o medo estampado na face da população que assiste ao massacre. Os olhares se desviam, os passantes fogem, ninguém tem nada a ver com isso. E assim é lançado o grande tema político que fica sempre oculto neste e outros filmes que se ocupam do fenômeno fascista, que é o apoio efetivo e maciço da população que tanto Mussolini quanto Hitler obtiveram. Ou seja, a imposição do fascismo ou do nazismo pela cumplicidade ou fraqueza das elites financeiras ou políticas diante de sua violência, entende-se. O que não se entende, e seria interessante fazê-lo, é como poucos anos depois, por toda a Itália, multidões entusiasmadas gritavam: Duce, Duce, Duce... É cômodo atribuir à violência e ao medo que ela provoca, a indiferença da população. Mas a idéia de que o fascismo, em determinado momento, foi expressão e desejo da maioria, é inquietante. Necessita-se para abordá-la um arsenal mais amplo e moderno do que o habitualmente usado para encerrar a questão.

Resnais em seu documentário sobre os campos de concentração, *Nuit et Brouillard*, responsabilizava pela barbaridade não só os nazistas, mas a humanidade inteira. Diante de *O Delito Matteotti*, cabe a indagação: não há dentro de nós uma parcela, grande ou pequena, que responde também pelo assassinato? (Gustavo Dahl)

Duas gaivotas

A Gaivota, de Yuli Karaski, com Alla Demidova, Yuri Yakovlev e Ludmila Saveliyeva. Rio.

Diante de *A Gaivota* de Tchecov, o primeiro passo para um encenador ou para um realizador cinematográfico, é certamente uma definição diante de um problema chamado "tempo": o texto foi encenado pela primeira vez em 1896. É fundamental partir desta distância de sete décadas e meia ou ignorá-la. O encenador argentino Jorge Lavelli, quando realizou no ano passado, no Municipal do Rio, uma expressiva versão cênica de *A Gaivota* (sem dúvida o mais importante espetáculo de teatro realizado no Brasil em 1974), acentuou a distância. Tratou o texto como um documento histórico, localizado no fim do século passado, mas examinado a partir de hoje, com os instrumentos ideológicos e os recursos expressivos de hoje. A partir de Lavelli era possível pensar Tchecov. E pensar o crepúsculo da burguesia russa.

A versão cinematográfica soviética, de Yuli Karaski, assume a postura oposta. Sem dúvida é um belo filme: imagens cuidadas e expressivas, fidelidade absoluta ao original, uma reconstrução de época que não se limita a móveis, roupas ou objetos, mas penetra na riqueza emocional dos excelentes intérpretes (que aprofundam até as últimas consequências a riqueza psicológica dos personagens, suas crises, desesperos silenciosos, angústias mudas, sentimentos contidos e bilacerantes). Mas o filme não provoca uma reflexão aberta: o espectador mergulha no universo fechado daquele casarão noturno, onde naufraga uma classe social e seus valores, onde morre uma gaivota e uma ética, onde se suicida um jovem escritor e uma ideologia. Mas não pensa além disso. Tudo certo mas parado no tempo, isento de conotação crítica. Ou preocupação idem. Sem dúvida bem menos estimulante que o

espetáculo de Lavelli. Paradoxalmente, dessas duas gaivotas, as imagens que ficam gravadas na nossa memória são as do espetáculo, não as do filme. (Fernando Peixoto)

LIVROS

Norman Mailer O disfarce do brilho

Conclusão de Norman Mailer: o feminismo passará rapidamente pois à espera de cada mulher, no caminho que leva da cozinha ao leito, há sempre um homem emboscado

O Prisioneiro do Sexo, Norman Mailer (Artenova, 157 págs., Cr\$ 30,00).

As revistas que costumam apertar Norman Mailer como um presente muito especial aos seus leitores (*Play-Boy*, *Esquire*, entre outras), nunca resistem à tentação de destacar, entre os dados biográficos desse escritor, o fato de ele ter sido casado cinco vezes; ter esfaqueado uma das mulheres, e ter deixado as outras quatro irremediavelmente neuróticas. Na verdade, tais dados servem à perfeição para vender a imagem que Mailer fabricou de si mesmo: a de machão empedernido.

No firmamento cheio de brilharecos da literatura de ficção norte-americana existem três estrelas particularmente cintilantes: Mailer, Gore Vidal e Truman Capote (os três, em constantes entrevistas e artigos, costumam expelir faíscas uns contra os outros, e essas faíscas, literalmente traduzidas, significam apenas isso: "este céu é pequeno demais para nós três"). Mas enquanto Vidal e Capote, bem nascidos e elegantes, cultivam uma decadente androginia, Mailer, judeu e sem passado, prefere a outra face da moeda: ele é o incrível troglodita que agride mulheres, ou que, no mínimo, entre um e outro garrafo de uísque, as transforma em pó, esmagadas pela lucidez do seu pensamento.

Entre a androginia de Vidal e Capote, e o devastador machismo de Mailer, fica-se em dúvida sobre quem realmente teme as mulheres. Pode-se lembrar uma série de teses psicanalíticas a propósito do distanciamento e da ironia dos dois primeiros em relação às criaturas do outro sexo, mas Myra Beckenridge, o romance unissex de Vidal, é incrivelmente saudável, e Capote, em *Breakfast at Tiffany's*, criou um raro personagem, feminino da unha do dedão aos cabelos. Quanto a Mailer, pode-se sempre dizer o contrário. A não ser em *Os Nus e os Mortos*, um romance suspeitamente masculino em que ele confunde fascismo com homossexualismo, seus outros romances tiveram principalmente um objetivo: humilhar, massacrar, vilipendiar as mulheres (lendo com atenção *Um Sonho Americano*, vê-se que terríveis castigos — incluindo a sodomia — o autor reserva às personagens femininas).

Naturalmente que um intelectual como Norman Mailer não poderia ficar indiferente a um movimento como o de libertação feminina, ainda mais se algumas figuras deste movimento o elegessem um dos inimigos notórios das mulheres. Daí este livro, *O Prisioneiro do Sexo*, um direto aparentemente certo numa das mentoras do movimento, Kate Millet — que citou Mailer num livro — e

uma desenfadada série de *jabs* e *uppercuts* em todas as mulheres que, de uma forma ou de outra, vêm levantando dúvidas sobre alguns dogmas estabelecidos em relação às pessoas do seu sexo (Germaine Greer, Valerie Solanis, Ti-Grace Atkinson são outras especialmente visadas).

Norman Mailer é um escritor particularmente delirante. É uma grande parcela da crítica literária confunde facilmente delírio com brilho. Mailer é capaz de escrever laudas e laudas candentes sobre o nada (por exemplo, *Um Tiro na Lua* — a alusão fática do título é típica do autor — um ensaio sobre as nave Apolo e a chegada do homem ao satélite da Terra, um texto cuja principal qualidade é o vazio — ou a ausência de gravidade). É também essa virtude ele costuma usar contra as mulheres. Em *Marilyn*, ele fabrica uma biografia da atriz, e a faz passar por humilhações com que ela jamais sonhou (uma conclusão a que se chega lendo o livro: se Marilyn Monroe não morreu mais cedo, foi porque, ao contrário das feministas, ela era uma mulher burra). Em *O Prisioneiro do Sexo*, em 157 páginas de filigranas estilísticas, ele chega a essa conclusão: as mulheres podem ter enlouquecido momentaneamente, com essa história de libertação e da verdadeira condição feminina. Mas isso passará rapidamente, pois, por mais que façam, elas não escapam dessa constatação: à espera de cada uma delas, há sempre um homem emboscado no caminho que leva da cozinha ao leito.

Nas três primeiras páginas do livro, Mailer, modestamente, enumera alguns escritores que poderiam receber o Prêmio Nobel antes dele: Nabokov, Gunther Grass, Yukio Mishima, Saul Bellow, Bernard Malamud, Robert Lowell e Jean Genet. Aponta suas baterias contra os jornais que não lhe encomendam artigos — o *New York Times* principalmente — e arrasa com os jornalistas, que, ao entrevistá-lo, demonstram, geralmente, uma irremediável mediocridade ("a maioria das perguntas provinham de desertos filosóficos que os meios de comunicação deixavam atrás de si ao lavar e esfregar o grande cérebro coletivo": notem como Mailer é brilhante); e entra, finalmente, no tema: enfrentar as feministas, que pareciam vê-lo "como a sua maior oposição ideológica".

É provável que as 157 páginas de *O Prisioneiro do Sexo* estejam resumidas neste parágrafo: "O centro da questão está em que a primeira responsabilidade de uma mulher é provavelmente ficar na Terra o tempo suficiente para encontrar o melhor companheiro possível e conceber filhos que melhorem a espécie". *Herr Goebbels* já em 1940 não diria melhor, mas Norman Mailer — que alguns ainda consideram um liberal, e outros, um perigoso judeu-comunista — ainda nos reserva outras surpresas. Vejamos essa frase que Mussolini recitaria a perfeição numa recepção mundano-oficial: "Boas lutas e belas mulheres eram, infelizmente, a essência da densidade". Chocados? Pois ele vai ainda mais longe: "Hitler fez mais do que qualquer judeu antes dele no sentido de acelerar esse futuro (já que a Segunda Guerra Mundial foi uma verdadeira força centrífuga levando a tecnologia para todos os pontos da vida social), e seu gênio político foi realizar essa proeza em nome de alguma coisa completamente oposta".

Mas, não nos esqueçamos, é de mulheres que Mailer fala. Toda essa prospeção nos subterrâneos das frases feitas no nazismo tem um objetivo principal: mostrar que há, realmente, um confronto (mais que isso, uma guerra) sexual.

O Prisioneiro do Sexo, com toda a sua virulência contra as mulheres, é, paradoxalmente, a primeira prova concreta de que os machões (felizmente há machões e homens) não estão preparados para enfrentar à escalada feminista. Pois se Mailer deixa ver tão claramente neste livro que tem medo de mulher (a agressão é uma forma de defesa, é uma lição primária), imaginem como não agiriam outros machões que, ao contrário dele, não dispõem desse disfarce às vezes eficaz — o brilho literário. (Aguinaldo Silva)

LIVROS

Os pés de barro do teatro

"Tem pés de barro e anda pelos mercados públicos", "busca antes o efeito que o significado e saboreia a frivolidade": o teatro segundo Gassner, "uma arte abrangente que é inalienável da civilização"

Mestres do Teatro (I), de John Gassner, tradução de Alberto Guzik e J. Guinsburg (Editora Perspectiva, S. Paulo, 1974, 408 páginas, Cr\$ 54.00).

O preço do papel transforma o livro numa mercadoria de luxo destinada a uma parcela cada vez mais restrita da população. Neste panorama sombrio, a

situação do livro de teatro, que possui em si um mercado já bastante limitado, é das mais trágicas. Nos últimos dois anos o número de lançamentos foi insignificante. E os quatro mais importantes sem dúvida definem alguns contornos do problema.

Em S. Paulo a editora Monções lançou num volume duas peças de Guarnieri, dois êxos de bilheteria em teatro: Botequim e Um Grito Parado no Ar. Mas a edição, bastante cuidada graficamente, é pessimamente distribuída. O contrário sucede com Calabar de Chico Buarque e Ruy Guerra, atualmente em sexta edição e encontrável em qualquer livraria do país. Durante muito tempo disputou o primeiro lugar, na lista de mais vendidos, ao lado de romances de Erico Verissimo e Jorge Amado.

No Rio Grande do Sul, num esforço heróico fora do mercado estabelecido, um grupo de teatro, o Teatro de Arena de Porto Alegre, que enfrenta toda sorte de dificuldades financeiras, deliberadamente desprezando a qualidade técnica, que tornaria o empreendimento inviável, lançou a peça de Consuelo de Castro, Caminho de Volta: é evidente que não possui uma rede de distribuição. E será inútil procurar o livro nas livrarias.

Outra iniciativa heróica a da Editora Perspectiva de S. Paulo (que anuncia para breve a edição dos ensaios críticos de Bernard Dort, O Teatro e Sua Realidade), lançando o primeiro volume de uma ambiciosa e extensa revisão crítica da dramaturgia universal, Mestres do Teatro, escrita pelo norte-americano John Gassner.

É impossível comentar rapidamente o livro de Gassner: sua análise é exaustiva, sua inteligência é elucidativa, brilhante, evidenciando rigor mas também uma preocupação pela conclusão sensata e ponderada. Nascido em 1903, Gassner é bem apresentado pelos dois excelentes tradutores como formado dentro de uma tendência da crítica literária da primeira metade do século, caracterizada de um modo geral pelo liberalismo e universalismo. Seu otimismo quanto à vitória da razão humana sobre os impulsos bárbaros, apesar das terríveis condições em que o livro foi lançado (a primeira edição de *Mestres do Teatro* é de 1940), e sua fé no papel desempenhado pelo teatro como auxiliar do homem nessa luta, permitem relacionar seus conceitos com o *New Deal*, a política reformista de Roosevelt.

John Gassner nunca foi um grande crítico, mas foi sempre um crítico sensível e sistemático. Não ousa nenhuma interpretação nova ou surpreendente, mas fundamenta tudo que afirma. *Mestres do Teatro* é por isso obrigatório para quem estuda ou faz teatro. E dentro da escassa bibliografia teatral em português, um volume indispensável para consulta. Ainda que, segundo palavras do próprio autor, "permanece essencialmente voltado aos dramaturgos, textos, teoria dramática e crítica".

Para Gassner a dramaturgia transformou o palco num veículo de humanidade. Daí sua ênfase na literatura dramática em detrimento de uma revisão crítica da história do

espetáculo e da encenação. Ele afirma que o teatro "tem pés de barro e anda pelos mercados públicos", oscila eternamente entre o sublime e o ridículo, entre as estrelas e a lama. Se baseia no exibicionismo com mais frequência que os puristas conseguem tolerar, "busca antes o efeito que o significado e saboreia a frivolidade". Mas tudo isso acaba se constituindo numa vantagem: por ter pés de barro é que o teatro tem estado tão próximo do homem. O drama é assim "uma arte abrangente que é inalienável da civilização".

Com inúmeros livros sobre teatro, Gassner coordenou muitas edições de textos teóricos, coletâneas de peças e enciclopédias do drama. De *Mestres do Teatro* fez várias reedições com acréscimos, atualizando-o até 1951. Esse primeiro volume lançado no Brasil passa em revista as manifestações primitivas do drama, os clássicos gregos e romanos, os dramaturgos do Oriente Médio e do Extremo Oriente, o teatro medieval e o renascimento (detendo-se no estudo das obras de Lope de Vega e Calderón de la Barca, Shakespeare, Marlowe e Ben Jonson, Corneille, Racine e Molière) e os primeiros passos do romantismo (sobretudo Goeth). (Fernando Peixoto)

MÚSICA

E todos estão sorrindo

Talvez o primeiro disco a realizar em toda plenitude a fusão Ocidente-Oriente que os músicos eruditos de "rock" vêm tentando há quase 10 anos

Shankar Family and Friends, Ravi Shankar e uma orquestra de 41 músicos (Dark Horse/Odeon).

Shankar Family and Friends é um disco de magnífica música, talvez o primeiro a realizar em toda plenitude a fusão Ocidente/Oriente que os músicos eruditos e de rock vêm tentando há quase 10 anos. Com o sitarista bengali Ravi Shankar, que orienta este álbum produzido pelo ex-Beatle George Harrison, estão alguns dos melhores instrumentistas da música tradicional hindu: cantores, tocadores de instrumentos tão antigos e complexos como a *tambura*, espécie de baixo-contínuo que marca o ritmo, e

o *sarod*, parente oriental do banjo. Muitos deles são seus parentes: seus irmãos Lakshmi Shankar e Shubho Shankar, seu cunhado Jitendra Abhisheki — ou acompanhantes há muito tempo, como o flautista Sharad Kumar, o violinista Subramaniam e o percussionista Alla Rakha. Mas quem completa esta exótica orquestra são músicos de rock — o próprio George Harrison ao violão, Ringo Starr na bateria, Billy Preston no órgão — e membros da London Symphony Orchestra, como Ray Pizzi (toboé) e Ray Kramer (cello). Juntos, e seguindo arranjos em sua maior parte de Shankar, eles tocam três canções e uma suite escritas pelo sitarista e um hino tradicional sânscrito. O efeito final é quase hipnótico.

O lado A tem as canções e o hino. Nele, a fusão ainda não está completa mas já anuncia. A canção *I am Missing You*, de Shankar, por exemplo, ("estou sentindo sua falta/ ó Krishna/ onde você está?") tem duas versões, uma arranjada pelo autor, outra por Harrison. Nas duas, a voz ondulante e bellíssima de Lakshmi Shankar é o destaque, mas a moldura que a cerca é surpreendente: Harrison, reverente diante da força milenar da música hindu, fez um arranjo delicado, quase tímido, dando ênfase nos sons do *sitar*, do *sarod* e da *tabla* (1) e utilizando os elementos ocidentais (cellos, órgão, piano) apenas como forro harmônico; Shankar, mais à vontade no campo da experimentação, trabalhou apenas com instrumentos ocidentais, conseguindo para eles soluções novas, como um saxofone que ondula como um *sitar*, piano e órgão em contraponto com a melodia coleante, bateria e tímpanos que soam como sinos de templo.

Mas é na longa suite *Dream, Nightmare and Dawn*, que ocupa todo o lado B, que a fusão se completa. Shankar a descreve, no folheto anexo ao disco, como "música para um *ballet*". Talvez pela primeira vez um disco de música de *ballet* esteja sendo publicado antes que o *ballet* seja levado ao palco". A história, como ele próprio admite, é linear e um tanto simplória: uma fábula para cinco personagens estereotipados — o Rapaz, a Moça, o Homem, a Mulher, o Velho Sábio — narrando a queda da humanidade num pesadelo

e seu despertar para um mundo de paz e harmonia. Mas o importante, como diz Shankar, "é o sentimento atrás disso tudo". Ou melhor, o importante é a música que esse sentimento produziu.

Com a maior liberdade, instrumentos e soluções musicais do Ocidente e do Oriente se unem, se completam, dialogam. Dois violões fornecem apoio a um solo de *sitar* e *sarod*. Flautas, oboés, trompas e cellos reforçam a linha melódica de *raga* (2) que o núcleo de instrumentos hindus anunciou. O ritmo complexo, intrincado, dos solos de *tabla*, acompanhados pela voz escandindo sílabas, se transforma num compasso de rock e serve de base para um solo *free* do sax alto. Cordas hindus e européias dialogam sobre um tema *raga* e acabam transformando-o numa peça renascentista que lembra o compositor italiano Scarlatti. As surpresas são inúmeras e é preciso um ouvido atento e bastante livre para perceber a profundidade de sua beleza. Mas a própria capa do álbum, mais que qualquer falatório de Ravi Shankar sobre as propostas de paz e união através da música, serve de chave para a compreensão do espírito básico com que o disco foi concebido e executado. Nela, um grupo de músicos hindus e ocidentais aparece empunhando os instrumentos trocados: Shankar sopra um saxofone, o baixista Klaus Voorman brande um *sitar*, a cantora Kamala Charavarty faz pose com uma guitarra. E todos estão sorrindo. (Ana Maria Bahiana)

(1) Instrumento percussivo, semelhante ao tambor, mas que toca a parte da melodia na música tradicional hindu.
(2) Forma tradicional da música hindu: um tema que obedece determinadas características rítmicas e harmônicas e que deve ser desenvolvido de improviso.

Hitler & Marcuse

- não têm nada em comum.
- por isso mesmo estão juntos em
- Da liberdade de expressão de Nicholas Capaldi.
- um livro que reúne textos das mais diversas tendências sobre o direito de se dizer o que se pensa.

À venda nas livrarias da FGV - Praia de Botafogo, 188
Av. Graça Aranha, 26 - lojas C e H - Rio de Janeiro
Av. Nove de Julho, 2029 - São Paulo
Super Quadra Sul 104, Bloco A, loja 37 - Brasília

ANALISE DE SISTEMAS

POLÍTICA E COMÉRCIO EXTERIOR

VESTIBULARES

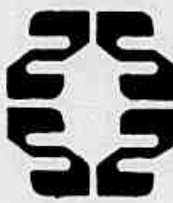
INSCRIÇÕES ABERTAS

CURSOS LIVRES

500 VAGAS

Isentos de vestibular portadores de diploma de nível superior e estudantes universitários

SESAT sociedade de ensino superior e assessoria técnica



Praia de Botafogo, 374
Tels. 266-3019 246-2832

Ivan Illich Atacado pela "doença infantil do ecologismo"?

No término da primeira parte do artigo *Tem a Medicina Alguma Utilidade?* (Opinião 10/1/75) fica um gosto raivoso na boca de quem lê; as importantes denúncias e evidências da mercantilização da medicina parecem dirigir-se ao avanço das descobertas científicas, da penicilina, da vacina, da sulfá.

A proposta do artigo parece ser a do culto da morte: por que não morrer "naturalmente", cercado de nossos amigos, "como uma lâmpada a querosene que se apaga"? Enfim, cheia a doença infantil do ecologismo, perseguindo raivosamente não só as distorções como também os trunfos do desenvolvimento científico.

A segunda parte, (Opinião, 17/1/75), surpreende. O nível de objetividade ascende, há dados evidenciando a alienação da medicina, elitização dos tratamentos, custos e prioridades alheios às necessidades da maioria, opções são mostradas (médico-descalço, redução da farmacopéia), se fala em "verdadeira prevenção", o papel de "agente de normalização social" do médico é bastante bem descrito, e finalmente se chega ao ponto crítico: desprofissionalização da medicina — "repartir entre toda a população os meios e as responsabilidades de proteger a saúde e de enfrentar a doença".

A experiência chinesa mostra cabalmente a fusão da medicina clássica ocidental com a cultura popular (plantas medicinais) e práticas milenares orientais (acupuntura), logrando erradicar endemias em curtos prazos e estabelecer amplos programas de prevenção. A socialização da medicina, que supõe a dos meios de produção, não supõe a extinção de organismos normalizadores, não prevê a pulverização, mas a centralização dos serviços, dimensionados para uma massa que participa ativa e organizadamente em todas as etapas.

É nesse ponto que Ivan Illich mostra toda uma subjetividade e idealismo científico. Ensino sem escolas, o que exatamente significa isso? Vamos regressar à auto-suficiência artesanal? Ou vamos utilizar os progressos culturais e científicos (psicologia, educação, arte, sociologia, urbanismo) em acordo com uma economia planificada?

Ivan Illich jamais formula a conclusão nesses termos, como esclarece Michel Bosquet: "Adivinha-se onde ele quer chegar através de seu percurso crítico".

Adivinhação é um brinquedo gostoso, de surpresas e risos; quicá tivéssemos tempo para nos divertirmos à larga com as novidades dos mágicos de nossa época.

Elvira Freire de Carvalho
Rio de Janeiro, GB

Lucros e filantropia

A notícia publicada em Opinião de 17 de janeiro, sob o título *Suúde, Filantropia, Chantagem e Corrupção*, envolve, ainda que de forma indireta e por insinuação de terceiros, nossa empresa e a pessoa de seu presidente.

Temo-nos mantido afastados do *affair* Golden Cross versus Apolônio Pedrosa e outros, por não nos dizer

respeito.

A afirmação de "funcionário da Golden Cross" de que "poderíamos estar perfeitamente financiando a campanha" é aleiosa e de má fé.

Por fim queremos esclarecer que, ao menos para nós, o "Seguro-Saúde" não é atividade "filantrópica e não lucrativa", pois somos uma sociedade anônima com capital registrado autorizado de Cr\$ 10.000.000,00 e integralizado de Cr\$ 7.325.000,00.

Dr. Edgard Mário Berger
Diretor-Presidente da
Senasa — Segurança de Saúde S.A.
Rio de Janeiro, GB

Correção — I

Alguns esclarecimentos e algumas correções devem ser feitas à matéria publicada por este jornal na sua edição de 27 de dezembro de 1974, n.º 112, página 5, sob o título *O Fim de Chico Heráclio — Morreu o Último Coronel. E o Coronelismo?*

1 — O texto largamente citado na matéria refere-se ao livro *Dos Velhos aos Novos Coronéis — Um Estudo de Redefinição do Coronelismo* de autoria de Maria Auxiliadora Ferraz de Sá, publicado pelo Programa Integrado de Mestrado em Economia e Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco. Originalmente o material do referido livro foi apresentado como dissertação de Mestrado ao Curso de Mestrado em Sociologia, sob o título *Relações de Poder em uma Comunidade Sertaneja*. Maria Auxiliadora Ferraz de Sá é a autora da pesquisa/livro e não apenas "... coordenou o trabalho de campo..." como afirma a matéria deste jornal.

2 — A pesquisa, em nenhuma forma, recebeu assessoramento do Centro Brasileiro de Análise e

Planejamento (Cebrap), como afirma o autor da matéria em nota de rodapé.

3 — O prof. Manuel Correia de Andrade não é, como afirma o autor da matéria, coordenador do PIMES (Programa Integrado de Mestrado em Economia e Sociologia). Na época da defesa de dissertação de Maria Auxiliadora Ferraz e da publicação do livro o prof. Manuel Correia de Andrade era coordenador do Curso de Mestrado em Economia do PIMES, tendo prefaciado o referido livro.

4 — Finalmente, uma pequena correção ao nome do prof. David Maybury Lewis, que aparece na matéria com a grafia incorreta (Naybury).

Prof. Roberto Martins
Coordenador do Curso
de Mestrado em Sociologia
da Universidade Federal
de Pernambuco
Recife, Pe.

Correção — II

Opinião no seu n.º 113 de 3/1/75, nos oferece excelente matéria sobre o centenário do Estado.

No quadro de retrospectiva histórica das "posições" tomadas pelos Mesquita noto, contudo, uma falha, que, como estudioso do período pós-guerra, defendendo tese de doutorado na Universidade de Paris I sobre a *Redemocratização*, faço notar: em 1947, Jílio de Mesquita Filho manifestou-se contra o fechamento do Partido Comunista do Brasil, não do Partido Comunista Brasileiro, aliás inexistente na época.

Manuel Satureo
Paris, França

Testemunho ausente

Onde estão os romancistas?

"Dei testemunho: fui presente, ainda que ninguém me conhecesse..."
(Hugo Hofmannsthal)

Para a situação cultural de país pós-tumo, em que adernou o Brasil, uma das justificativas de maior curso é a de que os editores nacionais não se interessam pela divulgação dos novos escritores brasileiros. Limitam-se a relançar os grandes autores nacionais do passado remoto ou mais imediato, ou entregam-se à monomania de *atochar* o mercado com livros estrangeiros de segunda categoria, negligenciando os seus deveres de agentes do desenvolvimento de uma cultura autenticamente nacional. Tomados de fúria consumística, os editores esquecem que têm desempenho cultural a assumir, preferindo encerrar a indústria do livro como um negócio despojado de compromissos espirituais. Esse, o argumento. Não pretendemos negar que há toda uma linha editorial dedicada à poluição do espírito brasileiro, via tradução de obras estrangeiras que nada acrescentam à ampliação de uma legítima cultura nacional. Esse comportamento editorial é ditado por uma visão de absorver os subprodutos da criatividade humana. Se existisse no Brasil uma correta política de traduções, pelo menos a visão consumística não se imporia com tanta força. Documento expressivo da ausência dessa correta política de traduções é o caso do escritor teuto-brasileiro Thomas Mann, de cujo centenário de nascimento estamos nos aproximando. (Mann, filho de uma brasileira de Angra dos Reis, nasceu em Lübeck, em 6 de julho de 1875).

Apesar de contar com grande público entre nós, público que lhe

devorou as versões brasileiras de *Os Bruddenbrooks*, de *A Montanha Mágica*, da tetralogia de *José e Seus Irmãos*, de *A Morte em Veneza*, de *Tônio Kroger* e de *Mário e o Mágico*, a obra magna de Thomas Mann — *Doktor Faustus* — traduzida para todos os idiomas civilizados, há 26 anos permanece inacessível aos leitores brasileiros. O *Doktor Faustus*, que é a grande súpula romanesca do nosso século, desde 1949 aguarda a sua versão nacional. Além de ser o romance em que Thomas Mann retoma todos os grandes temas humanos que enformaram a sua ficção desde *Os Bruddenbrooks* — os temas da decadência da sociedade burguesa — o *Doktor Faustus* é a maior denúncia contra a monstruosidade que se chama fascismo. Este, um dos motivos pelos quais o *Doktor Faustus* — que contém toda a problemática do fascismo — converteu-se, desde sua publicação, no maior documento artístico e humano do nosso tempo, documento não destinado a morrer nas galerias arqueológicas da História, mas a viver de pulsante vida quotidiana. A derrocada do Terceiro Reich não impediu que o nazismo assumisse outras *nuances*, além das que lhe deu Hitler, e se infiltrasse nas sociedades de após-guerra. Se este é o permanente significado do *Doktor Faustus*, visto o romance do ângulo temático, do ponto de vista estritamente artístico sua importância não é menor — ele incorpora à sua estrutura narrativa inovações técnicas que o fazem resistir ao confronto com os grandes "romances experimentais" do nosso século, como o *Ulysses*, de Joyce, aliás já traduzido no Brasil. Assim, tanto do ângulo estritamente técnico, quanto do temático, o grande romance de Thomas Mann alcança o nível de obra

que não pode ser ignorada, sem que sua ignorância importe em mutilação cultural. Pois esse, e não outro, também, um monumento da cultura ocidental, há mais de um quarto de século tem a sua leitura vedada ao brasileiro de formação cultural média, permanentemente embrutecido pelo bombardeio das traduções dos subprodutos literários norte-americanos e europeus.

Mas o reconhecimento dessa alarmante distorção de nossa indústria editorial não leva, necessária e consequentemente, o editor brasileiro a assumir posição pré-determinada, de desinteresse, ou mesmo de hostilidade, face aos nossos novos ficcionistas. É distorção que tem causas específicas. Resulta da ausência, como já foi acentuado, de uma correta política de traduções que envolve o romance, além de estender-se a todas as demais províncias da vida espiritual. E tal acontece porque nossas editoras ainda operam em bases empíricas, do ponto de vista intelectual. Contudo, sempre que aparecem bons originais brasileiros, sejam ou não de ficção, há quem os edite. A prova está em que livros — e para ficar só no campo do romance — que espelham os múltiplos aspectos da trágica realidade social e humana em que fomos enjaulados estão nas prateleiras das livrarias. A título de ilustração, cito aqui *Capela dos Homens e Mutirão para Matar*, de Benito Barreto, e *Verde Vagomundo*, de Benito Monteiro, dois autores novos, um mineiro e outro paraense, que encontraram não só editor como público: os seus livros já entraram em reedição.

Isto posto, ergue-se o problema: por que só escassamente surgem autores dando desempenho à tarefa fundamental do escritor, que é denunciar o seu tempo? (Estamos pensando em escritores e não em literatos.)

Não se responderá corretamente a pergunta dizendo que a época, ou mais claramente, que a nossa atual circunstância histórica é adversa à genuína criação literária. Aceitar esta explicação importa em admitir que só se pode escrever à sombra íntima do poder, para usarmos expressão de Thomas Mann. Ora, a verdadeira literatura é uma forma de poder, não no sentido de poder coercitivo, mas de poder libertário, de força que plasma, configura, inspira e ilumina a vida e a conduta humanas. O seu poder é o de promover o encontro do homem com as mais legítimas e profundas potencialidades do seu ser, enquanto ente de razão e de beleza.

O argumento de que a circunstância histórica não é favorável à criação artística, seja literária ou que outra feição e forma assumam, é historicamente especiosa. E capciosa. Não houve no mundo moderno momento de tão soberba e deslumbrante criatividade artístico-literária como o que ocorreu na Rússia czarista, quando o "despotismo asiático", instalado em São Petersburgo, esmerou-se em fazer abismar-se aquele país em tremenda atmosfera de asfixia coletiva. Não obstante, os ficcionistas russos, de Pushkin a Gogol, de Lermontov a Turgueniev, de Korolienko a Dostoiévski, de Tolstoi a Górkii, de Altikov a Kurprin, de Gontcharov a Andreiev, de Lieskov a Sologub, de Bunin a Tchekov e Ostróvsky, não se intimidaram. O que não podia ser dito no jornal, na cátedra universitária, no púlpito, na tribuna parlamentar e na tribuna forense, era dito no romance, na novela, no conto, na peça de teatro. E dito com tal vigor artístico, com tal energia na fixação do sofrimento humano, com tão palpante fidelidade às lesões que a realidade social provocava nas gentes, que o Ocidente, ao tomar conhecimento dessa literatura, a reconheceu como um momento supremo da consciência humana.

Foram ainda esses romancistas que criaram uma categoria romanesca nova, posteriormente denominada, pelos críticos europeus, de *literatura de acusação*.

O realismo crítico, a fixação da realidade social e de suas implicações existenciais, desde as mais ostensivas às que se mostravam mais imperceptíveis, a análise das causas sociais da dor humana e a crença na possibilidade de remoção política

dessas mesmas causas, não importando a diversidade das soluções aventadas, não importando se se tratasse da postulação mística de Dostoiévski ou da pregação proletária de Górkii, do fraternalismo de Tolstoi ou do nihilismo de Andreiev, do psicologismo de Tchekov ou da visão escatológica de Sologub. Não importavam as ideologias importavam a reprodução da realidade e a busca de apreensão das forças obscuras que promoviam a existência de um universo de sofrimento, angústia e desespero humanos. Por outras palavras: importava a profunda lição de fidelidade do escritor à sua missão de denunciar os flagelos sociais de seu tempo, e de reivindicar a defesa do homem e sua vida — o homem, não como abstração filosófica, mas como ser social concreto. Esta tradição reivindicante irradiou-se por toda a Europa, primeiro através dos escritores escandinavos. Dela fez-se arauto, na Alemanha, Thomas Mann. Da Europa ganhou mundo, chegando aos Estados Unidos nos anos 30 e, na mesma época, à América Latina, com Gallegos, Icaza, Ciro Alegria, etc.

A literatura brasileira, na variedade de suas manifestações, sempre foi, desde suas origens, comprometida com a nossa realidade social. Esse comprometimento começamos a encontrar nos nossos primeiros cronistas, os narradores da fase inicial da colonização. Com eles esboçou-se a nossa consciência literária nacional, à qual os árcades deram vigoroso impulso — não é gratuito que tivessem eles participado do irredentismo da Inconfidência Mineira, primeiro grande projeto de emancipação nacional. Os românticos ampliaram o legado dos árcades. A partir do naturalismo adensou-se a percepção dos grandes problemas brasileiros — a leitura de Aluísio Azevedo e de seus contemporâneos deixa patente como nossos ficcionistas, sobretudo os do norte e nordeste, sempre estiveram atentos à realidade social e humana do Brasil. Não importa discutir escolas, técnicas de narrar, sim reconhecer como sempre os nossos escritores foram insubornáveis no testemunho que deram de seu tempo. Em Machado de Assis vamos encontrar toda a história social do Segundo Reinado, como antes havíamos encontrado perfis da sociedade nacional em Raul Pompeia, em Inglês de Sousa, em Adolfo Caminha, em Manuel de Oliveira Paiva, em Rodolfo Teófilo, em Franklin Távora, em Lindolfo Rocha, em Domingos Olympio e, depois de Machado, em Hugo de Carvalho Ramos, Monteiro Lobato, Alcides Maia, perfis que julgaram na implacável ata acusatória de Lima Barreto.

Se o modernismo — semana de 1922 e correntes derivadas — com o seu experimentalismo salonista, iria tentar interromper a grande tradição da *mimesis* brasileira, no mesmo período a manteve viva Afonso Schmidt, espécie de Górkii brasileiro, cuja "mensagem" viria a ser sustentada, já nos anos 60, por João Antônio. No interior da própria corrente modernista houve porém quem não se alienasse: Antonio de Alcantara Machado. Nos estertores desse movimento reificante, surgem, em 1928, *A Bagaceira*, de José Américo de Almeida, e em 1929 *A Viagem Maravilhosa*, de Graça Aranha e, logo a seguir — 1930 — instaura-se o grande ciclo do Romance do Nordeste com o *Quinze*, de Rachel de Queiroz. Em 1931, Lauro Palhano estabelece um marco na história do romance social brasileiro, com *O Gororoba*. No ano seguinte, José Lins do Rego inicia, com *Menino de Engenho*, sua grande saga. Em 1933 prorrompem Jorge Amado (*Cacau*), Amando Fontes (*Os Corumbas*) e Graciliano Ramos (*Caetés*). De 34 é *Maleita*, de Lúcio Cardoso; de *O Alambique*, de Clóvis Amorim; de *Cassacos*, de Cordeiro de Andrade; de *A Corja*, de João Cordeiro; e *Uma Família Carioca* de Enéas Ferraz. O Romance do Nordeste coloca-nos face a face com o Brasil arcaico que fora encontrado pela Revolução Liberal, e gujos problemas, nas áreas em que se manifestavam com maior agudeza — o Brasil rural — ela

Onde estão os romancistas?

continuação da página 23

deixou insolutos. Repito: não estou pensando na *literariedade*, sendo estrito, de cada qual desses autores, mas na coragem com que assumiram suas denúncias, estivessem voltados para as misérias do Brasil agrário, como todos eles, estivessem voltados para a problemática social cidadã, como Amando Fontes que, com *Os Corumbas*, incorporou dimensão urbana ao Romance do Nordeste, predominantemente rural. No sulco do Romance de 30 não formulam os seus libelos acusatórios apenas os ficcionistas nordestinos. Do sul chega-nos sobretudo (Rio Grande do Sul), a áspera e concisa narrativa de Dyonélio Machado (*Os Ratos*). De São Paulo, a radiografia metropolitana de José Geraldo Vieira. De Minas, o romance urbano de João Alphonsus. Marques Rebelo, primeiro no conto, depois no romance, a partir de *Marafá*, retoma a tradição carioca de Manuel Antonio de Almeida, de Machado de Assis e de Lima Barreto. Da Amazônia, vem o *épos* marajoara de Dalcídio Jurandyr. Da Bahia, a gesta diamantífera de Herberto Sales. O Brasil inteiro rearticula-se nesse universo novelário, para tomar ciência e consciência de sua miséria social e de seu sofrimento humano. Esgotadas as possibilidades do Romance do Nordeste — seus últimos grandes produtos são *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos (1938); *As Três Marias*, de Rachel de Queiroz (1939); *Terras do Sem Fim*, de Jorge Amado (1942); e *Fogo Morto*, de José Lins do Rego (1943) — vemos, a partir dos meados dos anos 40, a linha do realismo crítico deslocar-se para o centro-oeste, sendo assumida, sobretudo, por mineiros e goianos. Instaura a nova fase o mineiro Amadeu de Queiroz, em 1945, com *João*, romance que, na nossa literatura, ocupa lugar equivalente ao *Oblomov*, de Gontcharov, na história da grande ficção russa do século XIX. *João* é o romance da apatia brasileira, do imobilismo da nossa vida rural, como o *Oblomov* é o retrato da lassidão da vida agrária russa sob o czarismo. Em 1956, outro mineiro, João Guimarães Rosa, deflagra, com *Sagarana*, aderido contretamente à realidade social da hinterlândia brasileira, a grande epopéia que vai culminar, em 1956, com a publicação simultânea de *Corpo de Baile* e de *Grande Sertão: Veredas* — dois geniais cortes prospectivos no brutal medievalismo nacional: nas camadas sócio-históricas mais persistentemente anacrônicas da vida brasileira. Contemporâneos das duas assombrosas criações de João Guimarães Rosa são ainda *Vila dos Confins*, do também mineiro Mário Palmério; *O Tronco* do goiano Bernardo Élis, de impressionante vigor narrativo; e *Paramundo*, grande romance de Geraldo Ferraz. Integra ainda a literatura do oeste José J. Veiga que, tendo estreado em 1959 com *Os Cavalinhos de Platilanto*, deu-nos em 1966 o excepcional *A Hora dos Ruminantes*.

Paralelo ao marco oeste da nossa rosa-dos-ventos literária, desenvolveu-se a partir de 1955 a linha romanesca fluminense com Macedo de Miranda que, naquele ano, iniciou a sua pequena "comédia humana" com *A Hora Amarga*. Esse ciclo do Vale do Paraíba — da região do Alto Paraíba — tem seus pontos altos em *Roteiro da Agonia* (1965) e em *O Deus Faminto* (1967), perfis de uma ordem social infamante. Em 1960 outro fluminense enriquece magistralmente a linha mimética da literatura brasileira, — José Cândido de Carvalho — com uma obra-prima: *O Coronel e o Lobisomem*. Esse é o decênio em que aparecem ficcionistas do porte de Rubem Fonseca e romances como *A Barca dos Homens* e *Opera dos Mortos*, de Autran Dourado, ou *O Braço Direito*, de Otto Lara Resende; e *Beira-Rio Beira-Vida*, de Assis Brasil. Mas só no fim do período, em 1967, com *Quarup*, de Antônio Callado e *Ninho de Cobras* de Ledo Ivo (1973), a linha acusatória da literatura brasileira reassume sua antiga grandeza.

Não estamos, nem poderíamos estar, interessados em ver restabelecido o equívoco chamado *romance de tese*, ou sequer reabrir aquele debate travado na Alemanha, sob a República de Weimar, em 1928, em que se empenharam Brecht, Hans Eisler, Walter Benjamin, Karl August Wittfogel e Georg Lukács, sobre os objetivos sociais da literatura.

Estamos interessados apenas em levantar o problema do irrenunciável compromisso do escritor com o seu tempo, compromisso para o qual são ilimitadas as formas de indeclinável atendimento.

Por que o *aquí e agora* da realidade nacional, tão densamente rico, pela multiplicidade das contradições em que se debate a sociedade brasileira de hoje — nunca o homem brasileiro assumiu as condições de animal acossado como em nossa época — não encontra o romancista que assumo o seu tempo? Que instrumentalize as angústias e as perplexidades do nosso tempo? Que fixe o afrontante, o oprobioso, o ultrajante do nosso cotidiano, pois nenhum ser humano se desliga da quotidianidade — é nela que se dá por inteiro a vida toda do homem, eis que o cotidiano é a substância mais íntima da História. Ao mundo dos problemas mesquinhos, sobretudo em *Os Ratos*, Dyonélio Machado confere subita dimensão de tragédia. O papel do romancista não é outro senão o de iluminar, descendo até as suas raízes, os conflitos cotidianos em que se dilaceram os seres humanos, em determinado momento histórico, dando-lhes consciência das perspectivas de mudança com que pode defrontar-se. Mas, ainda que não chegue a esse nível, o simples fato de o romancista oferecer testemunho já é historicamente importante.

Não se insista que nossa circunstância histórica é adversa ao desempenho da missão do escritor. Já mostramos, com o exemplo da grande literatura russa, que tal tese é imprecendente. Dirão que é um exemplo do passado. Tomemos, então, o exemplo da Espanha de hoje. Ali, sob Franco, desenvolve-se uma das mais

vivas literaturas críticas do Ocidente, sob o franquismo, Camilo José Cela, ex-falangista, deu-nos o mais terrível painel de Madri açotada pela fome, a miséria e o desemprego. Em *Cuerpo a Tierra*, de Fernandez de la Reguera, temos a reprodução dos quadros goyescos dos "desastres da guerra" — a guerra civil de 36/39. Juan Antonio Zunzunegui fez da miséria das classes médias madrilenhas o seu grande tema, em *Esta Oscura Debandada*. E em *La Quiebra* expõe o egoísmo e a perversidade da alta burguesia espanhola. Quadro semelhante é o de Ignacio Agustí, em *La Ceniza Fue Arbol*. Não são temas diferentes, de denúncia social, os de José Maria Gironella, de Miguel Delibes, de Ignacio Aldecoa, romancista do operariado espanhol; de Juan Goytisolo, fixando a ausência de solidariedade humana na atual sociedade ibérica; de José Suárez Carreño, romancista do sinistro submundo dos especuladores; de Luiz Romero, analista implacável da crueldade inerente à burguesia; de José Jesus Fernandez Santos, que trata da asfixia social que na Espanha sufoca a vida humana; de Francisco Candel, narrador do subproletariado de Barcelona; de Rafael Sánchez Ferlosio, que trata da falta de perspectivas da sociedade hispânica; de Anxel Fole e Carballo Calero, cujos temas são o imobilismo e a apatia da Galicia rural; de Carlos Rojas, cuja temática é a busca desesperada de um sentido para a vida. Fora da Espanha, no Portugal de Salazar, houve todo um naipe de romancistas, de Augusto Abelaria a José Cardozo Pires, de Orlando Costa a Carlos de Oliveira, sem falar na obra de Alves Redol — a plêiade é grande — que jamais faltou à sua consciência social. Que não consentiu para a literatura deixasse de ser testemunho, para ser sintoma da alienação:

A alienação, que marca a literatura brasileira de hoje, oscilante entre um experimentalismo gratuito — o do fazedores de tricô — e um solipsismo de quem considera o mundo uma bola atada ao seu umbigo, discrepa, gritantemente, da criação literária que se registra em toda a América Latina — a de um Llosa, de um Rulfo, de um Fuentes, de um Augusto Roa Bastos, de um Manuel Rojas, de um Ortiz, de um Onetti, de um Cortázar, de um Garcia Márquez — dos grandes de *nuestra América*, onde a hostilidade à verdadeira *inteligencia* é escura tradição. Mas nem por isto o romance latino-americano permanece imóvel. *Eppur si muove*. Só a nós faltam Galileus, sobram-nos beletristas.

Nesta situação vale lembrar aos jovens escritores brasileiros, as palavras de Bjorson, quando se referiu à não-gratuidade escapista da literatura escandinava de seu tempo: "Não há veleiros de recreio na nossa frota"! Ou o conselho de um outro grande nórdico, o dinamarquês Henrik Pontoppidan: "Não deixe esfriar a sua cólera". Sem capacidade de indignação moral, não há grande ato criador. A literatura, autoconsciência do desenvolvimento da humanidade, é ato criativo do homem que não alienou sua dignidade.

Franklin de Oliveira
Rio de Janeiro, GB

XADREZ

Hort Campeão em Hastings

Leonard Barden

O torneio Premier de Hastings foi ganho pelo grande mestre tcheco Vlastimil Hort. O fato não chega a ser surpresa para ninguém, principalmente dada a ausência de nomes famosos como Spassky e Karpov. Entretanto, o nível geral foi bem elevado, incluindo nomes da categoria de um Belyavsky, de um Csom, e mesmo de um Andersson (treinador de Mecking em seu encontro com Kc.itchnoi).

Se Hort confirmou as expectativas, o mesmo não pode ser dito do jovem Miles (ver esta coluna da semana passada): após um início promissor, aparentemente não resistiu ao esforço de 15 rodadas com partidas de 50 lances e terminou abaixo dos pontos necessários para atingir a norma de grande mestre. Coisa parecida parece ter ocorrido com o mestre portorriquenho Júlio Kaplan no torneio de Houston, um mês atrás. Também começou bem, empatando com os iugoslavos Matanovic e Damjanovic e vencendo de maneira convincente Vlastimil Jansa, um dos favoritos; entretanto, terminou apenas em 8.º

lugar. Isto serve para lembrar os jogadores jovens e ambiciosos de dois problemas fundamentais, muitas vezes englobados sob a mesma denominação de "inexperiência": resistência física (e nervosa), e amadorismo (ou falta de seriedade) — este último aspecto é mais comum do que se crê, aparecendo em aberturas mal estudadas, insegurança ou excessiva agressividade no meio-jogo. Voltaremos ao assunto em outra ocasião.

Solução do n.º 10

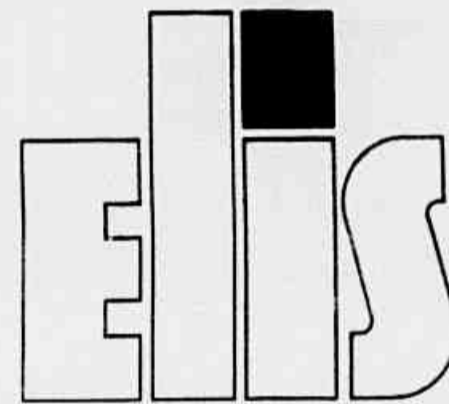


As brancas dão mate em dois lances, contra qualquer defesa (por W. B. Rice).

Posição das peças: 5c2 — 8 — 1c1p2p1 — 4rppb — 3t4 — 3p4 — 1c1R1P2 — 7D.

Problema N.º 11

1 T4Bd, Se 1...DxT 2 R2C, ou se BxP 2 R4R, ou se B6C 2 R2C. Uma armadilha para solucionistas é 1 R2R? DxT+ 2x8+ desc. D7R+!



UM DISCO / UM SHOW

Teatro Casa Grande Av. Afrânio de Melo Franco 300-A
Tel.: 227-6475 De terça a sábado, às 21,30 hs. Domingo às 19 hs.

JORGE DORIA E CARVALHINHO

ELENCO: NÉLIA PAULA
LADY FRANCISCO - MARIO JORGE
CESAR MONTENEGRO - VANIA MELLO
HAROLDO DE OLIVEIRA - LUIZ PICCINI
JUJU PIMENTA - ADALBERTO NUNES
PENNA E ALVARO MOTTA

8.º MÊS DE
SUCESSO
ABSOLUTO

mais de
150.000
pessoas já
assistiram!

A
GAIOLA
DAS LOUCAS

comédia de
JEAN POIRET

direção de
JOÃO BETHENCOURT

TEATRO GINÁSTICO - Reservas: 221-4484



VESTIBULAR
75

Sociedade de Ensino Superior
Visconde de Mauá — SESVIM

ENGENHARIA
E ADMINISTRAÇÃO

- Engenharia de Sistemas
- Engenharia de Produção
- Engenharia de Transporte
- Administração de Transporte
- Administração de Recursos Humanos

Matrícula sem vestibular para:

- Diplomados por Curso Superior
- Oficiais das Forças Armadas e Auxiliares
- Estudantes Universitários

Aceitamos transferências para
o 2.º e 3.º períodos

- Informações e Inscrições de 8 as 22 hs.

SESVIM Ijuica: Haddock Lobo 35,
tel.: 248-8292.

SESVIM Sede: Franklin Roosevelt 39 gr. 713,
tel.: 252-3534.